

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXII — Nº 070

TERÇA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, *Petrônio Portella*, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 67, DE 1977

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.550, de 26 de abril de 1977, que reajusta os vencimentos dos servidores das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.550, de 26 de abril de 1977, que reajusta os vencimentos dos servidores das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.

Senado Federal, 27 de junho de 1977. — Senador *Petrônio Portella*, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 97ª SESSÃO, EM 27 DE JUNHO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício do Presidente do Supremo Tribunal Federal

— Nº S/10/77 (nº 27/77-P/MC), de 22 do corrente, encaminhando esclarecimentos a respeito do Ofício nº 621-P (d), de 21 de agosto de 1962, daquela Corte, referente à inconstitucionalidade de Resoluções do Instituto do Açúcar e do Alcool.

1.2.2 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Projeto de Lei do Senado nº 286/76, que autoriza o Poder Executivo a doar o prédio que menciona.

— Projeto de Lei do Senado nº 218/75, que permite ao segurado do INPS a designação de mais de uma pessoa que viva comprovadamente sob sua dependência econômica, dando nova re-

dação ao item II do artigo 11 da Lei Orgânica da Previdência Social.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 116/74 (nº 978-B/72, na Casa de origem), que altera o Código Brasileiro do Ar, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

1.2.4 — Requerimentos

— Ns 193 a 196/77, de autoria dos Srs. Senadores *Lourival Baptista* e *Ruy Santos*, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, das seguintes matérias, respectivamente:

— do discurso proferido pelo Senador *Petrônio Portella*, no Clube do Congresso, na instalação da sede da Associação Brasileira de Imprensa, em Brasília, no último dia 22 do corrente;

— da Ordem do Dia do Ministro da Aeronáutica, *Brigadeiro Joelmir Campos de Araripe Macedo*, alusiva ao 46º aniversário do Correio Aéreo Nacional;

— da Ordem do Dia do Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Geraldo de Azevedo Henning, alusiva ao 113º aniversário da Batalha de Riachuelo; e

— do discurso proferido pelo Ministro Ney Braga, em nome do Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel, quando da visita do Presidente a Universidade Júlio de Mesquita Filho, em Rio Claro, São Paulo, no dia 24 do corrente.

— Nº 197/77, de autoria do Sr. Senador Helvídio Nunes, de urgência, para o projeto de Lei da Câmara nº 46/77 (nº 2.557-B/76, na Casa de origem), que extingue o SASSE, dispõe sobre a transferência dos economiários para o regime da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências.

1.2.5 — Comunicação

— Do Sr. Senador Evandro Carreira, que se ausentará do País.

1.2.6 — Discurso do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Inauguração do novo edifício-sede da agência do Banco do Brasil em Buenos Aires. Solenidade de entrega do troféu "O Barriga Verde" a catarinenses ilustres.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 178/77, do Sr. Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da reportagem sob o título "Menezes Pimentel: Um pouco de história sobre a transitoriedade do poder". **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 4/77 (nº 85-B/77, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio Comercial, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, a bordo do navio da Armada Peruana *Ucayali*, fundeado, no rio Amazonas (Solimões), na linha de fronteira brasileiro-peruana, em 5 de novembro de 1976. **Aprovada.** À promulgação.

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 134/76, do Sr. Senador Otair Becker, que faculta ao empregado do sexo feminino sacar os depósitos de sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na hipótese que indica. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

— Projeto de Lei da Câmara nº 44/77 (nº 3.381-B/77, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que concede pensão especial a Esther Madeira da Silva, e dá outras providências. **Aprovado.** À sanção.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 14/77 (nº 96-B/77, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, a 13 de janeiro de 1977. **Aprovado.** À Comissão de Redação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 17/77 (nº 97-B/77, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Resolução A.319 (IX), aprovada pela IX Assembleia da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO), em 12 de novembro de 1975, que contém Emenda à Convenção Internacional de 1966 sobre Linhas de Carga. **Aprovado.** À Comissão de Redação.

— Projeto de Lei do Senado nº 109/75, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que fixa normas para a expedição de passaportes. (Apreciação preliminar da juridicidade.) **Rejeitado.** Ao Arquivo.

— Projeto de Lei do Senado nº 230/76, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre o seguro-desemprego, a cargo do INPS, e dá outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Discussão adiada** para a sessão do dia 25 de agosto próximo, nos termos do Requerimento nº 198/77, após

usarem da palavra os Srs. Senadores Lázaro Barboza e Helvídio Nunes.

1.4 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 46/77 (nº 2.557-B/76, na Casa de origem), em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 197/77, lido no Expediente. **Aprovado,** com emendas, após pareceres das comissões competentes. À Comissão de Redação.

— Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 46/77 (nº 2.557-B/76, na Casa de origem), em regime de urgência. **Aprovadas.** À Câmara dos Deputados.

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14/77 (nº 96-B/77, na Câmara dos Deputados), constante do quinto item da Ordem do Dia. **Aprovada,** nos termos do Requerimento nº 199/77. À promulgação.

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1977 (nº 97-B/77, na Câmara dos Deputados), constante do sexto item da Ordem do Dia. **Aprovada,** nos termos do Requerimento nº 200/77. À promulgação.

1.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR PAULO BROSSARD — Análise da evolução do Sistema Bancário Brasileiro a partir de 1960. O fenômeno da pujança econômica e o poderio financeiro da rede bancária do Estado de São Paulo.

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA — Protestando, oportunamente, responder ao pronunciamento do seu antecessor na tribuna. Esclarecimentos sobre discurso proferido por S. Exª em recente sessão, sobre a reunião realizada pelo Conselho Monetário Nacional, na qual foram reavaliadas as principais contas do Orçamento Monetário, de modo a manter para o ano em curso as metas básicas fixadas em janeiro, face observações do Senador Dirceu Cardoso sobre o assunto.

SENADOR OTAIR BECKER — Documento aprovado pelo Presidente Ernesto Geisel, intitulado "Ação para a Empresa Privada Nacional", contendo os propósitos do Governo Federal em prol do desenvolvimento da iniciativa privada do País. Caráter realista da posição sustentada pelo Presidente do Banco do Brasil, favorável à extensão do teto de 20% da correção monetária aos mutuários do BNDE anteriores a 1975.

SENADOR HENRIQUE DE LA ROCQUE — Apelo ao Sr. Ministro Ney Braga e ao Diretor-Geral do DASP, em favor dos antigos Professores catedráticos do Estado do Maranhão.

SENADOR JOSÉ LINDOSO — Defesa da lisura e da conduta do Governador Henoch Reis no exercício da governança do Estado do Amazonas, tendo em vista calúnias assacadas contra S. Exª por membros da Oposição daquele Estado.

SENADOR OTTO LEHMANN — Cinquentenário de fundação de o *Bragança-Jornal*, editado no Município de Bragança Paulista — SP.

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — EDITAIS

— De convocação de servidores por ausência ao serviço.

3 — ATAS DE COMISSÕES

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 97ª SESSÃO, EM 27 DE JUNHO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO PORTELLA E JOSÉ LINDOSO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Ruy Carneiro — Augusto Franco — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — Roberto Saturnino — Magalhães Pinto — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Osíres Teixeira — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Evelásio Vieira — Otair Becker — Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Nº S/10/77 (nº 27/77-P/MC), de 22 do corrente, encaminham os esclarecimentos a respeito do Ofício nº 621-P (d) de 21 de agosto de 1962, daquela Corte, referente à inconstitucionalidade de Resoluções do Instituto do Açúcar e do Alcool.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

PARECERES

PARECERES NºS 373 E 374, DE 1977

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 1976, que "autoriza o Poder Executivo a doar o prédio que menciona".

PARECER Nº 373, DE 1977

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Dirceu Cardoso

O projeto em exame, de autoria do Senhor Senador Jarbas Passarinho, dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para doar, através do Instituto Nacional de Previdência Social, à Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção do Pará, do imóvel em que se encontra instalada essa entidade, na Cidade de Belém, Estado do Pará.

Na justificação, salienta o Autor que a medida, além de seu largo alcance social, "representaria, ainda que em limitadas dimensões, uma forma de reconhecimento para com aqueles que, no último conflito mundial, arriscaram as suas vidas em defesa dos nossos ideais democráticos".

Todavia, o art. 1º do próprio Projeto informa que a referida Associação já ocupa o imóvel de que trata, por isso não haver desvantagens para o Governo em conceder o benefício ora pleiteado.

Diante do exposto e por inexistirem óbices, de ordem jurídico-constitucional, nosso parecer é favorável à tramitação do Projeto.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1977. — Daniel Krieger, Presidente — Dirceu Cardoso, Relator — Osíres Teixeira — Nelson Carneiro — Wilson Gonçalves — Accioly Filho — Heitor Dias — Itatívio Coelho.

PARECER Nº 374, DE 1977

Da Comissão de Finanças

Relator: Senador Ruy Santos

O nobre Senador Jarbas Passarinho apresenta o Projeto de Lei, que tomou o nº 286, de 1976, que "autoriza o Poder Executivo a doar o prédio que menciona". E justifica:

"O presente projeto visa a estabelecer medida que permita ao Executivo tomar as providências necessárias à efetivação da doação à Associação dos Ex-combatentes do Pará, do prédio onde essa entidade funciona, na cidade de Belém, Estado do Pará. Trata-se de providência de largo alcance social e que, além de tudo, representaria, ainda que em limitadas dimensões, uma forma de reconhecimento para com aqueles que, no último conflito mundial, arriscaram as suas vidas em defesa dos nossos ideais democráticos."

2. Na Comissão de Constituição e Justiça, sendo Relator o nobre Senador Dirceu Cardoso, a proposição obteve parecer favorável "por inexistirem óbices de ordem jurídico-constitucional". E, na Comissão de Finanças me é distribuído.

3. O projeto é autorizativo e não sou simpático a proposição dessa natureza. Com a separação de Poderes, não cabe a um insinuar a outro que faça isso ou aquilo; mesmo porque se torna inócuo. O Poder que recebeu a autorização pode se servir dela ou não; pode até não reagir bem à insinuação, ou sugestão feita.

No caso porém, trata-se de autorização para ser doado à Associação dos Ex-Combatentes, no Pará, um prédio que a mesma já ocupa, e que pertence ao INPS. Poder-se-ia alegar que esse Instituto precisa de imóvel; mas tanto não precisa que o mesmo já está ocupado pela Associação dos Ex-Combatentes, a quem o Brasil é sempre devedor, pela participação dos mesmos na Segunda Grande Guerra mundial: O meu parecer, desse modo, é favorável. Salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1977. Paulo Brossard, Presidente — Ruy Santos, Relator — Cattete Pinheiro — Lenoir Vargas — Wilson Gonçalves — Dirceu Cardoso — Gilvan Rocha — Evelásio Vieira — Saldanha Derzi — Domício Gondim — Ruy Carneiro — Mattos Leão — Magalhães Pinto.

PARECER Nº 375, DE 1977

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 218, de 1975, que "permite ao segurado do INPS a designação de mais de uma pessoa que viva comprovadamente sob sua dependência econômica, dando nova redação ao item II do artigo 11 da Lei Orgânica da Previdência Social".

Relator: Senador Otto Lehmann

De autoria do ilustre Senador Franco Montoro, visa o Projeto em epígrafe a possibilitar a designação, pelo segurado do INPS, de mais de uma pessoa como dependente, as condições que especifica, alterando a redação do item II do artigo 11 da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960).

2. "O presente projeto — lê-se na Justificação — tem por objetivo substituir, na Lei Orgânica da Previdência Social, a expressão "a pessoa designada" pelo plural "as pessoas designadas". É comum o caso de empregados que têm mais de uma pessoa sob sua dependência econômica, devidamente comprovada, e que não se incluem nas hipóteses previstas na lei: esposa, marido inválido, companheiro ou filhos menores... O INPS, interpretando estritamente o atual dispo-

sitivo, que fala em "pessoa designada", não permite a designação de mais de um dependente na situação indicada. Essa situação é injusta e não atende aos objetivos sociais da legislação previdenciária. Em lugar de recomendar a interpretação gramatical, a lei determina que "na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum. A nova redação proposta pelo projeto objetivo eliminar a possibilidade de interpretação restritiva que tem prevalecido, em prejuízo dos segurados do INPS e dos fins sociais da previdência social."

3. Eis como vem redigido o art. 1º do Projeto:

"Art. 1º Dê-se ao item II do artigo 11 da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960) a seguinte redação:

II — as pessoas designadas que, se do sexo masculino, só poderão ser menores de 18 (dezoito) anos ou maiores de 60 (sessenta) anos ou inválidas."

4. Cabe colocar, de início, uma indagação acerca da constitucionalidade ou não do Projeto.

Reza, com efeito, o art. 165, parágrafo único, da Constituição: "Nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício compreendidos na previdência social será criada, majorada ou estendida sem a correspondente fonte de custeio total".

Não há negar, por outro lado, que a possibilidade da designação, como dependente, de mais uma pessoa que viva sob a dependência econômica do segurado implica em extensão de prestação de serviço de assistência e, eventualmente, de benefício compreendidos na previdência social.

Pergunta-se: há "a correspondente fonte de custeio total" de que fala a Constituição?

Cabem, aqui duas interpretações: uma, mais estrita, segundo a qual a "correspondente fonte de custeio total" deverá ser específica, criada ou indicada especialmente para o custeio dos novos encargos; outra, mais larga, conforme a qual as atuais receitas do INPS, se suficientes, podem ser tidas como correspondentes fontes de custeio de qualquer novo encargo suportável.

5. Esposando o segundo dos entendimentos, cabe-nos examinar a matéria à luz das informações enviadas pelo Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social em resposta à indagação formulada por este Órgão Técnico.

Na resposta ministerial se afirma: "não temos meios para calcular essa elevação de encargos", mas se tecem várias considerações que permitem concluir que haveria elevação não-desprezível sobre cuja suportabilidade ou não carecemos de dados para ajuizar.

6. Além disso, o Projeto anularia a ordem vocacional dos dependentes, prevista no § 1º do art. 11 e no *caput* do art. 12, possibilitando a inclusão de pessoas designadas que estariam nos itens seguintes, quebrando, dessarte, a sistemática da espécie.

7. Resta, finalmente, assinalar que aproveitamos, em parte, o Relatório que o ilustre Relator que nos precedeu — o Senador Henrique de La Rocque — havia preparado.

8. Isso posto, somos pela rejeição do Projeto, por inconstitucional e injurídico.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1977. — Daniel Krieger, Presidente — Otto Lehmann, Relator — Nelson Carneiro — Wilson Gonçalves — Leite Chaves — Accioly Filho — Helvídio Nunes — Itálio Coelho — Mattos Leão — Osires Teixeira — Heltor Dias.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1974 (nº 978-B/72, na Casa de origem), que altera o Código Brasileiro do Ar, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da Comissão a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 193, DE 1977

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 233, do Regimento Interno, requeremos a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Senador Petrônio Portella, no Clube do Congresso, na instalação da sede da Associação Brasileira de Imprensa, em Brasília, no último dia 22 do corrente.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977. — Lourival Baptista — Ruy Santos.

REQUERIMENTO Nº 194, DE 1977

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 233, do Regimento Interno, requeremos a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia do Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Joelson Campos de Araripe Macedo, alusiva ao 46º aniversário do Correio Aéreo Nacional.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977. — Lourival Baptista — Ruy Santos.

REQUERIMENTO Nº 195, DE 1977

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 233, do Regimento Interno, requeremos a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia do Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Geraldo de Azevedo Henning, alusiva ao 113º aniversário da Batalha de Riachuelo.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977. — Lourival Baptista — Ruy Santos.

REQUERIMENTO Nº 196, DE 1977

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 233, do Regimento Interno, requeremos a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Ministro Ney Braga, em nome do Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel, quando da visita do Presidente à Universidade Júlio de Mesquita Filho, em Rio Claro, São Paulo, no dia 24 do corrente.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977. — Lourival Baptista — Ruy Santos.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 197, DE 1977

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea b, do Regimento, para o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1977 (nº 2.557-B/76, na Casa de origem), que extingue o SASSE, dispõe sobre a transferência dos economistas para o regime da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977. — Helvídio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O requerimento que acaba de ser lido será votado após a Ordem do Dia, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte:

Em 27 de junho de 1977.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 43, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa a partir do dia 1º de julho, para breve viagem ao estrangeiro, em caráter particular.

Atenciosas saudações. — **Evandro Carreira**.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A Presidência fica ciente.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Designado pelo Presidente desta Casa, o eminente Senador Petrônio Portella, para representar o Senado da República nas solenidades de inauguração do novo edifício-sede da Agência do Banco do Brasil em Buenos Aires, honra-me fazer o registro da tarefa que cumpro, na República Argentina.

Tanto quanto a generosa acolhida do nobre povo vizinho e amigo, as atenções e a dedicação da nossa representação diplomática, chefiada pelo Embaixador Cláudio Garcia de Souza, e o bom desempenho da equipe que opera na Agência de nosso maior estabelecimento de crédito na capital portenha, sob a responsabilidade do Gerente-Geral Heraldo Vianna, impressionou-me muito e vale, aqui, ressaltar o prestígio da Nação brasileira no concerto dos países da América do Sul, graças ao notável trabalho que vêm realizando os Governos revolucionários.

A festa, presidida pelo ilustre brasileiro Engenheiro Karlos Rischbieter, que comanda os destinos do Banco do Brasil, e da qual participaram os dignos Diretores Benedito Fonseca Moreira, Cesar Dantas Bacelar, Daniel Faraco, Eduardo de Castro Neiva e Rodrigo Horácio Garcia da Costa, foi, antes e acima de tudo, um testemunho vivo deste prestígio.

Em edifício localizado no coração de Buenos Aires, o maior do setor bancário, o Banco do Brasil é um instrumento que, a cada dia, mais se aprimora na tarefa de viabilizar, do ponto de vista financeiro, nosso intercâmbio econômico com a República Argentina — base segura de nosso bom relacionamento político.

Não foi outro o sentido do notável discurso que Karlos Rischbieter pronunciou no momento em que, como Presidente do Banco do Brasil, abriu as portas da nova Agência aos nossos irmãos argentinos. Sua palavra traduziu, com fidelidade, o espírito de equipe do nosso Governo, que executa uma política exterior marcada pelo pragmatismo responsável, e voltado para o zelo pela nossa independência e soberania. Não foi outro o tom da conversa que tive a honra de presenciar entre o Presidente do Banco do Brasil e o Embaixador do Brasil na Argentina, quando do encontro verificado em nossa Embaixada, ao qual compareci como convidado.

Por achar oportuno, faço integrar a este meu discurso aquele pronunciado em Buenos Aires pelo Presidente do Banco do Brasil.

Karlos Rischbieter é, sem dúvida, um administrador capaz de prosseguir e aprimorar a obra iniciada por Nestor Jost e fortalecida por Ângelo Calmon de Sá. Com rara inteligência e uma ampla visão dos problemas brasileiros, ele impressionou, em Buenos Aires, pela firmeza e lucidez.

Resultado destes atributos foram, sem dúvida, a conquista da Presidência da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras do Desenvolvimento e os convênios celebrados, no valor de cerca de 200 milhões de dólares, entre o Banco do Brasil e Banco de la Nación Argentina, presidido pelo Dr. Juan Manoel Ocampo, com o objetivo de agilizar, através de linhas de crédito e outras providências, o intercâmbio econômico entre os dois países, bem como o nível do diálogo mantido por Karlos Rischbieter com o Ministro da Economia Martinez de Hoz.

Não será demais, Sr. Presidente, completar este depoimento com uma referência à solenidade da qual, no regresso, fui convidado a participar na cidade de Blumenau, quando Karlos Rischbieter e mais dezesseis catarinenses ilustres, que se destacam na vida nacional, dentre os quais me permito citar o Ministro Luiz Gallotti, Dr. Oswaldo Clin, Diretor do Banco do Brasil, economista Reinhold Stephanes, Presidente do INPS, ex-Deputado Joaquim Ramos, Engenheiro Acyr Ávila da Luz, Diretor do Departamento da Produção Mineral e o Empresário Antonio Galloti, receberam, do Jornal de Santa Catarina e TV Coligadas, o Troféu "O Barriga Verde" — idéia e realização do consagrado jornalista Carlos Müller.

Falando em nome dos agraciados, Karlos Rischbieter voltou a demonstrar sua alta capacidade de homem público, através de discurso — que solicito, também, seja incorporado a este pronunciamento — em que defendeu a coordenação da ação do Governo no setor econômico, lembrando, com destemor, a conveniência da criação do Ministério da Economia.

Sr. Presidente, em tempos de contestação dirigida, crises artificiais e agitações provocadas no seio da generosa mocidade brasileira por agentes da subversão comunista, sinto-me no dever de dizer que, nesta viagem, pude constatar como responde o Brasil aos inimigos da Revolução.

O Sr. Otair Becker (ARENA — SC) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Com muito prazer.

O Sr. Otair Becker (ARENA — SC) — Eminente Senador Lourival Baptista, honra-nos sobremaneira V. Exª ter inserido, em seu pronunciamento, o evento ocorrido na cidade de Blumenau, quando, por iniciativa do Jornal de Santa Catarina e TVs coligadas Canal 3, foram homenageados ilustres catarinenses que prestam relevantes serviços à nossa Nação, fora do nosso querido Estado. E peço permissão também a V. Exª para dar guarida à ênfase que V. Exª confere ao discurso do Dr. Karlos Rischbieter, que ressalta a necessidade da criação do Ministério da Economia, que nós outros igualmente entendemos de vital importância para o desenvolvimento harmônico do nosso País. Muito obrigado.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE) — Muito grato a V. Exª, eminente Senador Otair Becker, por esse aparte, que muito honra o meu pronunciamento e, especialmente, pelo destaque que faz sobre a necessidade da criação do Ministério da Economia, idéia defendida com seriedade e oportunidade pelo ilustre Presidente do Banco do Brasil.

Em Buenos Aires, mais de 1.200 pessoas testemunharam com as suas presenças na inauguração da nova sede da Agência do Banco do Brasil, sua confiança em nossa Pátria; em Blumenau, cerca de mil pessoas, distinguindo homens da Revolução através de uma promoção, da responsabilidade de Mário Petrelli e Paulo Konder Bornhausen, com a presença do Ministro Euclides Quandt de Oliveira, das Comunicações, do Governador Antônio Carlos Konder Reis, e do Comandante da Quinta Região Militar, General Rui de Paula Couto, a dizer, bem alto, que o povo não comunga, não aceita, não apóia a minoria audaciosa que pretende comprometer os destinos da Nação.

Era, Sr. Presidente, a comunicação que eu desejava fazer à Casa. (Muito bem! Palmas.)

Documentos a que se refere o Sr. Lourival Baptista em seu discurso:

DISCURSO PROFERIDO EM BUENOS AIRES, EM 10 DE JUNHO DE 1977, PELO DR. KARLOS RISCHBIETER, PRESIDENTE DO BANCO DO BRASIL, NA INAUGURAÇÃO DE SUA NOVA AGÊNCIA:

Este edifício demonstra de forma inequívoca a confiança do Banco do Brasil no fortalecimento das relações entre a Argentina e o Brasil.

Temos a certeza que o intercâmbio comercial e a cooperação financeira entre os dois países crescerão, não apenas na proporção da expansão das suas economias, mas, também, como parte da consciência comum de que a intensificação do intercâmbio produz resultados positivos para um relacionamento sadio.

Ao constatar como é mutuamente enriquecedora a amizade entre nossos dois países, devemos estabelecer bases para uma cooperação ainda maior, sobretudo em momentos tão difíceis da situação econômica internacional.

As dificuldades dos países industrializados em entenderem as nossas reivindicações aumentam para todos nós a responsabilidade e o desejo de procurar, nós mesmos, de preferência em ações conjuntas, as soluções para nossos problemas.

Não que isso signifique hostilidade ao bloco dos países ricos, mas significa a constatação de que os interesses das nações em desenvolvimento são comuns, e que, portanto, mais do que nunca, devem ser encontrados campos de colaboração.

Conforme afirmou o Presidente Geisel, "Nenhum povo pode pensar em desenvolver-se isoladamente e, se isso é verdade no plano global, com mais força o é no plano regional. Assim o entendemos nós, no Brasil, e da colaboração estreita, com nossos vizinhos latino-americanos, fizemos a pedra angular de nossa política externa, voltada toda para objetivos de crescimento harmônico, econômico e social".

A importância que atribuímos à Argentina pode ser demonstrada pelo fato de que a Agência do Banco do Brasil em Buenos Aires foi uma das primeiras abertas no exterior, em janeiro de 1960, no início de uma caminhada que nos levou a estar presentes hoje em 25 países.

Nesses 17 anos, apesar de todos os fatores adversos, houve progressos que nos permitem, hoje, prever para este ano um volume de comércio próximo de um bilhão de dólares, o que nos anima a lutar por um aumento ainda mais significativo.

Novos enfoques e mecanismos de cooperação devem ser encontrados com espírito de boa vontade e a certeza de que a integração das economias argentina e brasileira é benéfica para a prosperidade de nossos países, segundo os objetivos estabelecidos pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Terminando, gostaríamos de expressar a nossa gratidão pela generosa acolhida que tivemos por parte de autoridades e do povo argentino, agradecer a presença de todos os senhores a este ato, e formular sinceros votos em prol de uma cooperação maior entre Argentina e o Brasil.

Muito obrigado.

**DISCURSO PROFERIDO EM BLUMENAU PELO
SR. KARLOS RISCHBIETER, EM 11 DE JUNHO DE
1977:**

"Constitui para mim motivo de grande honra ter sido designado para agradecer, em nome dos demais laureados, a homenagem que hoje nos é prestada com o recebimento do troféu "O Barriga Verde", iniciativa do jornalista Carlos Muller que mereceu o respaldo do Grupo TV Coligadas/Jornal de Santa Catarina.

O recebimento desse troféu infunde em todos nós, estou certo, o sentimento da responsabilidade e do privilégio que constituem representar, no curso de nossas atividades em outros pontos do país, o espírito fraterno e generoso do povo de Santa Catarina.

Como fui laureado na condição de administrador público, permito-me externar algumas idéias a propósito do exercício desta função e das responsabilidades que dela decorrem.

Creio inerentes, ao desempenho da função pública a permanente abertura ao diálogo e a constante disposição de prestar contas das atitudes que adotamos. A busca da convergência, o desejo sincero de compreender as razões alheias, o esforço consciente para ganhar aliados pelo convencimento e pela persuasão quanto à justeza de suas posições — tais devem ser, no meu entendimento, os parâme-

tros básicos para a atuação dos homens que detêm responsabilidades públicas.

É gratificante verificar, por outro lado, que a compreensão deste papel, crescentemente disseminada e de que temos tão numerosos exemplos, ganha terreno e afirma-se com força cada vez maior, no contexto nacional.

Num país como o nosso, que ainda enfrenta tantas deficiências e dificuldades, é imperioso que os detentores de funções públicas dediquem o melhor de suas inteligências e energias no sentido de procurar o caminho mais curto, racional e objetivo para a promoção do bem-estar coletivo.

Chegou o momento de proclamar-se o primado das coisas simples. As atividades das empresas, e mesmo a dos cidadãos, estão hoje por demais envoltas em normas, regulamentos e procedimentos burocráticos, não raro conflitantes. O cipoal tornou-se denso e asfixiante, dificultando a livre manifestação de nossas potencialidades como povo e nação. Simplifiquemos. Façamos a opção pelas fórmulas diretas e claras. Não rejeitemos o óbvio. Tenhamos sempre presente que o bom senso ainda é o melhor auxiliar do administrador e que as soluções simples podem ser as melhores, ainda que despidas da magia das grandes fórmulas.

Por acreditar na necessidade de trabalharmos com regras claras e firmemente estabelecidas, é que defendi há poucos dias, em Brasília, a criação do Ministério da Economia. Estou convencido de que a unificação de comando, concentrando as decisões maiores de política econômica global, permitirá a iniciativa privada à programação coerente de seus esforços.

A pulverização de centros de decisão, a nível ministerial, dificulta para a nação o entendimento dos objetivos que o governo persegue e, para o governo, a coordenação dos diversos setores envolvidos no processo de execução. Quando as regras do jogo estão claramente definidas, torna-se mais fácil para todos que estão empenhados na busca de objetivos comuns — o desenvolvimento nacional e a mais justa distribuição das riquezas — o atingimento dessas metas. É disto que precisamos.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benedito Ferreira. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Jarbas Passarinho — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Marcos Freire — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Luiz Viana — Itamar Franco — Orestes Quêrcia — Accioli Filho — Lenoir Vargas — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 178, de 1977, do Sr. Senador Mauro Benevides, solicitando transcrição nos Anais do Senado Federal, da reportagem sob o título "Menezes Pimentel: Um Pouco da História sobre a Transitoriedade do Poder", de autoria do jornalista Daniel Carneiro Job.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição.

É a seguinte a reportagem cuja transcrição é solicitada:

**MENESES PIMENTEL:
UM POUCO DE
HISTÓRIA SOBRE
A TRANSITORIEDADE
DO PODER**

Entre vibrantes demonstrações de regozijo popular, em meados de 1935, assumia o Governo do Estado o Dr. Francisco de Meneses Pimentel, então catedrático da Faculdade de Direito do Ceará e diretor do Colégio São Luís e que antes cumprira mandato de deputado estadual.

O Dr. Pimentel fora eleito Governador pela poderosa coligação política denominada Liga Eleitoral Católica, que congregava os remanescentes dos extintos partidos Conservador e Democrata, dirigidos respectivamente pelos ex-deputados José Acioli e Manuel Moreira da Rocha, além de associações religiosas e organizações operárias. A LEC fora criada no Brasil pelo cardeal Sebastião Leme, com o objetivo declarado de orientar os católicos a votar, evitando que sufragassem nomes de inimigos da Igreja. Na sua atuação não deveria haver conotação político-partidária. Por exceção, entretanto, em nosso Estado, a Liga transformara-se em autêntico partido político, com clara e definida atuação eleitoral. Seu presidente no Ceará era o Dr. Edgar de Arruda, conhecido líder católico.

Para eleger o Dr. Pimentel, a LEC teve como oponente o Partido Social Democrático, que congregava os revolucionários de 1930 e não deve ser confundido com o partido do mesmo nome criado depois da redemocratização, em 1945. O PSD tinha como presidente o Dr. Fernandes Távora e como candidato ao Governo o irmão deste, general Juarez Távora.

O pleito foi indireto. O Brasil, saído da revolução de 30, procurava a normalidade constitucional através de Assembléias Constituintes. No plano federal, uma Constituinte já elegera o Dr. Getúlio Vargas para a Presidência da República. Os Estados estavam seguindo o mesmo processo, isto é, elegendo seus governadores através de constituintes estaduais.

Realizadas as eleições diretas para a composição da Constituinte, as quais foram as mais renhidas da história republicana no Ceará, a LEC elegeu 17 deputados enquanto o PSD elegia apenas 13. Com isto, praticamente, se assegurou a vitória do candidato lecionista, Dr. Meneses Pimentel.

Ante a certeza do triunfo do líder católico, o PSD realizou uma manobra política, retirando a candidatura de Juarez Távora, na esperança de atrair votos do antigo Partido Conservador (aciolino) e de outros que não afinassem com o nome de Juarez. A tentativa deu certo apenas em parte: o deputado George Moreira Pequeno, conservador, passou-se para o PSD, que somou então 14 votos. Apesar desta defeção, entretanto, a LEC continuou com maioria, ou seja, 16 deputados.

O partido revolucionário não se conformou com esta situação e tentou mudá-lo por todos os meios, inclusive o suborno e a violência. As residências dos deputados lecionistas Carlos Benevides e Lourival Correia Pinho foram invadidas e, segundo o jornal *O Nordeste*, donzelas foram escouceadas. Por seu turno, o interventor federal, cel. Moreira Lima, ameaçava não entregar o poder aos "reacionários pátria-velha" e apelava para as "vozes do sertão", ao mesmo tempo que mobilizava os efetivos policiais para uma reação que parecia iminente.

A última esperança do PSD passou a ser o voto do Deputado Elpidio Prata Gomes, candidato independente que fora absorvido pela LEC. Obtendo-se esse voto, o PSD conseguiria o empate de 15 contra 15, o que permitiria a vitória do Dr. José Acioli, lançado à última hora para conseguir a adesão de George Moreira Pequeno e de mais alguém. Acioli venceria no empate por ser mais velho do que o Dr. Pimentel.

Clímax de Violência

A proximidade das eleições gerou um clima de grande nervosismo e também de violência em Fortaleza. Jornais oposicionistas como a *Gazeta de Notícias* e a *Rua* foram atacados a bala, altas horas da noite, sendo que todos redatores da *Gazeta* foram levados à Polícia, onde foram interrogados e liberados pela madrugada.

Em meio a esta tempestade, os deputados da Oposição juntamente com o Dr. Pimentel se asilam no 23º Batalhão de Caçadores, procurando preservar suas imunidades. Segundo os jornais divulgaram na época, houve uma tentativa de envenenamento através da comida enviada pelo Palace Hotel, que ficava defronte ao 23º BC, então sediado no atual Quartel-General da 10ª RM. Os deputados tiveram disenteria e cólicas intestinais, sendo salvos por uma equipe de médicos.

Três dias antes das eleições, Getúlio Vargas chamou ao Rio o interventor Moreira Lima, que partiu às pressas e não mais voltou ao Ceará. Moreira Lima pretendia virar a mesa, a exemplo do que fizera seu colega Magalhães Barata, no Pará, que se elegera usando de intimidação com apenas 13 contra seu adversário José Malcher. O chamado de Vargas visa a impedir que o plano vingasse.

Depois da saída de Moreira Lima, os deputados lecionistas, isolados no 23º, puderam dirigir-se à Assembléia protegidos por forte contingente militar que isolou, de baionetas caladas, toda a área entre o quartel e o prédio do Legislativo. Apesar da pequena distância, os deputados ainda vieram de carro, com escolta armada ao lado.

A Eleição

Após todos estes incidentes, realizou-se afinal a eleição, na data marcada, sendo o Dr. Pimentel eleito por 16 votos contra 14. Comentou-se na época que o Deputado Elpidio Prata iria votar no PSD, o que determinaria o empate e a vitória de José Acioli pela idade. No entanto, o Deputado Francisco Monte na hora da votação sentou-se ao lado de Elpidio e ameaçou: "Elpidio, nós vamos ter 16 votos. Se parecerem só 15 você será o traidor e não terá mais vez..."

Eleito, Pimentel, ao tomar posse, pronunciou um discurso de muita repercussão, prometendo solenemente que governaria sem ódios e ressentimentos, "sob um pálio de amor e liberdade". Governou constitucionalmente, como Governador, até 10 de novembro de 1937. Daquela data em diante, no Estado Novo, foi Interventor Federal nomeado por Getúlio Vargas.

Saliente-se que o Dr. Pimentel dera pleno apoio ao golpe de estado que instituiu o Estado Novo, quando por aqui passara, como articulador do movimento, o Dr. Negrão de Lima, o que explica ter sido mantido no poder, o que não aconteceu com Lima Cavalcante, em Pernambuco, e Juraci Magalhães, na Bahia, que se negaram apoiar o golpe.

Nos períodos constitucional e de exceção, o Dr. Meneses Pimentel tornou-se um dos governantes mais prestigiados por Getúlio e, portanto, dos mais poderosos. No Norte/Nordeste só Agamenon Magalhães com ele rivalizava. Tinha entrada franca nos palácios Catete (despachos) e Guanabara (residência).

Por ocasião do complô integralista de 1938, o Dr. Pimentel, que se encontrava no Rio de Janeiro, foi o primeiro político a entrar no Guanabara, depois de dominado o motim, para prestar solidariedade a Vargas, o que muito sensibilizou o Presidente.

O prestígio de Pimentel crescia e se irradiava por todos os recantos. Em todo o Ceará eram inaugurados bustos e retratos de Pimentel e seu nome era dado a ruas, praças, escolas, patronatos, foruns, creches, hospitais e até a um albergue noturno em Fortaleza. Chegou-se até a cogitar de mudar o nome de Santa Quitéria, sua terra natal para Meneses Pimentel, a exemplo do que se fizera em Minas Gerais, onde deram o nome de Benedito Valadares (Governador Valadares) à cidade onde ele nascera. A reação dos meios católicos foi grande e a idéia da mudança esvaziou-se. O que não impediu o jornalista Paulo Maranhão de escrever, na *Folha do Norte*, de Belém do Pará, que no Ceará nem os santos escapam à fúria dos bajuladores.

Neste ambiente de adulações, o Dr. Meneses Pimentel assumia uma atitude de certa forma irônica, como homem experimentado que em tudo via a homenagem ao cargo que ocupava e não ao valor que sem dúvida possuía. Na certa tinha razão, pois passados os anos e mudando os ventos as atitudes também se modificaram.

Em 1945, o Dr. Pimentel caía em desgraça. Homem de palavra, tinha dado seu apoio à candidatura Eurico Dutra e não se afastaria do compromisso assumido. Entretanto, o próprio pai dessa candidatura, Getúlio Vargas, pretendeu demoli-la, tentando eleger-se Presidente através do movimento "queremista", que tinha por leme: "Com Getúlio, com Deus e a Constituinte apoiado pelos comunistas e que tinha por chefe no Ceará o Sr. Olavo de Oliveira. Pimentel dera o "não" ao articulador do "queremismo" nos Estados, mantendo-se firme ao lado de Dutra. Isto lhe valeu a demissão do cargo de Interventor, o que ocorreu no dia 25 de outubro de 1945, quatro dias antes da deposição do próprio Getúlio. Em seu lugar foi investido, ainda como Interventor, o Dr. Beni de Carvalho, aracatiense, professor do Colégio Militar no Rio e que fora Vice-Presidente do Estado no Governo de Matos Peixoto até 1930.

Com a posse de Beni, começou a degradingolada. Os adutores e puxa-sacos se afastaram depois de dez anos de incensamento. O fato não surpreendeu o Dr. Pimentel, homem experimentado e que conhecia a natureza humana, com toda a sua volubilidade. E ele encarou filosoficamente a nova realidade. Pode-se dizer que o ex-Governador e ex-Interventor caiu de pé, com toda a dignidade.

Caso "sui generis". Com a queda de Getúlio, o Sr. Olavo de Oliveira deveria pela lógica ter sido arrastado, pois fora o coordenador de "queremismo" entre nós. No entanto, ocorreu o inesperado. Fortaleceu-se com a indicação de Beni Carvalho. A explicação, todavia, é simples: Olavo tinha como um de seus lugares-tenentes Vicente Linhares, irmão do Ministro José Linhares, que assumira a Presidência da República em lugar de Vargas. Daí o crescimento de seu prestígio junto ao novo Interventor, passando a dominar totalmente o Ceará.

O domício de Olavo resultou num processo de "despimentelização" do Estado. Demissões em massa foram feitas ao lado de nomeações maciças de correligionários do olavismo. Houve uma fúria de decretos demitindo, nomeando e promovendo, a ponto de chegarem à Imprensa Oficial aos oficiais escritos em papel de embrulho.

Impressionante foi a demolição do sistema de homenagens que durante um decênio havia sido montado em torno de Pimentel. Começaram nomes de ruas, de escolas, de postos médicos, de creches e de outras instituições, ao mesmo tempo que eram retirados os retratos do ex-Interventor de todas as repartições públicas.

Até o busto de Pimentel, no prédio da Secretaria de Polícia, esteve a pique de ser retirado, o que só não aconteceu em face da reação do Interventor Beni Carvalho, que teria exclamado: "Não comecem esta baixaza!" Mas o busto, a despeito do tardio escrúpulo do Interventor, foi a única coisa que ficou de pé, como lembrança do regime pimentelista. Tudo o mais desmoronou, como se fosse um castelo de cartas. O que possa ter restado dessa primeira investida, haveria de desaparecer com o correr dos tempos, pois o processo de demolição iria continuar nos governos constitucionais que se seguiriam, a começar pelo de Faustino de Albuquerque.

Aproveitando as sucessivas reformas por que passou a Secretaria de Polícia, outras tentativas foram feitas para o busto remanescente de Pimentel. Certa vez chegou a ser deslocado do pedestal e colocado a um canto, sobre um monte de areia. Este fato inspirou ao saudoso Fialho, porteiro da Secretaria do Interior e Justiça e do Teatro José de Alencar, a seguinte exclamação, ao passar para o emprego, no 4º andar do prédio da Polícia: "Quem foi, quem és e onde estás".

Um Deputado amigo de Pimentel imaginou uma fórmula para garantir a permanência do busto, arranjando-lhe companhia. A fórmula foi colocar ao lado do busto de Pimentel, o de Getúlio Vargas, que também começara uma via crucis, pois saíra do salão de honra da Secretaria do Interior e já estava na cantina, recebendo poeira e

fumaça. Mesmo assim, Pimentel perdeu o lugar central de honra, visto que os dois bustos foram colocados nos cantos do átrio da Secretaria de Polícia.

Decorridos 32 anos da saída de Pimentel do Governo, só restam em sua homenagem — pelo que sei — o mencionado busto e nome dado ao Arquivo Público, só Deus sabendo porque este último permanece.

Com esta reportagem pretendi mostrar quão grande é a fragilidade do caráter dos homens. A despeito de seu valor pessoal e dos benefícios que prestou, só foi considerado enquanto estava no poder. Este é que realmente significava algo para os adutores e cortesãos, e não o homem que o encarnava. Esta uma lição que os que hoje se acham no poder devem aprender. É de bom alvitre que afastem os adutores, pois estes são apenas sanguessugas, hienas insaciáveis, cujo único objetivo é engordar à sombra do Governo. Eles se aproveitam principalmente dos governantes sem malícia, que não percebem o mal que lhes anda em volta.

Ante as homenagens dos oportunistas, é preciso que cada um se comporte como o Presidente Geisel, que recusou recentemente fosse dado seu nome a uma praça em sua cidade natal, sugerindo que em troca se homenageasse um vulto da história pátria, ou da história do Rio Grande do Sul, que se houvesse destacado nas letras, nas artes, nas armas ou em outro setor.

É preciso que imitem também o gesto de Floriano Peixoto. Este procurado por um vivaldino adador, que lhe queria comprar um terreno em Petrópolis, respondeu-lhe que queria realmente desfazer-se do imóvel, mas que o procurasse depois que ele deixasse o Governo. O vivaldino saiu e jamais voltou, mostrando qual era o seu verdadeiro intuito — não apenas o de comprar o terreno mas o de aproximar-se do Presidente e disto tirar proveito.

A propósito destes comentários, devo lembrar que existe lei proibindo que seja dado o nome de pessoas vivas a logradouros e instituições públicas. Infelizmente, a lei não vem sendo observada, e os vivos são homenageados a todo instante com seus nomes em ruas, escolas e estádios. Tais homenagens devem ser reservadas aos mortos, que só por esta forma são lembrados, enquanto que os vivos continuam a ser vistos e ouvidos.

Quero citar também aqui o que ocorreu no Governo Carneiro de Mendonça. O Diretor de Saúde, Amílcar Barca Pelon, ia inaugurar o Centro de Saúde nº 1, o mesmo que há pouco tempo foi demolido na Praça José de Alencar. A placa comemorativa tinha os seguintes dizeres: "Centro de Saúde de Fortaleza. Construído na Administração do Interventor Roberto Carneiro de Mendonça, sendo Diretor de Saúde o Dr. Amílcar Barca Pelon".

Carneiro de Mendonça, ao tomar conhecimento dos dizeres, discordou deles e repreendeu seu auxiliar. Tomando de uma pena redigiu a inscrição que queria: "Centro de Saúde de Fortaleza. Construído pelo Governo Revolucionário". Referia-se, naturalmente, à Revolução de 30.

Outro fato que colabora para o objetivo desta reportagem. Um esperto prefeito de município da Zona Norte, fez pequenos melhoramentos, inclusive na creche que tinha o nome de Dona Flora Albuquerque, esposa do ex-Governador Faustino de Albuquerque, e decidiu reinaugurá-lo com o nome de Dona Ilná Barbosa, esposa do então Governador Raul Barbosa. Este, que tinha um olheiro em cada cidade do interior, soube da história e mediu, como homem sagaz, as verdadeiras intenções do Prefeito. Chamou-o, então, a Fortaleza e disse-lhe que só iria inaugurar o melhoramento se ele, Prefeito, restaurasse o nome de Dona Flora. Isto porque estava certo, de que quando deixasse o Governo a mesma coisa poderia ser feita em relação a Dona Ilná, pois estava claro que a homenagem pretendida não era a ela mas à mulher do Governador.

Devo salientar que esta reportagem é também uma homenagem ao Dr. Meneses Pimentel, homem a quem sempre admirei e de cuja amizade tive a honra de privar. Lembro-me ainda de uma vez em que viajava com ele no mesmo avião, vindo do Rio de Janeiro. Conversamos longamente sobre fatos de seu Governo e a certa altura inda-

guei: "Dr. Pimentel, eu nunca o ouço falar mal ou queixar-se de seus adversários? Por que?" A resposta que me deu foi um sorriso largo, que bem traduzia uma das facetas de seu caráter de homem de bem.

Acredito que esta é a hora de uma homenagem sincera ao Dr. Pimentel. A exemplo do que se faz com Fernandes Távora, que também participou ativamente da história política do Ceará, é justo que se dê seu nome a uma importante artéria de Fortaleza, perpetuando sua ilustre memória. Pelo menos é preciso não esquecer que foi ele o homem que por mais tempo governou o Ceará (1935/1945), excetuado o Presidente Antonio Pinto Nogueira Acioli, que governou 12 anos, de 1896 a 1900 e de 1904 a 1912.

Sic transit gloria mundi!

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Item 2:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 338, de 1977), do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1977 (nº 85-B/77, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio Comercial, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, a bordo do navio da Armada Peruana, *Ucayali*, fundeado no rio Amazonas (Solimões), na linha de fronteira brasileiro-peruana, em 5 de novembro de 1976.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo nenhum dos Srs. Senadores que deseje usar da palavra, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como aprovada nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1977 (nº 85-B/77, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1977

Aprova o texto do Convênio Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Convênio Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, firmado a bordo do navio da Armada Peruana, *Ucayali*, fundeado no rio Amazonas (Solimões), na linha de fronteira brasileiro-peruana, em 5 de novembro de 1976.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Item 3:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 295, de 1977), do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1976, do Senhor Senador Otair Becker, que faculta ao empregado do sexo feminino sacar os depósitos de sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na hipótese que indica.

Em discussão a redação. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1976, que faculta ao empregado do sexo feminino sacar os depósitos de sua conta vinculada do FGTS, na hipótese que indica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É facultado ao empregado do sexo feminino que se desligar, definitivamente, da empresa, dentro dos 18 (dezoito) meses seguintes ao seu casamento, sacar os depósitos de sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.

Parágrafo único. Para uso da faculdade referida neste artigo, deverá o empregado do sexo feminino fazer prova mediante apresentação da certidão de casamento e da Carteira Profissional, com a anotação do desligamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1977 (nº 3.381-B/77, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que concede pensão especial a Esther Madeira da Silva, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 366, de 1977, da Comissão:

— de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Ninguém desejando usar da palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 1977 (Nº 3.381-B/77, na Casa de origem)

DE INICIATIVA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Concede pensão especial a Esther Madeira da Silva, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida pensão especial mensal, equivalente a três vezes o maior salário mínimo do País, a Esther Madeira da Silva, filha de Luiz Madeira da Silva e de Alice Madeira da Silva, viúva de Prosperino da Silva, desaparecido em 1º de outubro de 1951, em consequência de uma explosão nas oficinas de pólvoras-mecânicas da Fábrica Estrela.

Art. 2º O benefício instituído por esta Lei é intransferível e inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos, inclusive pensão previdenciária, ressalvado o direito de opção, e extinguir-se-á com a morte da beneficiária.

Art. 3º A despesa decorrente desta Lei correrá à conta de Encargos Gerais da União — Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1977 (nº 96-B/77, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre a República Federativa do

Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, a 13 de janeiro de 1977, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 290 e 291, de 1977, das Comissões:

- de Relações Exteriores; e
- de Economia.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, irei submetê-lo a votos.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1977 (nº 97-B/77, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Resolução A.319 (IX), aprovada pela IX Assembléia da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO), em 12 de novembro de 1975, que contém Emenda à Convenção Internacional de 1966 sobre Linhas de Carga, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 302 e 303, de 1977, das Comissões:

- de Relações Exteriores; e
- de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, irei submetê-lo a votos.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Item 7:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1975, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que fixa normas para a expedição de passaportes, tendo

PARECER, sob nº 210, de 1977, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela injuridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Accioly Filho, Helvídio Nunes, Nelson Carneiro e Heitor Dias.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Rejeitado.

A matéria será arquivada.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 1975

Fixa normas para a expedição de passaportes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todos os passaportes terão o mesmo formato, tamanho e cor.

Art. 2º É vedado fazer qualquer menção, sinal ou impressão, na face externa do passaporte, que possa identificar a qualificação funcional do portador ou o fato de estar o mesmo em missão oficial.

Parágrafo único. Nos passaportes diplomáticos e especiais os dados referentes à qualificação funcional do portador constarão da página dedicada à identificação pessoal.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa (90) dias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Item 8:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1976, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre o seguro desemprego, a cargo do INPS, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 213, de 1977, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Accioly Filho, Nelson Carneiro e Dirceu Cardoso.

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Lázaro Barboza.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O eminente Senador Nelson Carneiro apresentou à consideração da Casa o projeto em discussão, que dispõe sobre o chamado seguro-desemprego a cargo do INPS, e dá outras providências.

O projeto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a nosso juízo, se reveste da maior importância social e, *data venia* da douta Comissão de Constituição e Justiça, não vejo, onde reside a sua institucionalidade, eis que o art. 165 da Constituição assim preceitua:

“Art. 165. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

I — salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as suas necessidades normais e as de sua família;

II — salário-família...

V — integração na vida e no desenvolvimento da empresa...”

Para, finalmente, no item XVI, estabelecer:

“XVI — previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez e morte, seguro-desemprego, seguro contra acidentes do trabalho e proteção da maternidade, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado;”

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é realmente difícil deixarmos, nesta oportunidade, de defender a propositura do nobre Sr. Senador Nelson Carneiro, que recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, mas, felizmente, não por unanimidade. Como V. Exª mesmo anunciou, os nobres Srs. Senadores Dirceu Cardoso, Nelson Carneiro e Accioly Filho apresentaram votos discordantes naquela Comissão.

Na realidade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os trabalhadores brasileiros precisam, efetivamente, contar com o chamado seguro-desemprego. Cotidianamente milhares deles, dispensados de suas funções, permanecem, muitas vezes durante largo tempo, sem encontrar mercado de trabalho ou outras funções remuneradas que lhes permitam manter a família.

Em muitos países do mundo, e na maioria deles, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o seguro-desemprego é uma realidade, enquanto que no Brasil ele continua ainda como letra morta no contexto da Carta Constitucional outorgada.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, sou um homem preocupado com a situação do trabalhador brasileiro.

No ano passado apresentei à consideração do Senado projeto de lei a respeito do tempo de serviço, pois que, infelizmente, com a ado-

ção do FGTS, perdeu o trabalhador o instituto da estabilidade. Num país como o nosso, normalmente o chefe de família, quando atinge aproximadamente 38, 40, 40 e poucos anos de idade, é que, efetivamente, tem ele os mais pesados encargos de família, é quando os filhos adolescentes cursam escolas secundárias ou até mesmo universidade.

Dentro em pouco o FGTS vai acabar levando à rua da amargura milhares e milhares de trabalhadores brasileiros que perderam o instituto da estabilidade, isso porque para o empresário é muito melhor catequizar, no meio da juventude, o empregado com vinte e poucos anos, que, além de ser admitido com vencimentos inferiores, é óbvio, pela condição de idade, pode oferecer mão-de-obra mais rentável e mais barata.

Sr. Presidente, a admissão do FGTS foi uma *capitis diminutio* nos direitos do trabalhador brasileiro. Infelizmente, o seguro-desemprego ainda permanece como letra fria no texto constitucional, e a douta Comissão de Constituição e Justiça, pela sua maioria, entende que, a despeito de rezar explicitamente no texto constitucional, a proposição é inconstitucional.

Sr. Presidente, eu gostaria de conhecer a manifestação do Líder da Maioria a respeito deste projeto. Se S. Ex^a estiver pela sua rejeição, e como o nobre Senador Nelson Carneiro aqui não se encontra, consulto V. Ex^a, se esta for a disposição do Líder da Maioria, se podemos, pelo menos, pedir o adiamento da votação do projeto em pauta.

Estas, Sr. Presidente, as considerações que julguei necessárias. (Muito bem!)

O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — PI) — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes, para discutir a matéria.

O SR. HELVÍDIO NUNES (ARENA — PI) (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1976, de autoria do eminente Senador Nelson Carneiro, pretende assegurar a todo o trabalhador que, após 12 contribuições ao INPS, se encontrar desempregado, e enquanto se mantiver como desempregado, o pagamento de uma renda mensal equivalente a 80% do salário de benefício por ano completo de atividade abrangida pela Previdência Social. A proposição do Senador Nelson Carneiro prevê ainda a cessação do pagamento em caso de recusa de emprego apropriado, bem como o estabelecimento de uma taxa adicional de mais 3% da contribuição devida pelo empregador, caso as receitas habituais do INPS não sejam suficientes para o atendimento do novo encargo.

A matéria foi exaustivamente estudada na Comissão de Constituição e Justiça, que, por maioria de votos, afirmou a inconstitucionalidade do projeto.

Sr. Presidente, não cabe em Plenário, assim entendo, a discussão sobre a constitucionalidade ou não da matéria, vez que a Comissão técnica competente já deu seu parecer.

O nobre Senador Lázaro Barboza invocou vários dispositivos da Constituição como suporte da tese que levantou nesta tarde. Mas S. Ex^a esqueceu de fazer referência especial ao parágrafo único do art. 165 da Constituição, que diz:

“Parágrafo único. Nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício compreendidos na previdência social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total.”

Quanto ao mais, Sr. Presidente, em que pese a louvável preocupação do Senador Nelson Carneiro, cabe ponderar que o problema do desemprego tem sido objeto de atenção permanente por parte do Governo Federal. Com efeito, tem-se procurado solucioná-lo através de medidas compreendidas no âmbito do Ministério do Trabalho, tais como: concessão do auxílio-desemprego; constituição do Fundo de Assistência ao Desempregado; a criação do Fundo de

Garantia do Tempo de Serviço e a elevação do auxílio-desemprego, através do Decreto nº 70.301, de 20-3-73.

Igualmente no âmbito da Previdência Social a matéria vem obtendo tratamento razoável. Assim é que ao segurado desempregado é garantida a manutenção do vínculo, independentemente de contribuição, por período que pode ser prolongado até 36 meses.

São assegurados ainda aos trabalhadores os direitos decorrentes da Lei nº 6.179, de 11-12-74, vale dizer, assistência médica e renda mensal vitalícia, mesmo após a perda de qualidade de segurado, quando atingir a idade de 70 anos, ou mesmo antes, caso venha a se invalidar.

Por último, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o problema relativo às fontes de custeio, fontes que não foram indicadas como manda a Constituição, no projeto do eminente Senador Nelson Carneiro.

Por estas razões, a Maioria se manifesta contrariamente à aprovação do Projeto de Lei nº 230/77.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Há, entretanto, um pedido de adiamento formulado.

O SR. HELVÍDIO NUNES (ARENA — PI) — Se, dados estes esclarecimentos, o nobre Líder da Minoria persistir no seu propósito de retirar a matéria da Ordem do Dia, a Maioria manifesta-se favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 198, DE 1977

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requereio adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1976, a fim de ser feita na sessão de 25 de agosto próximo.

Sala das Sessões, 27 de junho de 1977. — **Lázaro Barboza.**

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Em razão da deliberação do Plenário, a matéria voltará à Ordem do Dia dos nossos trabalhos na sessão de 25 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia, vai-se passar à apreciação do Requerimento nº 197, lido no Expediente, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1977.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1977 (nº 2.557-B/76, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que extingue o SASSE, dispõe sobre a transferência dos economiários para o regime da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências (dependendo de pareceres das Comissões de Legislação Social e de Finanças).

Sobre a mesa, o parecer da Comissão de Legislação Social que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 376, DE 1977

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1977, (nº 2.557-B, de 1976, na origem) que “extingue o SASSE, dispõe sobre a transferência dos economiários para o regime da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências”.

Relator: Senador Ruy Santos.

A Câmara dos Deputados envia ao Senado Federal, o Projeto de Lei nº 46, de 1977, que “extingue o SASSE, dispõe sobre a trans-

ferência dos economiários para o regime da Lei nº 3.807, de 25 de agosto de 1960, e dá outras providências", oriundo de Mensagem do Senhor Presidente da República. Na outra Casa do Congresso Nacional, o projeto foi aprovado com pequenas alterações.

2. Na Exposição de Motivos ao Senhor Presidente da República, diz o Ministro Nascimento e Silva:

"Com a transformação da CEF em empresa pública e a instituição do regime trabalhista para os respectivos servidores, perdeu o SASSE sua razão de ser, frente aos princípios que regem a previdência social brasileira, unificada pelo Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, com a constituição do INPS em substituição aos antigos Institutos de Aposentadoria e Pensões.

A existência do SASSE para uma determinada classe de trabalhadores hoje regida pela legislação geral não mais se justifica, portanto, nem atende à política que orienta a previdência social brasileira."

3. Ao ser designado Relator da matéria na Comissão de Legislação Social, Senadores acharam por bem me enviar sugestões à melhor redação da lei.

a) Uma do Senador Nelson Carneiro, com a seguinte redação:

"Art. Os atuais servidores do SASSE serão aproveitados pela Caixa Econômica Federal, podendo ser postos à disposição da entidade a que se refere o § 2º do art. 2º, assegurando-se aos admitidos até 31 de outubro de 1974, a inclusão no Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.465, de 10 de dezembro de 1970, com exceção dos requisitados e aposentados.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos servidores excluídos dos quadros da Caixa Econômica Federal por justa causa."

O art. 4º do projeto porém, já prevê a situação em exame. Apenas no projeto está **poderão**, falando a emenda também em **podendo**. Não se justifica à alteração proposta.

b) Dos Senadores Gustavo Capanema e Magalhães Pinto, com a seguinte redação:

"Art. 2º

§ 1º Os bens e recursos a que se refere o artigo serão fixados por comissão designada pelo Ministro da Previdência e Assistência Social, da qual participarão representantes do Ministério da Previdência e Assistência Social, do INPS, da CEF, um do SASSE por indicação do Ministro da Fazenda, cabendo a Presidência ao primeiro desses representantes, sendo ainda facultado às Caixas Econômicas Estaduais que tenham servidores filiados ao SASSE, a indicação de um representante."

O que se pretende é incluir representantes das Caixas Econômicas Estaduais na Comissão que examinará os bens e recursos do SASSE. Não há razão porém, para tanto, embora aquelas Caixas tenham recursos, bens como ações do SASSE. É que a Comissão ficará numerosa.

c) ainda dos Senadores Gustavo Capanema e Magalhães Pinto, com a seguinte redação:

"§ 4º As Caixas Econômicas Estaduais que tenham servidores filiados ao SASSE, que mantenham ou venham a manter no prazo de 60 dias da vigência desta lei fundação de caráter privado destinada a assegurar aos seus servidores prestações previdenciárias complementares, transferirão parte do saldo patrimonial remanescente de que trata o parágrafo 2º, bem como, das ações da SASSE — Companhia Nacional de Seguros Gerais, de que trata o parágrafo anterior, obedecido o princípio da proporcionalidade em relação ao valor das contribuições por elas efetivamente realizadas."

Procede a alteração. Se as Caixas Estaduais já dispõem de recursos que estão no SASSE para aquela assistência complementar, justo que continuem a ter com a transferência de parte do seu saldo patrimonial.

3. Assim, sendo, opino favoravelmente ao projeto, com a seguinte

EMENDA Nº 1 — CLS

Acrescente-se ao art. 2º do projeto o seguinte parágrafo:

"§ 4º As Caixas Econômicas Estaduais que tenham servidores filiados ao SASSE, que mantenham ou venham a manter no prazo de 60 dias da vigência desta lei fundação de caráter privado destinada a assegurar aos seus servidores prestações previdenciárias complementares, transferirão parte do saldo patrimonial remanescente de que trata o parágrafo 2º, bem como, das ações do SASSE — Companhia Nacional de Seguros Gerais, de que trata o parágrafo anterior, obedecido o princípio da proporcionalidade em relação ao valor das contribuições por elas efetivamente realizadas."

É o meu parecer.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1977. — **Jessé Freire**, Presidente — **Ruy Santos**, Relator — **Domicio Gondim** — **Lenoir Vargas** — **Osires Teixeira** — **Nelson Carneiro**, vencido.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O parecer da Comissão de Legislação Social é favorável ao projeto, com a emenda que apresenta, de nº 1-CLS.

Solicito ao nobre Senador Helvídio Nunes o parecer da Comissão de Finanças.

O SR. HELVÍDIO NUNES (ARENA — PI. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Encaminhado pelo Poder Executivo, acompanhado da Mensagem nº 197, de 1976, o projeto em exame objetiva a extinção do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas, criado pela Lei nº 3.149, de 21 de maio de 1957, transferindo para o regime geral de Previdência Social os Servidores e Diretores da Caixa Econômica Federal, bem como os da Administração do Serviço de Loterias Federal e Esportiva.

Justifica-se tal reformulação tendo em vista a transformação da Caixa Econômica Federal em empresa pública e a instituição do regime trabalhista para seus servidores.

Ao projeto foram oferecidos e aprovadas quinze Emendas em Plenário, quando da apreciação da matéria na Câmara dos Deputados.

É inegável que a proposição em apreço fundamenta-se em salutar princípio de racionalização da administração pública, ressaltando o Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, na Exposição de Motivos anexa ao projeto, o seguinte:

"4. Com a transformação da CEF em empresa e a instituição do regime trabalhista para os respectivos servidores, perdeu o SASSE sua razão de ser, frente aos princípios que regem a previdência social brasileira, unificada pelo Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966, com a constituição do INPS em substituição aos antigos institutos de Aposentadoria e Pensões.

5. A existência do SASSE para uma determinada classe de trabalhadores hoje regida pela legislação geral não mais se justifica, portanto, nem atende à política que orienta a previdência social brasileira.

6. Ademais, o pequeno contingente de segurados e dependentes que passará a ter cobertura do INPS receberá atendimento normal e igual ao dos demais trabalhadores, sem criação de novos encargos administrativos, com o que se estará racionalizando o serviço e reduzindo substancialmente os custos operacionais."

Quanto ao aspecto financeiro, a medida prevê a transferência de bens e recursos ao INPS capazes de assegurar à essa autarquia os meios necessários para o custeio das prestações já concedidas e das futuras concessões até a efetiva extinção do SASSE.

Assim, excetuadas as reservas técnicas atribuídas ao INPS e os recursos destinados à fundação a ser criada na Caixa Econômica Federal, destinada à complementação de prestações previdenciárias aos economiários, o remanescente do patrimônio da instituição em extinção será transferido à Caixa Econômica, assim como as ações da SASSE — Companhia Nacional de Seguros Gerais, pertencentes ao órgão a ser extinto. Visando a uma melhor harmonia entre os órgãos participantes do rateio patrimonial, estabelece o parágrafo 1º do art. 2º da proposição a criação de comissão encarregada de fixar os montantes a serem distribuídos, cabendo ao Ministro da Previdência e Assistência Social a designação de seus membros.

Por outro lado, determina o art. 5º do projeto a transferência para a fundação de caráter privado a ser instituída pela Caixa Econômica Federal, referida no § 2º do art. 2º, da parcela correspondente a 1% (um por cento) da arrecadação da Loteria Federal, quota essa até então destinada ao SASSE pelos Decretos-leis nºs 204, de 1967, 717, de 1969 e 1.285, de 1973.

Por derradeiro, cumpre registrar que se acham resguardados os direitos dos segurados e servidores do SASSE, sem, contudo, acarretar ônus para a administração da autarquia previdenciária ou para a empresa pública.

A Comissão de Legislação Social ofereceu Emenda, acrescentando o parágrafo ao art. 2º do projeto, para disciplinar e resguardar o patrimônio das Caixas Econômicas que tenham servidores filiados ao SASSE ou que venha a instituir fundação de direito privado.

A alteração apresentada, todavia, não atinge aos objetivos propostos de aprimorar o texto em elaboração, eis que a participação das Caixas Econômicas Estaduais no patrimônio do órgão em extinção requer regularização minuciosa, que a boa técnica legislativa não recomenda que seja incorporada ao texto da lei.

Tendo em vista uma melhor harmonização da matéria a ser inserida, com as normas já estabelecidas no texto ora examinado, opinamos pela rejeição da Emenda nº 1-CLS e pela aprovação do projeto com a seguinte:

EMENDA Nº 2-CF

Altere-se a redação dos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 2º do projeto, acrescentando-se o parágrafo 4º:

§ 1º Os bens e recursos a que se refere este artigo serão fixados por comissão designada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, da qual participarão representantes desse Ministério, do INPS, do extinto SASSE e da Caixa Econômica Federal, facultada às Caixas Econômicas Estaduais que tenham servidores filiados ao SASSE a indicação de um representante comum, e cabendo a presidência ao primeiro deles.

§ 2º O saldo patrimonial remanescente será transferido à Caixa Econômica Federal e às Caixas Econômicas Estaduais que tenham servidores filiados ao SASSE, para que mantenham ou instituíam, dentro de 60 (sessenta) dias, fundação de caráter privado destinada a assegurar aos economiários prestações previdenciárias complementares.

§ 3º Observado o disposto no *caput* deste artigo, as ações da SASSE — Companhia Nacional de Seguros Gerais pertencentes ao SASSE e integrantes do saldo de que trata o § 2º serão também transferidas para as mesmas fundações.

§ 4º As transferências previstas nos § 2º e 3º serão feitas na proporção do valor das contribuições recolhidas ao SASSE pelas entidades ali referidas.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O parecer da Comissão de Finanças é favorável ao projeto, com a emenda que apresenta de nº 2-CF e contrário à Emenda de nº 1-CLS.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

EMENDA Nº 3

(De plenário)

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1977

Dê-se ao art. 4º a seguinte redação:

Art. 4º Os atuais servidores do SASSE que não pertencerem ao Quadro de Pessoal da CEF serão aproveitados nesta última, aplicando-se-lhes as disposições da Lei nº 6.184, de 11 de dezembro de 1974.

Parágrafo único. A disposição deste artigo não se aplica aos economiários aposentados que estejam prestando serviços ao SASSE.

Justificação

A substituição da expressão “poderão ser” aprovada na redação final do Projeto de Lei nº 2.557-B, pela nova redação consubstanciada na presente emenda, é medida de justiça e de elevado atendimento social, aos servidores que vêm prestando relevantes serviços ao SASSE, atendendo como a melhor solução, por ser justa e definitiva, para um crônico problema de quadro que até hoje se arrasta sem um fim possível e previsível. Com a extinção do órgão previdenciário dos economiários, os atuais servidores ficariam em sua maioria, ou mesmo a sua totalidade, ao desamparo de uma faculdade da CEF em aproveitá-los ou não.

Não se desconhece que os servidores do SASSE, que são apenas 671, a maioria com mais de 10 anos de bons serviços prestados aos Associados da Entidade, especialmente os economiários, seriam prejudicados sem a garantia de pronto atendimento pela CEF ou outro órgão do Estado, tendo em vista que a Entidade a ser extinta é uma Autarquia Federal.

Desta forma, a emenda proposta virá não só a resguardar direitos, como também, atingir o aspecto social da maior importância, ou seja, o pleno trabalho, direito constitucional do cidadão, para que não leve ao desamparo inúmeras famílias, que não têm qualquer parcela de responsabilidade na extinção do SASSE, que é marcada única e exclusivamente pelo interesse do Estado.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977. — Franco Montoro.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Em discussão o projeto e as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão com apresentação de emenda, e estando a matéria em regime de urgência, as comissões deverão proferir os pareceres sobre a mesma imediatamente.

Solicito ao nobre Senador Lázaro Barboza o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Projeto sob exame, de iniciativa do Senhor Presidente da República, objetiva extinguir o Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas — SASSE, e estabelece providências acessórias ao desempenho da medida.

Vem à nossa apreciação, em decorrência de Emenda que lhe foi apresentada pelo ilustre Senador Franco Montoro, visando substituir, no art. 4º, que dispõe sobre o aproveitamento dos servidores daquela autarquia, a expressão “poderão ser aproveitados”, por “serão aproveitados”.

Trata-se, como salienta o Autor na Justificação, de evitar que aqueles servidores ficassem “em sua maioria ou mesmo em sua totalidade ao desamparo de uma faculdade da Caixa Econômica Federal em aproveitá-los ou não”.

O Projeto, em seu conjunto, está em harmonia com os preceitos jurídicos e constitucionais, aos quais se integram, igualmente, as emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O parecer da Comissão de Constituição e Justiça conclui pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e das emendas.

Solicito ao nobre Senador Ruy Santos o parecer da Comissão de Legislação Social sobre a emenda de plenário.

O SR. RUY SANTOS (ARENA — BA. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, na Comissão de Legislação Social já dei parecer favorável ao projeto. Na oportunidade em que o parecer foi lido pelo Sr. 1º-Secretário, foi apresentada sugestão do eminente Senador Nelson Carneiro com a mesma finalidade desta emenda do Senador Franco Montoro. E lá eu dei parecer contrário. De maneira que não posso deixar de manter o ponto de vista dado na Comissão, embora falando pela Comissão mas em caráter pessoal, sem que isso importe na decisão que o Plenário vai tomar.

O meu parecer, assim, é contrário à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Com a palavra o nobre Senador Helvídio Nunes para proferir o parecer da Comissão de Finanças sobre a emenda de plenário.

O SR. HELVÍDIO NUNES (ARENA — PI. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Apresentada em Plenário pelo ilustre Senador Franco Montoro, a emenda em questão tem por objetivo assegurar aos atuais servidores do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas o seu aproveitamento no quadro do pessoal da Caixa Econômica, evitando-se, assim, a possibilidade de dispensa de servidores ante a extinção daquele órgão.

Com o acréscimo do parágrafo único ao artigo 4º do Projeto, por outro lado, exclui-se da norma estabelecida no *caput*, os economistas aposentados que prestam serviços ao SASSE.

A medida em apreço merece aprovação por razões de ordem social, relevando salientar que não trará inconveniente de natureza financeira à Caixa Econômica Federal, onde se registra constante carência de servidores, face ao vertiginoso crescimento da empresa.

Somos, por estas razões, pela aprovação da presente emenda.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Os pareceres são favoráveis à emenda de plenário.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 1977 (Nº 2.557-B/76, na Casa de origem)

De iniciativa do Senhor Presidente da República

Extingue o SASSE, dispõe sobre a transferência dos economistas para o regime da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica extinto o Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas (SASSE), autarquia federal criada pela Lei nº 3.149, de 21 de maio de 1957, passando os servidores e diretores da Caixa Econômica Federal (CEF), bem como os servidores da Associação dos Servidores da Caixa Econômica, à condição de segurados obrigatórios do regime de previdência social da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e legislação posterior.

§ 1º A filiação prevista neste artigo será automática, cabendo ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a partir da data da entrada em vigor desta lei, garantir a esses segurados e respectivos dependentes, sem solução de continuidade, o direito às prestações do referido regime de previdência social.

§ 2º O tempo de filiação ao SASSE será computado pelo INPS para todos os fins, inclusive período de carência.

§ 3º Os benefícios pecuniários em manutenção no SASSE passarão, a partir da entrada em vigor desta lei, à responsabilidade do INPS, inclusive quanto ao reajustamento previsto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, prestando aquele Instituto aos segurados e dependentes com eles relacionados os serviços a que tenham direito, na forma do citado regime previdenciário.

§ 4º Ficam garantidos aos atuais segurados do SASSE os benefícios não requeridos ou em fase de processamento, a que tenham feito jus até a data da extinção da autarquia, podendo esse direito ser exercitado a qualquer tempo.

Art. 2º Para atender aos encargos decorrentes do disposto no art. 1º serão destacados do patrimônio do SASSE e transferidos para o INPS bens e recursos de valor correspondente às reservas técnicas dos benefícios concedidos e a conceder.

§ 1º Os bens e recursos a que se refere este artigo serão fixados por comissão designada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, da qual participarão representantes do Ministério da Previdência e Assistência Social, do INPS, da Caixa Econômica Federal e um do SASSE, por indicação do Ministério da Fazenda, cabendo a previdência ao primeiro desses representantes.

§ 2º O saldo patrimonial remanescente será transferido à Caixa Econômica Federal para que esta mantenha fundação de caráter privado destinada a assegurar aos economistas prestações previdenciárias complementares.

§ 3º As ações do SASSE — Companhia Nacional de Seguros Gerais, pertencentes à entidade ora extinta, serão transferidas para a fundação a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 3º Os servidores das Caixas Econômicas Estaduais que, na data em que esta lei entrar em vigor, não estiverem sujeitos a regime próprio de previdência social, passarão a filiar-se obrigatoriamente ao INPS.

Art. 4º Os atuais servidores do SASSE que não pertencerem ao quadro de pessoal da CEF poderão ser aproveitados nesta última ou na entidade a que se refere o § 2º do art. 2º, aplicando-se-lhes as disposições da Lei nº 6.184, de 11 de dezembro de 1974.

Art. 5º Fica transferida para o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS — a parcela correspondente a um por cento do total arrecadado pela Loteria Federal, destinada ao SASSE pelos Decretos-leis nºs 204, de 27 de fevereiro de 1967; 717, de 30 de julho de 1969, e 1.285, de 6 de setembro de 1973, a partir da data do início da vigência desta lei.

Art. 6º O Poder Executivo adotará as medidas necessárias à execução desta lei.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Passa-se à votação, em globo, das Emendas nºs 2-CF e 3, de plenário.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Vai-se passar, agora, à votação da Emenda nº 1-CLS, que recebeu parecer contrário da Comissão de Finanças.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 2-CF e 3, de plenário, a matéria vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Sobre a mesa, redação final de matéria em regime de urgência que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 377, DE 1977
Da Comissão de Redação

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1977 (nº 2.557-B/76, na Casa de origem).

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1977 (nº 2.557-B/76, na Casa de origem), que extingue o SASSE, dispõe sobre a transferência dos economiários para o regime da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1977. — **Adalberto Sena, Presidente** — **Saldanha Derzi, Relator** — **Jarbas Passarinho.**

ANEXO AO PARECER Nº 377, DE 1977

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1977 (nº 2.557-B/76, na Casa de origem).

EMENDA Nº 1
(Corresponde à Emenda nº 2-CF)

Dá nova redação aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 2º do Projeto, acrescentando-se o § 4º:

"Art. 2º

§ 1º Os bens e recursos a que se refere este artigo serão fixados por comissão, designada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, da qual participarão representantes desse Ministério, do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), do extinto SASSE e da Caixa Econômica Federal, facultada às Caixas Econômicas Estaduais, que tenham servidores filiados ao SASSE, a indicação de um representante comum, e cabendo a presidência ao primeiro deles.

§ 2º O saldo patrimonial remanescente será transferido à Caixa Econômica Federal e às Caixas Econômicas Estaduais, que tenham servidores filiados ao SASSE, para que mantenham ou instituam, dentro de 60 (sessenta) dias, fundação de caráter privado destinada a assegurar aos economiários prestações previdenciárias complementares.

§ 3º Observado o disposto no caput deste artigo, as ações do SASSE — Companhia Nacional de Seguros Gerais, pertencentes ao SASSE e integrantes do saldo de que trata o § 2º serão, também, transferidas para as mesmas fundações.

§ 4º As transferências previstas nos §§ 2º e 3º serão feitas na proporção do valor das contribuições recolhidas ao SASSE pelas entidades ali referidas."

EMENDA Nº 2
(Corresponde à Emenda nº 3, de Plenário)

Dê-se ao art. 4º do Projeto a seguinte redação:

"Art. 4º Os atuais servidores do SASSE que não pertencerem ao quadro de pessoal da Caixa Econômica Federal — CEF, serão aproveitados nesta última, aplicando-se-lhes as disposições da Lei nº 6.184, de 11 de dezembro de 1974.

Parágrafo único. A disposição deste artigo não se aplica aos economiários aposentados que estejam prestando serviços ao SASSE."

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Achando-se em regime de urgência, a matéria cuja redação final acaba de ser lida, deve esta ser imediatamente submetida à deliberação do Plenário.

Em discussão a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1977. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada. Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Sobre a mesa, as redações finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 14 e 17, de 1977, aprovados na Ordem do Dia da Presente sessão e que, nos termos do parágrafo único do art. 355 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário. (Pausa.)

São lidas as seguintes

PARECER Nº 378, DE 1977
Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1977 (nº 96-B/77, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1977 (nº 96-B/77, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, a 13 de janeiro de 1977.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1977. — **Adalberto Sena, Presidente** — **Saldanha Derzi, Relator** — **Helvídio Nunes.**

ANEXO AO PARECER Nº 378, DE 1977

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1977 (nº 96-B/77, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1977

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia sobre o Comércio de Produtos Têxteis.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia sobre Produtos Têxteis, celebrado em Bruxelas, a 13 de janeiro de 1977.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 379, DE 1977
Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1977 (nº 97-B/77, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Helvídio Nunes

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1977 (nº 97-B/77, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Resolução A.319 (IX), aprovada pela IX Assembleia da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO), em 12 de novembro de 1975, que contém Emenda à Convenção Internacional de 1966, sobre Linhas de Carga.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1977. — **Adalberto Sena, Presidente** — **Helvídio Nunes, Relator** — **Saldanha Derzi.**

ANEXO AO PARECER Nº 379, DE 1977

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1977 (nº 97-B/77, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1977

Aprova o texto da Resolução A. 319(IX), aprovada pela IX Assembleia da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO), em 12 de novembro de 1975, que contém Emenda à Convenção Internacional de 1966 sobre Linhas de Carga.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Resolução A. 319(IX), da IX Assembleia da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO), que contém Emenda à Convenção Internacional de 1966, sobre Linhas de Carga.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — As redações finais lidas vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos e aprovados os seguintes

REQUERIMENTO Nº 199, DE 1977

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1977, que aprova o texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas, a 13 de janeiro de 1977.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977. — **Senador Helvídio Nunes.**

REQUERIMENTO Nº 200, DE 1977

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1977, que aprova o texto da Resolução A.319 (IX), aprovada pela IX Assembleia da Orga-

nização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO), em 12 de novembro de 1975, que contém Emenda à Convenção Internacional de 1966 sobre Linhas de Carga.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1977. — **Helvídio Nunes.**

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Aprovados os requerimentos, passa-se à imediata apreciação das redações finais anteriormente lidas.

Em discussão a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1977. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Passa-se, agora, à apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1977.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Brossard.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho o propósito de traçar, ainda que de forma incompleta, a evolução do sistema bancário brasileiro a partir de 1960 e, especialmente, de 1964 em diante, considerando que nesse ano foi criado o Banco Central e promulgada a lei de reforma bancária. No levantamento procedido não foram considerados os bancos de Desenvolvimento, o BNH e o Banco do Brasil, este pela sua singularidade em relação aos bancos comerciais, aqueles por serem bancos de finalidade distinta. Contudo, e a título de informação, um quadro sintético dá notícia dos depósitos do Banco do Brasil e o que eles representam em relação ao total dos depósitos bancários no País:

BANCO DO BRASIL

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS NO BANCO DO BRASIL DE 1.960 A 1.975
(15 ANOS). EXCLUÍDOS B.N.H. E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO.

(EM CR 1.000,-)

ANO	TOTAL DOS DEPÓSITOS NO PAÍS	TOTAL DOS DEPÓSITOS NO BANCO DO BRASIL	PERCENTAGEM DOS DEPÓSITOS DO BCB. DO BRASIL SOBRE O TOTAL DO PAÍS	PERCENTAGEM DOS DEPÓSITOS DO BRASIL SOBRE O TOTAL DE RECURSOS
1.960	748.441.220	1240.602.348	37 %	6.445 %
1.964	5.061.670.420	1.881.580.990	37 %	5.637 %
1.970	41.023.324	16.252.915	39 %	748 %
1.975	205.544.980	71.956.795	35 %	325 %
30.06.76	227.346.376	77.965.862	34 %	289 %
31.12.76	261.520.701	79.005.140	30 %	239 %

Pareceu-me que o estudo, ou esboço de estudo, deveria considerar os bancos por seus depósitos, uma vez que estes formam a matéria-prima por excelência, sobre eles recaindo inclusive o recolhimento compulsório ao Banco Central, sendo a "mercadoria" com que trabalha o Banco, tanto maiores os depósitos maior a influência e poder dos bancos.

Em 1960 havia 314 bancos comerciais, excluído o Banco do Brasil, número que, em 1964 — ano em que foi promulgada a reforma bancária — se elevava para 319. A relação anexa indica-os segundo a ordem decrescente de depósitos e sua distribuição por Estados, em 31.XII.60, 64, 70, 75 e em 31.XII.76, assim como a evolução dos depósitos entre o ano de 1975 e o de 1976 (Anexo nº 1).

No período 1960-1964, a situação permanece estável, seja quanto ao número de bancos, seja quanto ao montante de depósitos, seja quanto sua distribuição geográfica por Estados; desprezados os Estados cuja concentração de depósitos era inexpressiva, (Ceará e Paraíba, por exemplo, cujos depósitos aumentaram em 86% e 188% e continuaram a quase nada representar em relação ao conjunto do País), apenas a Bahia acusou crescimento significativo, 55%, pois se em 1960 representava 2,58% sobre o total dos depósitos bancários em todo o País (sempre considerado o Banco do Brasil), em 1964 passara a representar 4%, ainda que conservasse a sua posição nacional, permanecendo em 5º lugar, depois de São Paulo, Minas Gerais, Rio e Rio Grande do Sul. O quadro seguinte retrata a situação, por Estados, em 1960 e em 1964:

Nº DE ORDEN	ESTADOS	DEPOSITOS BANCARIOS			BANCOS		
		Porcentagem s/o total no País em 31.12.60	porcentagem s/o total no País em 31.12.64	Evolução da porcentagem	Nº de Bancos	Nº de Bancos	Evolução da Porcentagem
1	SÃO PAULO	38,60 %	38,44 %	+ 0,4 %	97	106	+ 9 %
2	MINAS GERAIS	27,14 %	24,56 %	- 9,5 %	24	31	+ 22 %
3	RIO DE JANEIRO	16,74 %	17,00 %	+ 1,5 %	117	94	- 20 %
4	RIO GRANDE DO SUL	4,57 %	5,44 %	+ 19,0 %	10	13	+ 30 %
5	BAHIA	2,58 %	4,00 %	+ 55,0 %	9	11	+ 22 %
6	PARANÁ	2,45 %	3,00 %	+ 22,0 %	9	12	+ 33 %
7	PARÁ	2,43 %	0,49 %	- 80,0 %	1	4	+300 %
8	PERNAMBUCO	2,31 %	2,20 %	- 4,8 %	10	8	- 20 %
9	CEARÁ	1,38 %	2,57 %	+ 86,0 %	6	4	- 33 %
10	STA. CATARINA	1,16 %	0,99 %	- 14,6 %	3	3	- -
11	PARAIBA	0,17 %	0,49 %	+188,0 %	4	4	- -

Depois de 1964

Como é notório, uma política de concentração bancária foi adotada e se operou a partir de então. Embora desnecessária a observação, em princípio, não é condenável a redução do número de bancos, pode ser até útil, na medida em que essa providência represente o real saneamento do sistema bancário. Nem se discute a necessidade de um Banco Central a disciplinar a atividade bancária, tal a relevância do interesse público que lhe é inerente.

Igualmente notório é que prevaleceu a opção de estimular a criação de grandes bancos nacionais, desprezado que foi a opção de estimular a criação de grandes bancos regionais, melhor relacionados com as regiões geoeconômicas existentes no Brasil.

Como é notório, volto a dizer, uma política de concentração bancária foi adotada e se operou a partir de então. O que aconteceu não aconteceu por acaso. Resultou de uma política e quem diz política, diz uma orientação governamental.

Em razão dela o número de estabelecimentos foi sendo reduzido progressivamente; tendo começado pela absorção de pequenos bancos e casas bancárias, sucessivamente tragados pelos maiores, culminou com a eliminação de centenários estabelecimentos, de vasta disseminação interna e sólido conceito externo. O caso mais ruidoso, pelos seus requintes, talvez tenha sido o do Banco da Bahia, dos mais antigos e dos mais conceituados bancos do País, no País e fora dele.

Um banco paulista decretou a sua incorporação e o absorveu, como se estivéssemos no ponto mais alto do liberalismo econômico do liberalismo manchesteriano e os grandes interesses atuassem como o Estado fosse apenas o *l'état gendarme* e o setor bancário não estivesse submetido a rígidos padrões de disciplina.

As fusões e incorporações havidas de 1960 a 1974 podem ser acompanhadas pelo levantamento anexo, Estado por Estado e banco por banco, em cada Estado. É de notar-se, todavia, que, de 60 a 74, mediante fusões e incorporações.

São Paulo absorveu	204	bancos
Rio	52	bancos
Minas Gerais	47	bancos
Paraná	47	bancos
Bahia	47	bancos
Rio Grande do Sul	13	bancos
Pernambuco	8	bancos
Ceará	5	bancos
Sergipe	3	bancos
Pará	2	bancos
Amazonas	1	banco
Acre	1	banco
Alagoas	1	banco

Espírito Santo	1	banco
Piauí	1	banco
Santa Catarina	1	banco
Total	401	bancos

A partir de 64, como antes foi dito, foi-se operando profunda alteração na rede bancária, como se pode verificar comparando-se os dados de 60 e/ou 64 (praticamente iguais, como também foi dito), com os de 1970, 75 e 76, quando se vai verificar, a olho nu, uma aceleração intensa, sistemática e crescente do processo de concentração do poderio financeiro em um Estado da Federação, com o correlato depauperamento dos demais Estados; vale também salientar,

ainda que de passagem, ter ocorrido concentração maiúscula dentro do próprio Estado e uma concentração dentro da concentração. Mais adiante tocarei neste ponto.

São Paulo, que possuía 106 bancos em dezembro de 64, contava com 40 em dezembro de 75, onze anos depois. Mas os bancos paulistas, cujos depósitos, naquela data, representavam 38,44%, passados onze anos, passaram a representar 48%, da totalidade dos depósitos no País. No mesmo período, Minas Gerais passou de 94 para 9 bancos, e de 24,56% sobre os depósitos do País minguiu para 11,15%. O quadro seguinte dá uma idéia do que ocorreu no período 31.XII.64 a 31.XII.75, em onze anos, portanto, em dez Estados. Mas a transformação ocorrida, merece ser acompanhada em suas escalas intermediárias.

REDE BANCÁRIA BRASILEIRA

INDICES de aumento ou redução dos depósitos bancários e do número de Bancos de 31.12.64 a 31.12.75, nos 10 Estados de maior concentração de depósitos.

Nº DE ORDEN	ESTADOS	DEPÓSITOS BANCÁRIOS			BANCOS		
		Porcenta- gem s/o total no país em	Porcenta- gem s/o total no país em	Evolução da percenta- gem	Nº de Bancos em	Nº de Bancos em	Evolução da percenta- gem
		31.12.64	31.12.75		12.64	12.75	
1	SÃO PAULO	38,44 %	48,00 %	+ 24,9 %	106	40	- 62 %
2	MINAS GERAIS	24,56 %	11,15 %	- 54,6 %	94	9	- 90 %
3	RIO	17,00 %	13,20 %	- 22,3 %	31	12	- 61 %
4	RIO GRANDE DO SUL	5,44 %	4,00 %	- 26,47 %	13	3	- 77 %
5	BAHIA	4,00 %	3,44 %	- 14,0 %	11	3	- 73 %
6	PARANÁ	3,00 %	5,90 %	+ 97,0 %	12	2	- 83 %
7	CEARÁ	2,57 %	1,60 %	- 37,7 %	4	5	+ 25 %
8	PERNAMBUCO	2,20 %	1,80 %	- 18,0 %	8	4	- 50 %
9	SANTA CATARINA	0,99 %	0,77 %	- 22,0 %	3	1	- 66 %
10	PARÁ	0,49 %	1,40 %	+ 65,0 %	3	2	- 33 %

O fenômeno foi agudamente observado quando ele estava longe de atingir a alarmante dimensão atual. Deve-se a Cláudio Candiota o registro do fato e sua exegese, ou pelo menos uma tentativa de explicação. Mas, a despeito de apreciado o fenômeno em conferências bancárias não teve a virtude de sensibilizar as autoridades, a menos que elas não o ignorassem e, em verdade, o estimulassem, hipótese que não é de ser excluída, dado que fenômeno dessa natureza não ocorre por acaso e muito menos evolui com a rapidez e intensidade com que se processou senão contando com estímulos de quem, nessa área, tinha e tem poderes de eficácia irresistível.

Em 1970, o número de bancos caíra para 170 (eram 314 em 1960) e minguiara a 101, passados mais cinco anos. 314 em 60, 319 em 64, 170 em 70 e 101 em 74. Mas esse aspecto não seria o mais significativo. A maior parte dos 149 estabelecimentos desaparecidos em seis anos, a contar da reforma bancária, seria de média e pequena importância, ainda que, convém sinalar, mesmo pequeno, um banco pode desempenhar revelante função econômica e social em determinada região. Já houve mesmo quem indagasse se é possível atender à pequena e média empresas sem o pequeno banco e o banco

médio e a resposta foi de que "haverá pouca probabilidade de se montar um esquema efetivo de amparo à pequena e média empresas enquanto não existirem, no Brasil, o que poderíamos denominar, resumidamente, de "bancos de quarteirão" ... Existem, ainda, no Brasil, alguns pequenos bancos — alguns bancos de quarteirão ou bancos paroquiais. Mas, é uma espécie em franca e rápida extinção, sobrevivendo apenas onde os grandes estabelecimentos de âmbito nacional, oficiais ou privados, ainda não chegaram ou não chegaram de vez. Na verdade, eles desapareceram não só por causa da concorrência dos "grandes". Teriam podido sobreviver a ela, justamente por terem agilidade e flexibilidade junto aos pequenos clientes, se a legislação não os tivesse virtualmente banido do mercado, inspirada que foi pela teoria de que o grande banco é mais eficaz, mais atuante, mais rentável e oferece melhores serviços do que o pequeno. Isto pode ser verdade em muitas circunstâncias e em vários ramos de negócio. Mas, conforme a história bancária dos EUA tem provado, não é sempre verdade em todas as circunstâncias. E há muitas evidências de que no atendimento ao pequeno empresário o pequeno banco pode ser mais eficiente — desde que não seja obrigado a funcionar e

operar como um grande banco, devido à legislação bancária. Cremos que houve um erro na formulação de um sistema de grandes bancos de âmbito nacional no Brasil. O erro consistiu não na criação de tais bancos, mas na destruição dos pequenos. Em resultado disso, o sistema bancário privado que se criou no Brasil não é suficientemente "grande" para atender às necessidades do "big business" (dos negócios de grande porte), e por isso não consegue impulsionar a criação da "grande empresa nacional privada", como querem as autoridades, e, por outro lado, é "grande" demais para poder dar atenção suficiente à pequena e média empresas. Obtivemos, portanto, até agora, um sistema bancário insuficiente por um lado e excessivo de outro — operando no meio do caminho, sem atender com eficácia às duas extremidades do aspecto empresarial".

Estas observações não são minhas, Sr. Presidente, mas de Marco Antônio Rocha (*Jornal da Tarde*, 30-3-77, pág. 15), contudo, e por me parecerem judiciosas delas me servi com o intento de estimular a reflexão dos competentes.

1965 — 1970

Nos seis anos decorridos entre 65-70, ou seja, a partir da reforma bancária, (antes foi observado que entre 60-64 a situação permaneceu estável), o Estado de São Paulo, passou a deter 43,2% do total dos depósitos bancários nacionais, contra 38,02% que detinha em 1964; o Estado de Minas Gerais que detinha 24,40% em 64 caiu a 18% em 1970; queda menor haveria de sofrer o terceiro Estado em ordem de grandeza financeira: o Rio de Janeiro concentrava 16,90% em 64 mermou para 16% em 70; com o Rio Grande do Sul aconteceu fato mais grave, pois não só, nesse período, seus depósitos reduziram-se de 5,44% para 4,30%, como teve de ceder o 4º lugar que vinha ocupando desde muito, deslocado que foi para o 5º lugar. Fato singular ocorreu com a Bahia: em 1970 mantinha os mesmos 4% que alcançara em 1964, mas passou do 5º para o 6º lugar. O 4º, antes ocupado pelo Rio Grande do Sul, veio a ser preenchido pelo Estado do Ceará, que de 2,55% dos depósitos em 64 passou para 5% em 1970.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. **Virgílio Távora** (ARENA — CE) — Veja V. Ex.^a que não podemos ficar muito triste com tal fato. Continuamos a ouvir atentamente o discurso de V. Ex.^a

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — O que muito me honra.

Poderia aproveitar o aparte do nobre Senador Virgílio Távora para dizer que o Ceará e o Nordeste talvez tenham tantos motivos de queixas, como se apregoa. Mas, nada direi, exatamente para não desviar o fio das minhas considerações.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Estamos ouvindo com toda atenção V. Ex^a e não o interrompendo; faça-nos justiça.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Peço licença para chamar a atenção do Senado para um aspecto que me parece relevante: o fenômeno da concentração do poder financeiro, já marcante em 1970, comparado com 1964, prosseguiu de forma acelerada no quinquênio 70—75. Vejam-se estes dados:

São Paulo, que passara de 38,02% em 64 para 43,20% em 70, atinge em 75, 47,96%; o contraste oferecido por Minas Gerais é gritante: 24,40% em 64, 18% em 70, 11,15% em 75, passando para o 3º lugar, quando sempre mantivera o 2º, logo após o Estado de São Paulo. E se o Rio de Janeiro de 3º passou para o 2º lugar, nem por isso deixou de cair em relação ao todo: 16,90% em 64, 16% em 70, 13,20% em 75. Permanece em 5º lugar, depois de ter sido o 4º, o Rio Grande do Sul, mas também ele sofre o esvaziamento financeiro: 5,44%, em 64, 4,30% em 70 e 4% em 75. Vale assinalar que nesse período emerge o Paraná, conquistando o 4º lugar, antes ocupado pelo Rio Grande do Sul até 64 e pelo Ceará em 70. Em 64 o Paraná representava apenas 3% dos depósitos bancários nacionais, 2,70% em 70 e 5,90% em 75. O quadro seguinte ilustra e completa o que até aqui foi dito, pois abrange onze Estados: São Paulo, Minas, Rio, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná, Pará, Pernambuco, Ceará, Santa Catarina e Paraíba, as observações e os contrastes apontados. Os dados coletados, de quinze anos, 31 de dezembro de 1960, 64, 70 e 75, fornecem uma visão expressiva do fenômeno sob análise.

Também aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e com mais razão aqui do que antes, não vou ter o mau gosto de proceder à leitura de toda esta coleção de números que se encontram neste quadro. É um quadro para ser lido e analisado e não para ser lido e ouvido neste Plenário.

Cleide/Aizira

EVOLUÇÃO DA REDE BANCÁRIA BRASILEIRA DE 1.º DE ABRIL (15 ANOS)
ATRAVÉS DE LEVANTAMENTOS EFETUADOS EM 31.12.1950 - 31.12.1964 - 31.12.70
E 31.12.1975 (Fonte consultada: REVISTA BANCÁRIA)

DEPOSITOS EM		31.12.60		31.12.64		31.12.70		31.12.75	
ESTADOS	Nº DE ORÇ-DE	VOLUME DE DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,-)	PORCENTAGEM S/TOTAL DO PAÍS	Nº DE ORÇ-DE	VOLUME DE DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,-)	PORCENTAGEM S/TOTAL DO PAÍS	Nº DE ORÇ-DE	VOLUME DE DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,-)	PORCENTAGEM S/TOTAL DO PAÍS
TOTAL DEPÓSITOS NO PAÍS	-	(597.838.972)	-	-	(3.190.083.423)	-	-	(25.365.408)	-
SÃO PAULO	1	106.060.606	18,60 %	1	1.222.593.304	38,44 %	1	10.971.130	43,20 %
MINE GERAIS	2	137.828.646	22,14 %	2	741.289.333	24,56 %	2	4.464.398	18,00 %
R.JANEIRO	3	85.031.316	16,74 %	3	541.496.955	17,09 %	3	4.044.595	16,00 %
S.P.GRANDE SUL	4	23.202.154	4,57 %	4	147.412.820	5,44 %	5	1.078.846	4,30 %
BHIA	5	13.105.471	2,58 %	5	126.898.933	4,00 %	6	1.001.909	4,00 %
PARANÁ	6	12.468.472	2,55 %	6	95.346.635	2,99 %	7	700.803	2,70 %
PIAUÍ	7	12.354.657	2,43 %	11	9.644.456	0,30 %	11	114.352	0,45 %
PERNAMBUCO	9	11.749.402	2,31 %	8	70.202.735	2,20 %	8	550.601	2,00 %
CERNE	8	6.368.241	1,30 %	7	31.079.849	2,77 %	4	1.335.409	5,00 %
STA.CATARINA	10	5.910.441	1,16 %	9	31.783.544	0,99 %	10	138.941	0,55 %
DARALBA	11	725.396	0,17 %	10	15.445.752	0,49 %	8	284.605	1,12 %
	-	505.424.812	99,52 %	-	3.123.811.130	98,32 %	-	24.695.210	97,32 %
OUTROS ESTADOS	-	2.414.060	0,47 %	-	66.272.293	1,78 %	-	479.199	2,69 %
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		
	-			-			-		

Desnecessário será dizer que quando se fala em São Paulo, Minas ou Bahia, estou a falar no conjunto de bancos sediados em São Paulo, Minas ou Bahia, ainda que estendendo eles suas raízes e ramagens pelas demais regiões do País.

Mas como não faltará quem, não podendo contestar o fato analisado, venha a dizer amanhã que eu sou contra o Estado de São Paulo, como se alguém pudesse ser contra o maior Estado do seu País, fica aqui esta advertência preventiva. Por falar em São Paulo, o que eu lastimo é que a sua influência política no sentido da democracia e da eficiência da administração pública não se faça ou não se tenha feito sentir na proporção de sua pujança econômica e do seu poderio financeiro. Onde estão os Rodrigues Alves e os Glicérios? Onde estão os Armando Salles?

Há pouco acentuei...

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Excelência, aí estão, na liderança do seu Partido, um Franco Montoro, um Ulysses Guimarães.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — V. Ex^a foi extremamente feliz no seu aparte, Senador Virgílio Távora, porque veio em meu socorro.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Felicitamo-nos.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Se eles estivessem no Governo, V. Ex^a reconhece que outro seria o relevo do Estado de São Paulo, na Federação Brasileira.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Eminente Senador, o relevo de São Paulo na Federação Brasileira parece que é fato incontestado, independe dos homens. Mas aonde estavam os Rodrigues Alves, estão os Ulysses Guimarães e os Francos Montoros.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — V. Ex^a me permite, Senador Paulo Brossard?

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — O relevo econômico e o poderio financeiro do grande Estado, sem dúvida alguma, tem crescido e crescido aceleradamente, gigantescamente. O que deploro, — lamento que não me tenha feito entender pelo ilustre Líder Virgílio Távora — o que lamentei foi que não correspondesse à pujança econômica e ao poderio financeiro de São Paulo uma influência ativa e eficaz, no plano político, no plano da consolidação da democracia e da eficiência da administração pública. E foi por isto — não foi por outro motivo — que perguntei, onde estavam os Rodrigues Alves e os Glicérios? Onde estavam os Armandos Salles? E poderia mencionar outros e muitos outros.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Eminente Senador, desculpe estarmos interrompendo o discurso de V. Ex^a, para o qual tínhamos adotado uma linha de ação, como geralmente o fazemos, de o mínimo possível de apartes e todos eles no sentido de elucidar a pessoa que interpela.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — É natural, pela natureza da exposição, é natural que V. Ex^a se reserve para, oportunamente, analisar o pronunciamento se assim o entender.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Perfeito. Eminente Senador, já dizíamos, e não é de hoje, que não há influência política que não tenha, atraído em si, a força econômica, no mundo capitalista de hoje.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — V. Ex^a quer-me parecer que está muito marxista.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — V. Ex^a nos permite terminar o aparte? A postulação...

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Creio que V. Ex^a está um pouco marxista e suspeito aos ventos atuais; não há uma rigorosa relação, não há uma correlação necessária entre o mundo econômico ou uma determinação do poder econômico com o Po-

der público — pelo menos na concepção de alguém que não seja marxista. Para os marxistas...

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — V. Ex^a justamente atende a esta...

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — ... o mundo político é uma mera superestrutura da estrutura econômica.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — V. Ex^a assim o pensa. Não foi a primeira nem a última vez que falamos, e muito, deixando bem claro o nosso pensamento que, não corresponde ao de V. Ex^a, sobre o assunto, que é justamente o contrário do que aqui está afirmando neste momento. Mas não seria a ocasião de debatermos essa filosofia. Estávamos dizendo que a postulação mais justa, apoiada pelas pessoas mais chegadas à autoridade decisória, desde que envolvendo uma economia fraca, não tem, de longe, a força daquele pleito, mais discutível talvez, desde que atinja o interesse maior de uma economia predominante. Isso é que vemos, nos dias de hoje, no mundo capitalista. Não pode passar pela cabeça de ninguém que não haja de São Paulo uma intervenção cotidiana e permanente na vida desta nação, pela força, pela expressão econômica de que se reveste aquela unidade da Federação.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Não existe antagonismo entre o que V. Ex^a acaba de dizer e o que eu disse.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Apenas fixamos o nosso pensamento.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Ouço o aparte do nobre Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Senador Paulo Brossard, é muito rápido o meu aparte. Apenas para cumprimentá-lo pela oportunidade do seu pronunciamento e lembrar V. Ex^a que, ainda amanhã, vou mostrar no Senado Federal que, em Patos de Minas, as jazidas de fosfato de Minas Gerais, por incrível que pareça, vão ser industrializadas no Estado de São Paulo, contrário à chamada desconcentração industrial, tão preconizada pelo II PND.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Aqui estarei para ouvir e aplaudir o pronunciamento de V. Ex^a

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Estaremos.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Prossigo, Sr. Presidente.

Há pouco acentuei que o fenômeno da concentração financeira, visível no período 64-70, se tornou ainda mais graúdo no quinquênio 70-75. Pois bem, o fenômeno se agrava e se agrava fortemente no ano seguinte. Em um ano as linhas evolutivas do fenômeno ganham nitidez impressionante. Vamos aos dados.

São Paulo passa a deter mais da metade da totalidade dos depósitos bancários do País (sempre excluído o Banco do Brasil), passando de 47,96% em 75 para 52,86% em 76, um aumento de 4,90%, em apenas um ano; o Rio de Janeiro de 13,20% subiu para 13,99%; continuando a declinar, Minas Gerais de 11,15% desceu para 11%. Chegou a vez do Paraná declinar, passando de 5,90% em 75 para 5,81% em 76. O Rio Grande do Sul continuou vendo agravada sua situação: de 4% em 75 para 3,85% em 76; a Bahia lhe fez companhia ao descer de 3,44% para 3,20% em 76.

A título informativo, note-se que o Ceará que em 1970 ascendera ao 4º lugar, com 5% do total dos depósitos no País, em 75 emigrou para o 8º lugar, com apenas 1,6%, mingando para 1,54% em 1976.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Permite um aparte esclarecedor, agora, quanto à nossa terra, pelo menos? (Assentimento do orador.) — É simples, eminente Senador, V. Ex^a está considerando o Ceará, a sede do Banco do Nordeste, no qual são depositados os incentivos fiscais do chamado art. 34/18, da SUDENE, hoje, do FINOR. Diminuindo proporcionalmente esses incentivos, dimi-

nui, realmente, a participação do Estado, já que o Banco do Nordeste, por sua pujança, é um dos grandes bancos nacionais.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Por hora, nobre Senador, estou numa fase descritiva; não estou, ainda, tentando nem fazendo a interpretação.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Mas, aí, o aparte foi regionalista e poderemos dizer até bairrista, explicar porque o nosso Estado teve um desempenho não tão brilhante.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Pode, entretanto, V. Ex.^a, ficar certo, que esses dados consideram sempre as sedes dos Bancos, ainda que, evidentemente não haja um Banco rigorosamente estadual, senão os pequenos Bancos.

Continuando, Sr. Presidente.

Estes elementos são bastante para retratar a realidade bancária brasileira, mas o quadro se enriquece e adquire contornos mais vivos com a sua ampliação e conseqüente incorporação de dados referentes a maior número de Estados, como documentam os mapas seguintes:

EVOLUÇÃO DA REDE BANCÁRIA BRASILEIRA DE 1960 A 1975 (15 anos) ATRAVÉS DE LEVANTAMENTOS EFETUADOS EM 31.12.60- 31.12.64- 31.12.70- E 31.12.75 (Fonte Consultada: PEVISIA - BNCI, RIA BRASILEIRA).													
DEPÓSITOS EM....		31.12.1960			31.12.1964			31.12.1970			31.12.1975		
ESTADOS	Nº DE ORDEM	VOLUME DE DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,-)	PERCENTAGEM S/TOTAL DO PAÍS	Nº DE ORDEM	VOLUME DE DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,-)	PERCENTAGEM S/TOTAL DO PAÍS	Nº DE ORDEM	VOLUME DE DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,-)	PERCENTAGEM S/TOTAL DO PAÍS	Nº DE ORDEM	VOLUME DE DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,-)	PERCENTAGEM S/TOTAL DO PAÍS	
TOTAL DOS DEPÓSITOS NO PAÍS		(507.838.872)	-	-	(3.208.166.504)	-	-	(25.365.409)	-	-	(133.588.185)	-	
SÃO PAULO	1	196.060.606	38,60%	1	1.222.593.304	38,02%	1	10.971.130	43,20%	1	64.057.356	47,56%	
MINAS GERAIS	2	137.828.646	27,14%	2	781.288.239	24,40%	2	4.464.398	18,00%	3	14.930.002	11,15%	
RIO DE JANEIRO	3	85.031.316	16,74%	3	541.686.855	16,90%	3	4.044.595	16,00%	2	17.643.742	13,20%	
RIO GRANDE SUL	4	23.202.154	4,57%	4	174.432.779	5,44%	5	1.078.846	4,30%	5	5.466.959	4,60%	
BAHIA	5	13.105.471	2,58%	5	126.888.933	4,00%	6	1.001.909	4,00%	6	4.605.697	3,44%	
PARANÁ	6	12.468.472	2,45%	6	95.345.635	3,00%	7	700.893	2,70%	4	7.689.382	5,92%	
PARÁ	7	12.354.667	2,43%	11	9.644.456	0,30%	11	114.352	0,45%	9	1.879.923	1,40%	
PERNAMBUCO	8	11.749.402	2,31%	8	70.202.735	2,19%	8	550.601	2,00%	7	2.407.712	1,80%	
CEARÁ	9	6.988.241	1,38%	7	81.968.848	2,55%	4	1.335.809	5,00%	6	2.204.585	1,60%	
STA. CATARINA	10	5.910.441	1,16%	9	31.288.544	0,97%	10	138.981	0,55%	10	1.034.879	0,77%	
PARAIBA	11	725.396	0,17%	10	15.445.952	0,48%	9	284.696	1,12%	11	301.306	0,22%	
		505.424.812	99,53%	-	3.151.932.951	98,25%	-	24.686.210	97,32%	-	122.164.147	91,44%	
OUTROS ESTADOS		2.414.060	0,47%	-	56.233.553	1,75%	-	679.199	2,68%	-	11.424.038	8,56%	

AGOSTO/1976
P. ALEGRE

NOTA: No total dos depósitos no País, não se encontram computados os depósitos do Bco. do Brasil, BNH, e Bancos de Desenvolvimento.

2/05/1976
P. ALEGRE

NOTA: No total dos depósitos no País, não se encontram computados os depósitos do Bco. do Brasil, BNH, e Bancos de Desenvolvimento.

EVOLUÇÃO DA REDE BANCÁRIA BRASILEIRA de 06/76 A 12/76
CONSIDERANDO OS DEPÓSITOS BANCÁRIOS DOS 10 ESTADOS DE
MAIOR CONCENTRAÇÃO

DEPÓSITOS EM	30.06.1976			31.12.1976		
ESTADOS	Nº DE ORDEM	VOLUME DOS DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,00)	PERCENTUAL S/ TOTAL DO PAÍS	Nº DE ORDEM	VOLUME DOS DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,00)	PERCENTUAL S/ TOTAL DO PAÍS
TOTAL DEPOSITOS PAÍS		(151.646.959)			(182.515.561)	+ 20 %
SÃO PAULO	1	79.453.396	52,40%	1	96.482.370	52,86%
RIO DE JANEIRO	2	20.149.678	13,30%	2	25.537.509	13,99%
MINAS GERAIS	3	17.047.377	11,20%	3	20.247.515	11,00%
PARANÁ	4	9.806.332	6,40%	4	10.626.459	5,81%
RIO GRANDE DO SUL	5	7.110.083	4,60%	5	7.035.913	3,85%
BAHIA	6	4.807.036	3,20%	6	5.835.016	3,20%
PERNAMBUCO	7	2.519.646	1,70%	7	3.486.876	1,90%
CEARÁ	9	1.806.059	* 1,20%	8	2.808.316	1,54%
PARÁ	8	2.286.222	1,50%	9	2.553.220	1,40%
DISTRITO FEDERAL	11	1.476.325	0,97	10	1.949.949	1,06%
SANTA CATARINA	10	1.507.781	1,00%	11	1.440.880	0,79%
TOTAIS		147.969.935	97,47%		177.972.697	97,40%
OUTROS ESTADOS		3.677.024	2,53%		4.542.864	2,60%
TOTAL GERAL		151.646.959	100,00%		182.515.561	100,00%

OBSERVAÇÕES:

19/ Os depósitos em 30.06.76 do estado do Ceará estão incompletos já que não foram computados os saldos dos Bancos: DO CEARÁ e DO ESTADO DO CEARÁ; cujos balanços não foram publicados.

20/ Os Estados DO RIO GRANDE DO SUL e de SANTA CATARINA, apresentaram em 31.12.76, um volume menor de depósitos que o de 30.06.76.

Os percentuais representativos dos depósitos nos onze Estados de maior concentração de poder financeiro, à outra luz, confirmam a análise antes processada. Retiro os seguintes índices que, pela sua contundência, são os mais convincentes:

São Paulo

38,02% em 64,
43,20% em 70,
47,96% em 75,
52,86% em 76,
aumento de 39,03% em doze anos;

Rio de Janeiro

16,90% em 64,
16,00% em 70,
13,20% em 75,
13,99% em 76,
uma queda de 17,22% nos mesmos doze anos;

Minas Gerais

24,40% em 64,
18,00% em 70,
11,15% em 75,
11,00% em 76,

o que importa em dizer que o seu poder financeiro sofreu uma erosão de 54,92% em doze anos;

Rio Grande do Sul

5,44% em 64,
4,30% em 70,
4,00% em 75,
3,85% em 76,
queda de 29,22 em doze anos;

Bahia

4,00% em 64,
4,00% em 70,
3,44% em 75,
3,20% em 76,
enfraquecimento da ordem de 20% em doze anos.

Caso singular é o do Paraná. Representava 3,00% em 64, 2,70% em 75 e 5,81% em 76, acusando um crescimento de 93,6% em doze anos, fato que se explica pela circunstância de ser inexpressiva sua presença em 1960 e de um só Banco haver incorporado 42 no período 60-74. No Estado do Pará a evolução foi esta: em 1960, 2,43% sobre os depósitos do país, mermados para 0,30% em 64, 0,45% em 70, 1,40% em 75, participação que permaneceu inalterada em 1976.

Os Bancos pernambucanos, em 1964, detinham depósitos que representavam 2,31% em relação aos do país, em 64, 2,19%, em 70, 2,00%, em 75, 1,80%, em 76, 1,90%.

Os quadros seguintes dão uma idéia mais completa da situação, pela inclusão dos demais Estados. Por eles se vê que em 1976, os bancos do Distrito Federal aumentaram os seus depósitos, bem como do Espírito Santo, Goiás, Amazonas e Rio Grande do Norte, enquanto regrediram os do Mato Grosso, Alagoas, Maranhão, Sergi-

pe, Piauí, permanecendo estável a situação dos Bancos do Acre e de Roraima. Nota-se, porém, que é pouco expressiva a participação dos Bancos em questão.

Os gráficos seguintes, visíveis a olho nu, mostram a impressionante concentração do poderio financeiro dos bancos. Se houvesse a possibilidade de projetar esses gráficos, Sr. Presidente, eu não precisaria mais continuar na tribuna, tão claros, tão incisivos e tão concludentes são eles.

REDE BANCÁRIA NACIONAL							
Percentuais representativos de 11 estados da Federação em relação ao total do País de 1960 a 1976 - Evolução dos Índices de 1964 a 1976							
Nº DE ORDEM	ESTADOS	12/1960 S/PAÍS	12/1964 S/PAÍS	12/1970 S/PAÍS	12/1975 S/PAÍS	6/1976 S/PAÍS	12/1976 S/PAÍS
1	SÃO PAULO	38,60 %	38,02 %	43,20 %	47,96 %	52,40 %	52,86 %
2	MINAS GERAIS	27,14 %	24,40 %	18,00 %	11,15 %	11,20 %	11,00 %
3	RIO DE JANEIRO	16,74 %	16,90 %	16,00 %	13,20 %	13,30 %	13,99 %
4	RIO GRANDE DO SUL	4,57 %	5,44 %	4,30 %	4,00 %	4,60 %	3,85 %
5	BAHIA	2,58 %	4,00 %	4,00 %	3,44 %	3,20 %	3,20 %
6	PARANÁ *1)	2,45 %	3,00 %	2,70 %	5,90 %	6,40 %	5,81 %
7	PARÁ *2)	2,43 %	0,30 %	0,45 %	1,40 %	1,50 %	1,40 %
8	PERNAMBUCO	2,31 %	2,19 %	2,00 %	1,80 %	1,70 %	1,90 %
9	CEARÁ *3)	1,38 %	2,55 %	5,00 %	1,60 %	1,20 %	1,54 %
10	SANTA CATARINA	1,16 %	0,97 %	0,55 %	0,77 %	1,00 %	0,79 %
11	PARAÍBA	0,17 %	0,48 %	1,12 %	0,22 %	0,20 %	0,20 %
Sub-Totais		99,53 %	98,25 %	97,32 %	91,44 %	96,70 %	96,54 %
OUTROS ESTADOS		0,47 %	1,75 %	2,68 %	8,56 %	3,30 %	3,46 %
TOTAL GERAL		100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %	100,00 %

NOTAS: *1) - O aumento verificado nos depósitos do Estado do Paraná foi motivado pela presença do Bamerindus, estabelecimento que no período de 14 anos (1960/1974), incorporou 42 outros Bancos.

*2) - O aumento verificado nos depósitos do Estado do Pará (embora elevado) é de somente importância, já que o referido Estado não tem expressão como potencialidade financeira do País.

OBSERVAÇÕES: Fora o Estado de São Paulo, os únicos estados que não viram seu poderio financeiro perigosamente reduzido, foram os estados de PARANÁ e PARÁ (vide notas acima).

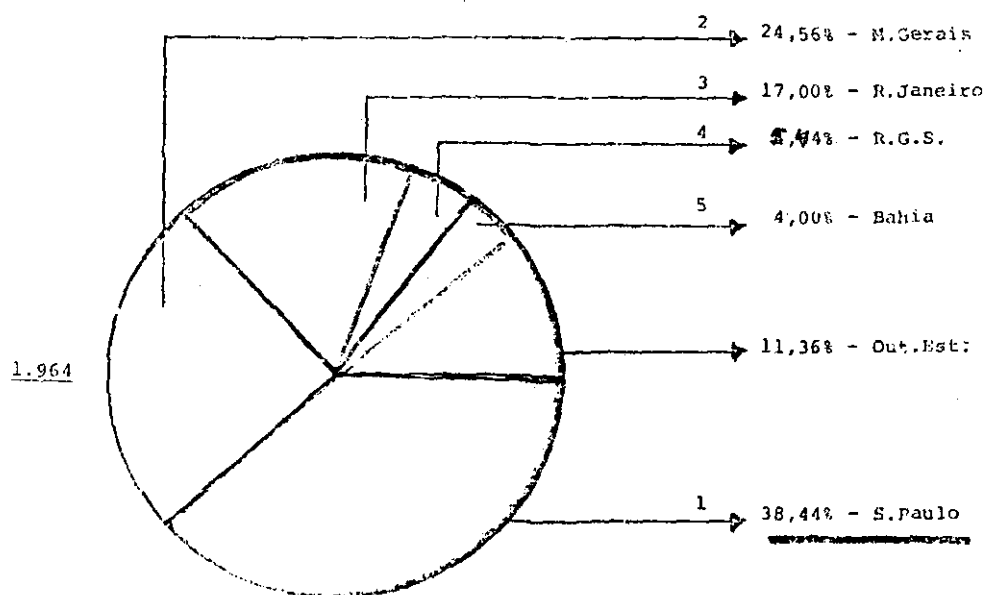
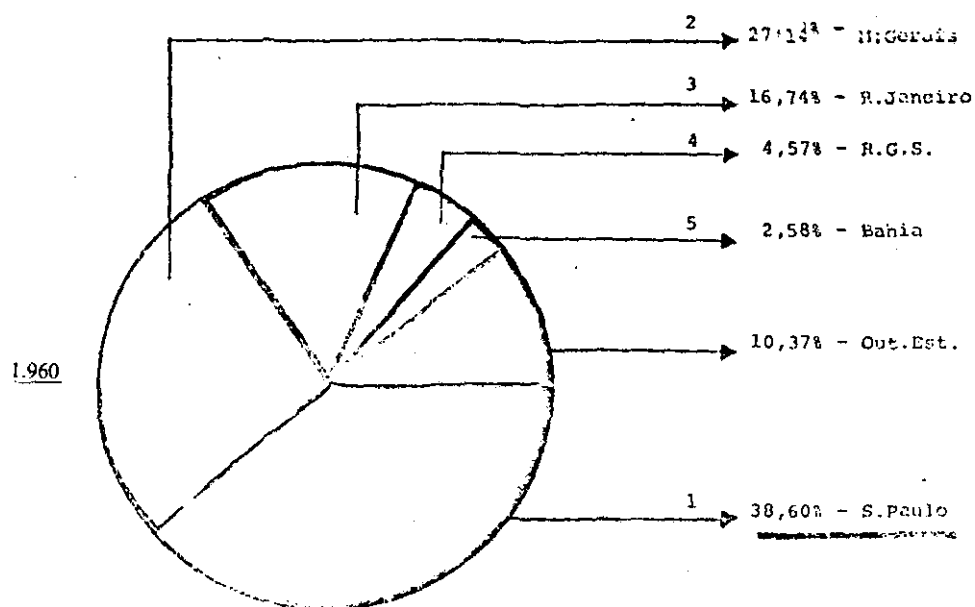
MARÇO/1977

REDE BANCÁRIA NACIONAL						
Percentual representativo dos depósitos bancários dos Estados da Federação (não constantes dos mapas anteriores relativos - aos anos de 1.975 e 1976, em relação ao total do país.						
Nº DE ORDEM	ESTADOS	Nº DE BANCOS	PERCENTUAL EM 1.975	Nº DE BANCO	PERCENTUAL EM 1.976	VARIAÇÕES
1	DISTRITO FEDERAL	1	0,52 %	1	1,02 %	+ 96 %
2	MATO GROSSO	2	0,52 %	2	0,40 %	- 23 %
3	ESPIRITO SANTO	1	0,46 %	1	0,50 %	+ 9 %
4	GOIÁS	2	0,42 %	2	0,53 %	+ 26 %
5	AMAZONAS	1	0,27 %	1	0,36 %	+ 33 %
6	ALAGOAS	1	0,23 %	1	0,17 %	- 26 %
7	MARANHÃO	1	0,22 %	1	0,08 %	- 64 %
8	SERGIPA	3	0,15 %	2	0,14 %	- 7 %
9	PIAUI	1	0,12 %	1	0,07 %	- 42 %
10	RIO GRANDE DO NORTE	1	0,10 %	1	0,12 %	+ 20 %
11	ÁCRE	1	0,04 %	1	0,04 %	-
12	RORAIMA	1	0,03 %	1	0,03 %	-

REDE BANCÁRIA BRASILEIRA

51

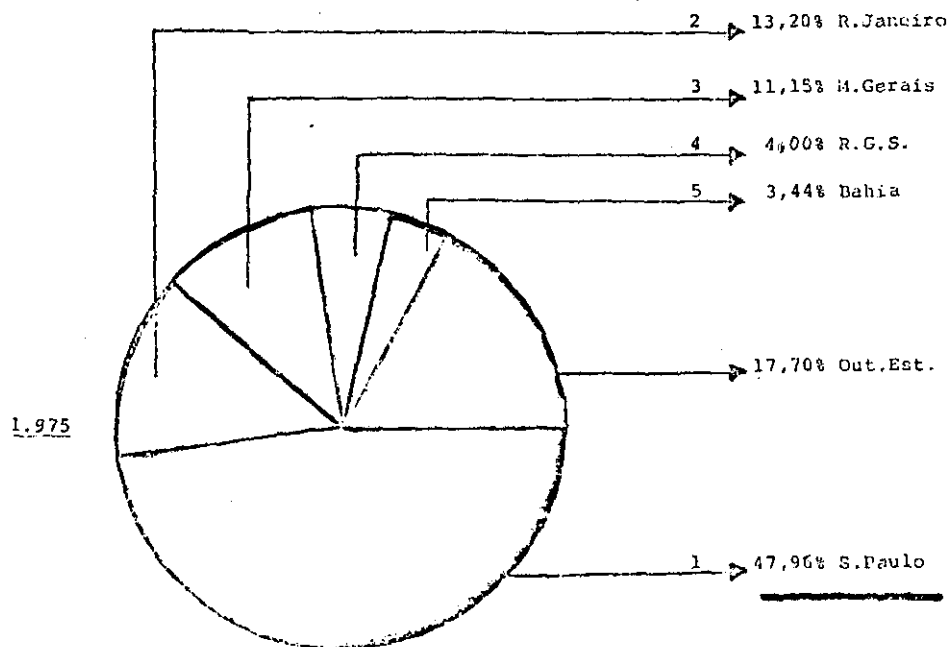
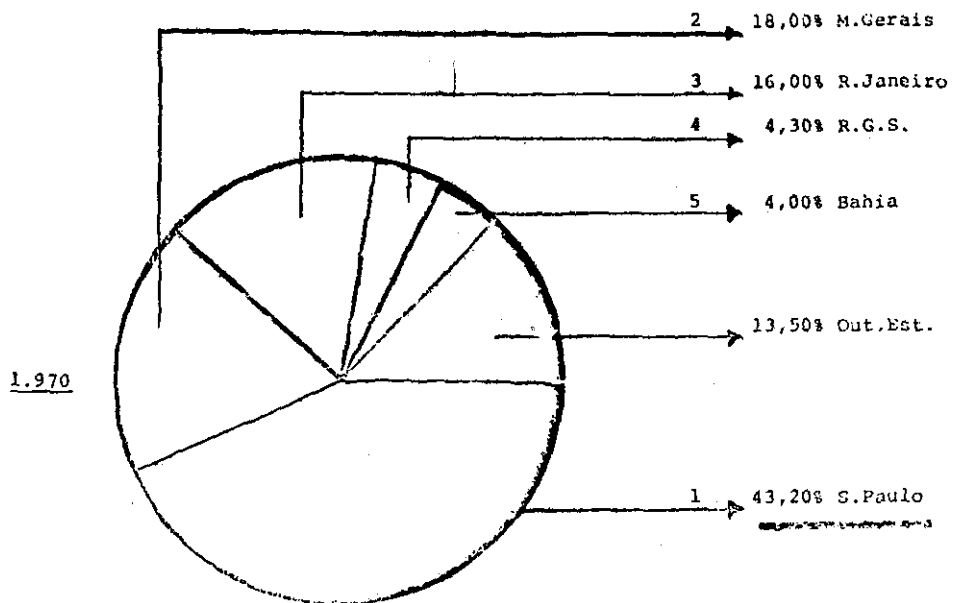
Evolução dos depósitos de 1960 a 1964 nos 5 estados de maior concentração

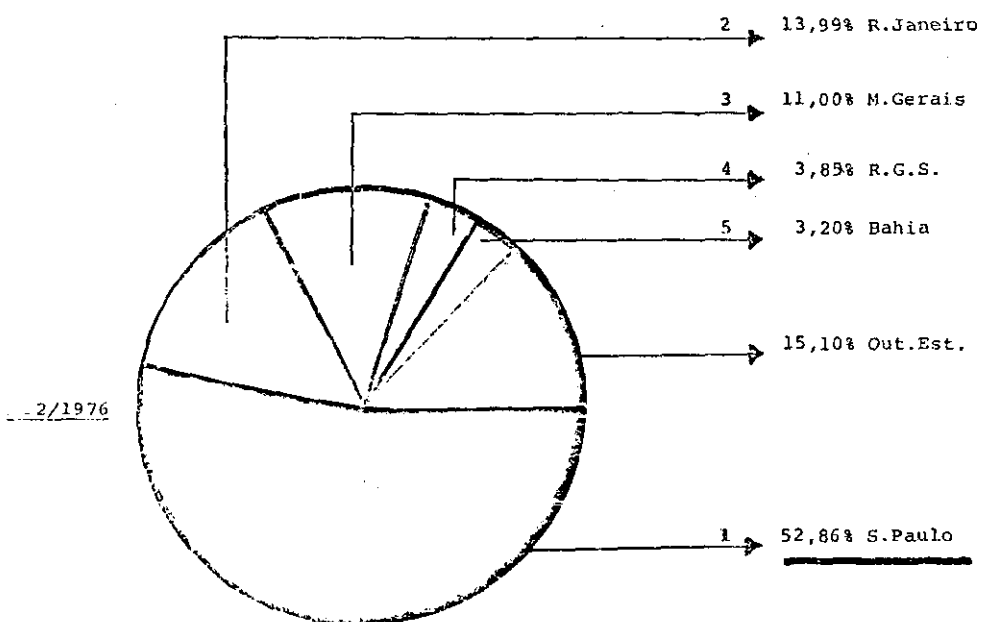
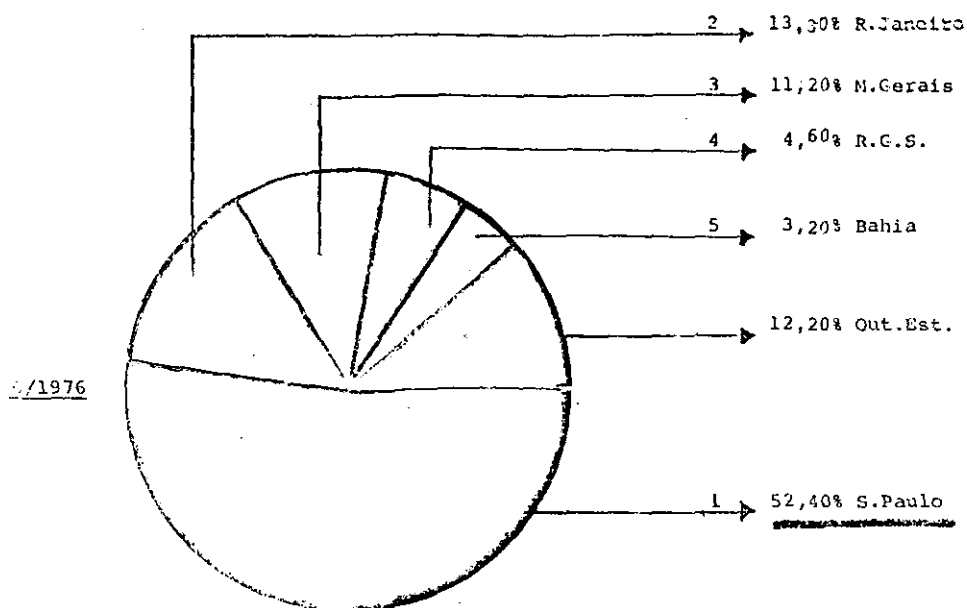


AGOSTO/1976

REDE BANCÁRIA BRASILEIRA

51.

Evolução dos depósitos de 1970 a 1975 nos 5 estados de maior concentraçãoAGOSTO/1976

REDE BANCÁRIA BRASILEIRAEVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS DE 6/76 a 12/76 NOS 5 ESTADOS DE MAIOR CONCENTRAÇÃOMARÇO/1977

Estes gráficos tornam visíveis aos olhos menos atentos e às mentes menos perspicazes a perturbadora evolução do poder de decisão financeira pela progressiva concentração dos depósitos bancários em um Estado. É de tal ordem o desequilíbrio existente e ele se agrava de tal sorte que é de perguntar-se qual será ela em cinco ou dez anos.

O fato é que o poder de decisão financeira está praticamente concentrado em um Estado. E não há necessidade de nenhum talento especial para antever que essa concentração se avolumará, *rebus sic stantibus*, e se avolumará de maneira inexorável.

Será isto conveniente ou o fato, em sua expressão material, é de particular gravidade?

Suposto que os estabelecimentos bancários não sejam instituições filantrópicas, é natural que eles procurem e prefiram os negócios mais rendosos, deixando relegados para um segundo ou terceiro plano, senão para plano mais remoto, segmentos da economia, diminutos aos olhos do banqueiro distante, atento aos dados do computador mas fundamentais para certas áreas econômico-sociais.

Antes indaguei, com base nas observações de Marco Antônio Rocha, se é possível atender à pequena empresa sem o pequeno banco e se o pequeno banco não desempenha uma relevante função, que só ele bem desempenha. Agora, desejo desenvolver algumas considerações em torno a um caso concreto. É natural que eu tome do Rio Grande do Sul.

O meu Estado é geralmente louvado pela variedade e equilíbrio de sua economia. Nele não há grandes fortunas, nem a pobreza atinge as proporções vexatórias de algumas regiões.

Pois bem, o sistema bancário rio-grandense refletia essa realidade: se não era ótimo, era bom; e o que muito importava, tendo raízes rio-grandenses e tendo evoluído com a sociedade rio-grandense, atendia fundamentalmente às necessidades da sua economia, cada qual num setor predominante — a carne bovina, suína, ovina ou de aves, a lã, o arroz, o fumo, a uva, o couro, o feijão, o milho, o linho, o trigo, a soja ...

Enraizados no Estado, nascidos em função das necessidades do Estado, desenvolvidos paralelamente ao crescimento do Estado, com o seu capital repartido predominantemente entre moradores no Estado, dirigidos por pessoas ligadas aos interesses do Estado, naturalmente sensíveis às peculiaridades e exigências locais, testemunhas de épocas de fatura e de crise, de paz e de guerra, os bancos rio-grandenses tinham responsabilidades que cumpriam, responsabilidades sociais que desempenhavam de maneira natural, dada a intercorrelação de interesses. Tendo resistido a tantas adversidades e a elas sobrevivido, alguns deles chegaram a figurar entre os primeiros estabelecimentos do País, para serem após sepultados pela anexação ou pela confusão.

Não é oportuno demorar na descrição dessa ocorrência; o fato já ocorreu, é um fato histórico. Limitar-me-ei a dizer que em 1964 o Rio Grande do Sul possuía treze (13) estabelecimentos bancários, alguns de reduzida expressão, alguns de magna expressão, de sólido conceito, inclusive no exterior.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		31.12.1964
Nº de ordem Estado	BANCOS	DEPOSITOS (CR\$ 1.000,-)
1	DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	47.434.256
2	DA PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL	42.501.830
3	INDL.E COMERCIAL DO SUL	24.140.139
4	AGRICOLA MERCANTIL	25.416.867
5	COML.E INDL.DO EST.DO RGS.	2.456.541
6	RIOGRANDENSE DE EXPAN.ECONOMICA	2.352.804
7	DE CREDITO PEAL DO RGS.	854.297
8	FREDERICO MENTZ	707.640
9	PORTO ALEGRENSE	600.355
10	AUXILIADORA PREDIAL	407.197
11	DA PRODUÇÃO RIOGRANDENSE	342.337
12	SINIHED	108.567
13	NACIONAL DO COMERCIO	
		28.077.075
	TOTAL	174.432.779
		5,44 % S/País
		15,99 % S/S. Paulo

Hoje, e desde 1974, de 13 ficaram reduzidos a 3, em verdade, a 2, pois um dos sobreviventes é um pequeno estabelecimento familiar, que possui 2 ou 3 casas. Outro é o Banco do Estado. Privado, só resta um.

Em 64, dos bancos rio-grandenses, como já disse, detinham 5,44% dos depósitos no País; em 1976, reduzidos a menos de um quarto, quanto ao número, os seus depósitos representavam apenas 3,85% do total.

Sinto-me exonerado de fazer outros comentários, tamanha a evidência dos fatos. E isto em relação ao Rio Grande do Sul, tido e havi-

do como Estado de boa e harmônica situação e desenvolvimento econômicos.

Se tal ocorreu no Rio Grande do Sul, fenômeno semelhante — eu quase que diria paralelo — sucedeu na Bahia, Estado que, como o Rio Grande do Sul, poderia ser classificado de médio em relação aos demais em matéria de poderio financeiro, e o fato é bastante para demonstrar que o fenômeno não se deveu a causas regionais ou circunstanciais.

Como o Rio Grande do Sul, a Bahia tinha um grande banco, centenário, de expressão regional e nacional e conceito internacional. Se o Rio Grande do Sul tinha 13 bancos em 1964, a Bahia possuía 11,

hoje reduzidos a 3. Se o Rio Grande do Sul detinha 5,44% dos depósitos, que caíram para 3,85% em 76, a Bahia detinha 4,00% em 64, minguados para 3,20% em 76. O maior e mais antigo estabelecimen-

to, o Banco da Bahia, que em 1970 chegou a deter 55% dos depósitos do Estado, foi deglutido em 1973 por um banco paulista ao cabo de um processo dramático.

ESTADO DA BAHIA				
Evolução de 1.960 a 1.976				
QUADRO Nº 1				
A N O	Nº DE BANCOS	DEPOSITOS NO ESTADO (CR\$ 1000,-)	DEPOSITOS NO PAÍS (TOTAL-CR\$ 1000,-)	Percentual s/o total dos depósitos no País.
1.960	9	13.105.471	507.838.872	2,58 %
1.964	11	126.886.933	3.180.089.429	4,00 %
1.970	6	1.001.909	25.365.409	4,00 %
1.975	3	4.605.697	133.588.185	3,44 %
06/76	3	4.807.036	151.644.959	3,20 %
12/76	3	5.835.016	182.515.561	3,20 %
QUADRO Nº 2				
A N O	BAHIA Percentual dos depósitos s/o total do País, Estado.	ECONÔMICO Percentual dos depósitos s/o total do País, Estado.	BAHIA/ECONÔMICO Percentual dos depósitos s/o total do País, Estado.	OUTROS Percentual dos depósitos s/o total do País, Estado.
1.960	44,50 %	43,10 %	87,60 %	12,40 %
1.964	42,00 %	38,60 %	80,60 %	19,40 %
1.970	55,00 %	27,80 %	82,80 %	17,20 %
1.975	Incorporado pelo Bradesco em 1973	74,80 %	-	25,20 %
06/76	-	77,53 %	-	22,47 %
12/76	-	72,50 %	-	27,50 %

		ESTADO DA BAHIA		
16	1	DA BAHIA	53.267.494	
18	2	ECONOMICO DA BAHIA	49.070.828	
57	3	DO FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA	12.610.025	
127	4	CORREIA SILVEIRA	2.359.705	
145	5	COMERCIAL DA BAHIA	2.050.658	
149	6	BAHIANO DA PRODUÇÃO	1.895.143	
154	7	DA ADMINISTRAÇÃO	1.774.166	
163	8	DE ILHEUS	1.519.250	
180	9	COM. E INDUSTRIA DA BAHIA	1.227.189	
204	10	DE CREDITO DA BAHIA	807.607	
		<u>SUBTOTAL</u>	126.582.145	
		<u>CASAS DE CÂMBIO</u>		
		Gorges Ltd.	306.788	
		<u>TOTAL</u>	126.888.933	3,00 % S/Pais
				10,37 % S/S. Paulo

Se há uma desmesurada concentração de poder financeiro em um Estado, no grande Estado que desde o fim do século assumiu a liderança no desenvolvimento nacional, se essa concentração se espelha nos índices já enunciados e nos gráficos deles representativos,

38,44% em 64,
43,20% em 70,
47,96% em 75,
52,86% em 76,

e se essa concentração se acelera a olhos vistos, como é intuitivo, ela se processa ao mesmo passo em que declinam os demais Estados, inclusive aqueles outrora florescentes, importa salientar que, fenômeno semelhante, ocorre também e paralelamente no próprio Estado de São Paulo.

Concentração dentro de São Paulo

BANESPA e BRADESCO

O Senado há de compreender que não faça análise completa dos bancos paulistas pois não teria sentido: limitar-me-ei a examinar um fato, mas fato que me parece da maior significação.

Em 1964, e desde muito, o Banco do Estado de São Paulo, BANESPA, ocupava o 1º lugar entre todos os bancos paulistas e entre os bancos brasileiros, excluído o Banco do Brasil. No mesmo ano, o Banco Brasileiro de Descontos, BRADESCO, situava-se em 2º lugar no Estado e em 5º lugar do País, e era grande a diferença entre eles.

Em 1970, o BANESPA continuava sendo o 1º em São Paulo e no Brasil, enquanto o BRADESCO passava a ser o 2º também no Brasil, quando era o 5º, em 64.

Em 1975, porém, o BRADESCO destronava o Banco do Estado de São Paulo — BANESPA — de sua veterana soberania para uma segunda posição tanto no cenário estadual, como no plano nacional. Isto é muito, mas não é tudo. É digno de atenção a linha evolutiva de ambos os estabelecimentos, uma no sentido do crescimento, outra no do declínio. Melhor do que as palavras, fala o quadro seguinte, e com ele os gráficos correspondentes:

Percentual sobre os depósitos bancários no Estado de São Paulo:

	BRADESCO	BANESPA
1960	8,25%	26,70%
1964	8,94%	14,58%
1970	16,97%	20,90%
1975	24,07%	17,32%
1976	22,93%	14,24%

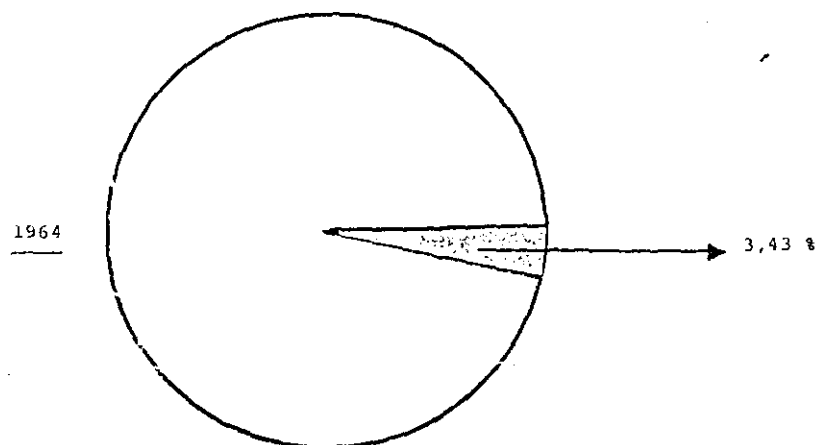
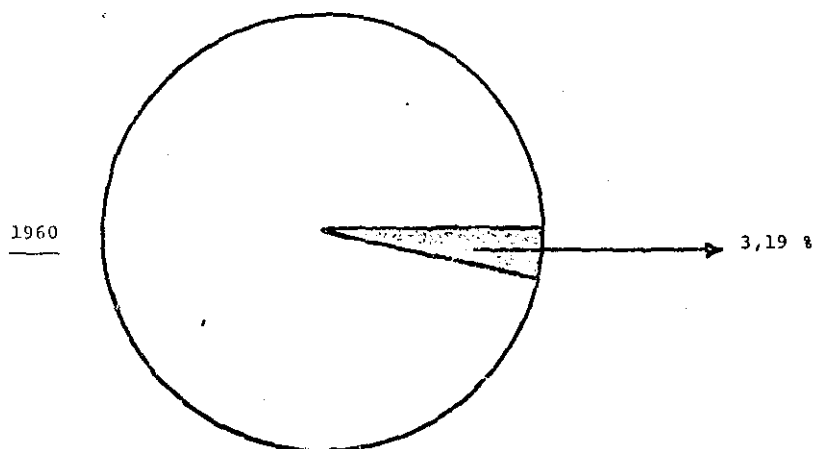
Agora, veja o Senado a evolução do percentual sobre os depósitos bancários do País:

1960	3,19%	10,31%
1964	3,43%	5,60%
1970	6,74%	8,31%
1975	11,54%	8,31%
1976	12,12%	7,52%

Quer dizer que enquanto o Banco do Estado de São Paulo teve uma queda de 47% de 1960 a 1976, o BRADESCO teve um aumento de 178% no mesmo período:

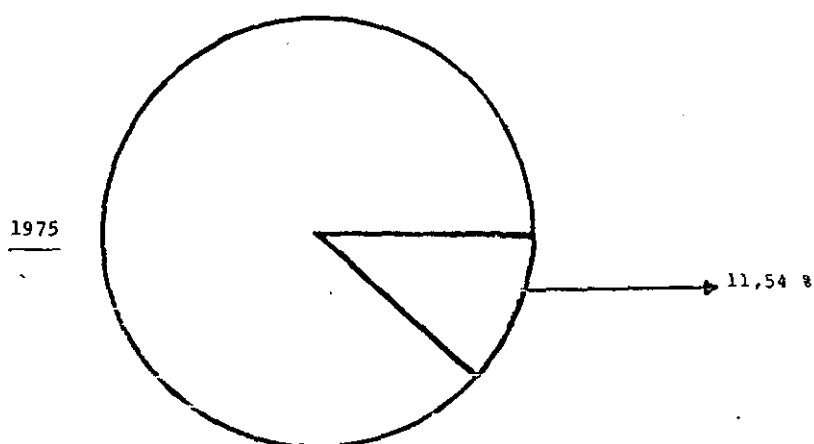
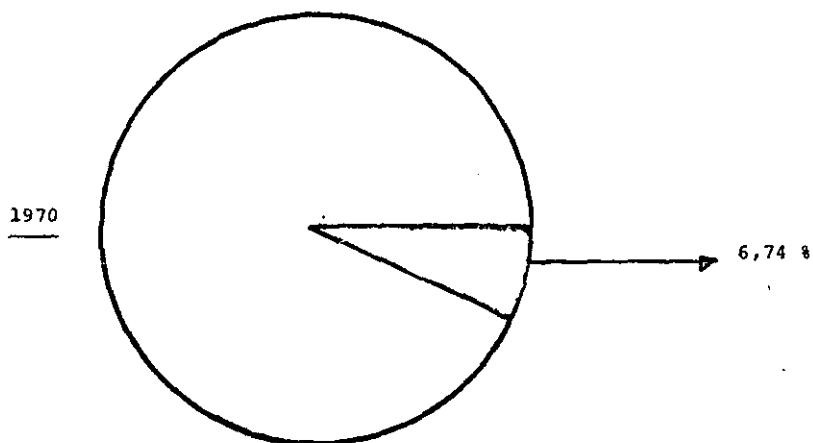
B R A D E S C O				
A N O	Lugar ocupa- do no País	DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,00)	Percentu- al s/o País	Percentual s/o Estado de S.Paulo
1.960	7º	16.178.899	3,19 %	8,25 %
1.964	5º	109.297.793	3,43 %	8,94 %
1.970	2º	1.708.763	6,74 %	16,97 %
1.975	1º	15.421.827	11,54 %	24,07 %
6/1.976	1º	17.304.567	11,41 %	21,78 %
12/76	1º	22.122.739	12,12 %	22,93 %
OBSERVAÇÃO: Aumento em 16 anos - 178 % -				
BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO				
A N O	Lugar ocupa- do no País	DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,00)	Percentu- al s/o País	Percentual s/o Estado de S.Paulo
1.960	1º	52.338.385	10,31 %	26,70 %
1.964	1º	178.206.482	5,60 %	14,58 %
1.970	1º	2.107.631	8,31 %	20,90 %
1.975	2º	11.100.752	8,31 %	17,32 %
6/ 76	2º	12.124.118	8,00 %	15,25 %
12/76	2º	13.740.163	7,52 %	14,24 %
OBSERVAÇÃO: Redução em 16 anos - 47 % -				
Março/1977				

EVOLUÇÃO DOS DEPOSITOS BANCARIOS DO
BRADESCO
EM RELACÃO AOS DEPOSITOS BANCARIOS DO PAÍS DE 31.12.60 A 31.12.1984



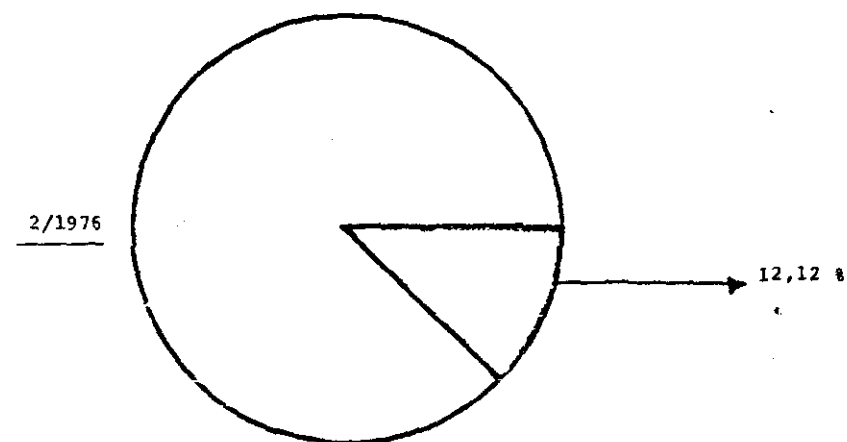
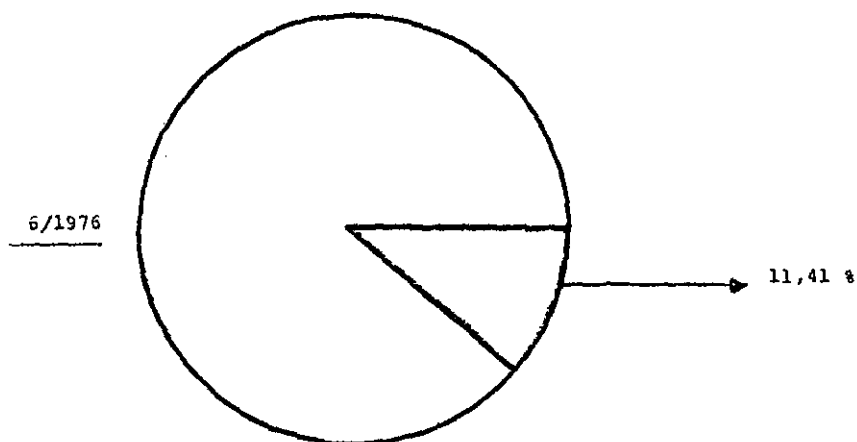
MAI/1977

EVOLUÇÃO DOS DEPOSITOS BANCARIOS DO
B R A S I L
COM RELAÇÃO AOS DEPOSITOS BANCARIOS DO PAIS DE 31.12.70 A 30.06.1977



MARÇO/1977

EVOLUÇÃO DOS DEPOSITOS BANCARIOS DO
B R A S I L
COM RELAÇÃO AOS DEPOSITOS BANCARIOS DO PAIS DE 30.06.1976 A 31.12.1976



MARÇO/1977

Como se verifica, uma nítida inversão de posições. Em 1960, o BANESPA tinha 26,70% dos depósitos do Estado de São Paulo e o BRADESCO, 8,25%; em 1976, o BRADESCO tem 22,93% e o BANESPA, 14,24%.

Relativamente aos depósitos em todo o País, em 1960, o BANESPA tinha 10,31% e o BRADESCO, 3,19%; em 1976, o BRADESCO detinha 12,12%, enquanto o BANESPA apenas 7,52%.

Qual a explicação para o vertiginoso crescimento de um banco privado e para o acentuado declínio de um banco estatal, ainda que com a participação acionárias de particulares?

Creio que a melhor resposta deve ser dada pelos responsáveis pela política adotada, sem excluir a administração de São Paulo e do Banco do Estado de São Paulo.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Ouço, com prazer, o nobre Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Vejo que V. Ex^a chega quase ao final de seu pronunciamento que é, efetivamente, impressionante. Essa concentração poderia ser o resultado de um processo natural. As regras de mercado, muitas vezes, são perversas, e a chamada mão invisível de Adam Smith quase sempre favorece a concentração, quando não há a ação corretiva do Governo, do Estado, para evitar essa concentração, que a mim me parece — e acho que a V. Ex^a também — desaconselhável. Mas os números que V. Ex^a apresenta são tão chocantes que esse processo, a configurar-se na profundidade, na intensidade, com que V. Ex^a nos apresenta em tão curto período, não pode ser, de maneira nenhuma, apenas um processo natural, ainda que com as falhas do Governo, da sua não correção. A hipótese a que V. Ex^a aludiu, de uma política de medidas governamentais favorecendo essa concentração, a esta altura, parece-me de uma evidência clamorosa. E pergunto a V. Ex^a e à Casa se essa política, dando esses resultados no sistema financeiro, não se constitui também numa filosofia de Governo que estaria dando resultados paralelos e semelhantes, no setor industrial, no setor agrícola, enfim, em toda a vida econômica do País? Acho extremamente chocante — como disse — o discurso de V. Ex^a, que revela a esta Casa e à Nação o absurdo do processo concentracionista a que estamos submetidos, e com o favor do Governo. Estou informado de que V. Ex^a fará alusão a esse ponto, de que no processo de absorção dos bancos há muito favor governamental, há financiamentos subsidiados, há verdadeiras doações para grupos financeiros absorverem outros.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Por isso dizia eu, nobre Senador Roberto Saturnino, que a melhor resposta talvez pudesse ser dada pelos responsáveis pela política adotada.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso. Fazendo soar a campainha.) — Solicito a V. Ex^a que conclua o seu discurso, pois o tempo já está esgotado.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Encerrarei imediatamente, Sr. Presidente.

Mas, os dados são de tal eloquência, que dispensam maiores comentários, porque entram olhos a dentro.

Mas, mesmo assim, na sessão de amanhã — se me for dado ocupar a tribuna — procurarei tecer alguns comentários marginais ou complementares ao que até aqui foi dito. Como tive ocasião de observar, trata-se de um discurso mais ou menos descritivo, porque se limita a levantar dados e colocá-los diante do observador.

Atento à sua advertência, Sr. Presidente, continuo, para encerrar

Vale a pena comparar o poder financeiro de um só banco paulista, o maior deles, com o dos maiores Estados da chamada federação brasileira. Representando 12,12% da totalidade dos depósitos do País, o BRADESCO, em dezembro de 76, só ele, quase se igualava com os depósitos de todos os bancos do Rio de Janeiro, com 13,99%, Estado que ocupa o 2º lugar; o poder do banco paulista praticamente equivalia à soma dos bancos de três Estados brasileiros, que não são os menores da Federação, o Paraná, o Rio Grande do Sul e a Bahia, os quais, somados, atingiam naquela data a 12,86%, quando um banco só tinha 12,12%; e batia, com significativa vantagem, o Estado de Minas Gerais, que declinara para a casa dos 1%. 11% para 12,12%.

E a propósito convém observar que, faz três dias, a imprensa informava que os depósitos do BRADESCO no dia 24 deste mês de junho haviam alcançado a cifra de 25 bilhões (*Jornal do Brasil*, de 25-6-77, p. 21). 25 bilhões em 24 de junho contra 22 bilhões e 122 milhões em 31-12-76. Antes de fechar o semestre um aumento de 13%. 22 bilhões e 122 milhões em 31-12-76, 25 bilhões em 24 de junho de 77.

De modo que, nesta altura, é possível que só um banco, que um banco só paulista já tenha suplantado os depósitos de todos os bancos do segundo Estado em ordem de grandeza financeira, o Estado do Rio de Janeiro.

O fato está a indicar como o fenômeno apontado tende a tornar-se cada vez mais graúdo.

Para não cansar o Senado com matéria tão insípida, aqui estaciono. Limitei-me a registrar o fato, como que fotografando-o, fato para mim surpreendente e alarmante. Pouco versado nestes assuntos, não saberia explicar o fenômeno, que talvez não chegue a constituir enigma para os competentes ou, quiçá, para os melhores informados nos segredos da administração.

Banco do Brasil BRADESCO

Também é interessante observar que, nesse período, 1970/76, os depósitos do Banco do Brasil diminuíram em 9%, caindo de 39 para 30% do total dos depósitos existentes no País, enquanto os depósitos do BRADESCO cresceram de 6,74% para 12,12%, ou seja, cresceram em 79,08%.

E amanhã?

Se hoje a situação é esta, se hoje os bancos de um Estado entesouram e aplicam mais de metade dos depósitos de todo o País, se esse crescimento se avoluma e engrossa de ano para ano, como se verifica dos índices enunciados e dos gráficos apresentados, uma indagação irrompe naturalmente e tem de ser formulada: se esta é a situação atual, qual será ela daqui a 5 anos, daqui a 10 anos? Então qual será o quadro, se o poder que pode tudo, inclusive cerrar as atividades do Congresso e investir-se nas suas atribuições, que pode "reformular" o Judiciário, que pode discriminar os brasileiros e confiscar os seus direitos, se o poder que pode tudo continuar testemunha indolente, cega, surda e muda, em face desse problema, cuja importância nacional é desnecessário acentuar?

É a questão que examinarei na próxima sessão. (Muito bem! Palmas.)

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. PAULO BROSSARD, EM SEU DISCURSO:**

ANEXO 1

Depositos incandescentes em

31 - x 11 - 60

31 - XH-64

$$3_1 = x_{11} - z_0$$

31 - 411 - 25

21 - x 11 - 26

correctly in depositing the same

1- X 11- 25 ~ 31- X 11- 26

NOTES ON THE HISTORY OF THE
CITY OF NEW YORK

J. - FOLLY - SULLY 6

Review for 2004 Press Alerts

10 - PARA OBTENÇÃO DE EXATIDÃO, OS DADOS DO ESTUDO DEBEM SER CORRIDOS, CASO SE FLUXO, COMPARANDO OS DADOS DO ESTUDO COM RIG DE 20 DÍGITOS.

39 - 20 Feb 1968 - 71:35:

Letter of Request - signed by the
U.S. #.

48. "Apostrophe to the People of the United States" and
"The People of the United States" are the two main
addresses of the author. The first is a
speech to the people of the United States, and the
second is a speech to the people of the United States.
The first is a speech to the people of the United States,
and the second is a speech to the people of the United States.
The first is a speech to the people of the United States,
and the second is a speech to the people of the United States.

Situação em 31-12-60

**Relação da Rede Bancária Nacional
por ordem decrescente de volume de
depósitos em 31-12-60**

NO. ORDEM	BANCO S	ESTADO	VALOR EM R\$ 1000
ORDEM			124 CR\$ 1.000,-
1	DO ESTADO DE SAO PAULO	SP	57.338.295
2	DA LACUNA DE MINAS GERAIS	MG	24.407.093
3	MUNICIPAL DE MINAS GERAIS	MG	20.001.830
4	DE CREDITO REAL DE MINAS GERAIS	MG	20.158.837
5	MUNICIPIO SALES	SP	17.406.371
6	IMPERIAL DE SAO PAULO	SP	16.229.923
7	CRASILFIO DE RESCUECOS	SP	16.128.099
8	CO. IND. DE MINAS GERAIS	MG	12.000.750
9	CO. EMP. E IND. DE SAO PAULO	SP	12.524.287
10	DE CREDITO DE AMERICA	PA	12.354.577
11	CO. DO ESTADO DE SAO PAULO	SP	8.716.721
12	MUNICIPIO SA PROPRIO	MG	7.274.622
13	FISCAL NAT. CITY BANK OF NEW YORK	RJ	6.978.631
14	CO. VISTA	SP	6.802.831
15	COMESTE DO ESTADO DE SAO PAULO	SP	7.274.622
16	DE SAO PAULO	MG	6.978.631
17	MIPOT. E AGRIC. DO EST. DE MINAS GERAIS	MG	6.091.018
18	DA PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL	RJ	6.091.018
19	HIPOTECARIO LAR BRASILEIRO	MG	6.091.018
20	DE MINAS GERAIS	MG	6.091.018
21	COMERCIAL DO PARANA	SC	5.362.110
22	CO. E IND. DE STA. CATARINA	SC	5.362.110

Nº DE CÓDIGO	B A N C O S	NOTAS	MOVIMENTO DOS BANCOS RÉCIBO (EM REAIS 1.000,-)
23	DA BAHIA	BA	6.377.733
24	ECONOMICO DA BAHIA	BA	7.061.733
25	DO NORDE DO BRASIL	BA	3.422.733
26	PREVIDAL DO EST. DO RIO DE JANEIRO	RJ	3.422.733
27	NOVO MUNDO	RJ	6.377.733
28	PORTRAITES DO BRASIL	RJ	6.377.733
29	BRASIL DE SAO PAULO	SP	6.377.733
30	DA AMERICA	SP	6.377.733
31	FRANCESA ITALIANO P/AMERICA DO SUL	RJ	2.124.733
32	DE LONDRES E AMERICA DO SUL	RJ	2.124.733
33	DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	RS	6.377.733
34	ITAU	SP	6.377.733
35	NACIONAL DO COMERCIO	RS	6.377.733
36	MERCANTIL DE MINAS GERAIS	MG	6.377.733
37	FRANCO E BRASILEIRO	SP	6.377.733
38	IRMãos GUIMARÃES	PE	6.377.733
39	DO POVO	SP	6.377.733
40	AUXILIAR DE SAO PAULO	SP	3.777.733
41	AMERICA DO SUL	RJ	3.777.733
42	DO ESTADO DO GUANABARA	RJ	3.777.733
43	MERCANTIL E IND. DO PARANÁ	PR	3.777.733
44	BANDEIRANTES DO COMERCIO	SP	3.777.733
45	IND. COM. DO SUL	RS	3.777.733
46	PAULISTA DO COMERCIO	SP	3.777.733
47	THE FIRST NAT. BANK OF BOSTON	RJ	3.777.733
48	ANDRADE ARAUJO	RJ	2.777.733
49	NACIONAL DO NORTE	PE	2.777.733
50	AGRICOLA MERCANTIL	RJ	2.777.733
51	DO COMERCIO	RJ	2.777.733
52	FEDERAL DE CREDITO	SP	2.777.733
53	NACIONAL DO COMERCIO DE SAO PAULO	SP	2.777.733
54	ULTRAMARINO BRASILEIRO	RJ	2.777.733
55	SUN AMERICAN BRASILEIRO	SP	2.777.733
56	NACIONAL DE PERNAMBUCO	PE	2.777.733
57	MOGIANA DO COM. E INDUSTRIA	SP	1.777.733
58	REAL DO CANADA	RJ	1.777.733
59	RIBEIRO JUREMEIRA	SP	1.777.733
60	A.E. CARVALHO	SP	1.777.733
61	COM. E IND. DE PERNAMBUCO	PE	1.777.733
62	DO ESTADO DO PARANÁ	PR	1.777.733
63	CREDITO E COM. DE MINAS GERAIS	MG	1.777.733
64	MERCANTIL DE NITERÓI	RJ	1.777.733
65	DE CREDITO NACIONAL	SP	1.777.733
66	FARO	SP	1.777.733
67	DELO HORIZONTO	SP	1.777.733
68	DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RJ	1.777.733
69	INDUSTRIAS UNIO	SP	1.777.733
70	FL. EMPREITO	SP	1.777.733
71	LOUVRES	RJ	1.777.733
72	OPERADOR	RJ	1.777.733
73	MERCANTIL DE DESCONTOS	SP	877.733
74	IND. BELGA	SP	877.733
75	RELIANCE	RJ	877.733
76	CENTRO DE FIVAGAS E COMERCIO	RJ	777.733
77	NACIONAL DO PARANÁ E STA. CATARINA	PR	777.733
78	ALGARVES	SP	777.733
79	A. INACIA DO RIO DE JANEIRO	RJ	677.733
80	INTERCOMERCIAL DO PARANÁ	PR	677.733
81	DE CREDITO DO RIO DE JANEIRO	RJ	677.733
82	NACIONAL DO COMERCIO DE M. G. G. A. P. S.	MG	677.733
83	OLIVEIRA E SOUZA	SP	677.733
84	OLIVEIRA E SOUZA	RJ	677.733
85	DO FOMENTO DO EST. DA BAHIA	BA	577.733
86	COMERCIAL DE BRASIL	SP	577.733
87	DE CREDITO ALIMENTAR	RJ	577.733
88	MERCANTIL DO RIO DE JANEIRO	RJ	477.733
89	DE CREDITO COMERCIAL	PE	477.733
90	SAS MARIAS	SP	477.733
91	DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	RJ	477.733
92	DO ESTADO DE GOIAS	GO	477.733
93	BOGERS	SP	477.733
94	S. MAGALHÃES	SP	477.733
95	IND. DE CAMBIA GRANDE	PR	477.733
96	THE BANK OF TOKYO	RJ	477.733
97	SOTTO MARCHI	RJ	477.733
98	DO PARANÁ, ITAIO BRASILEIRO	PR	477.733
99	DE CREDITO MERCANTIL	RJ	477.733
100	SEGURANCA	SP	477.733
101	ALIANÇA DE SAO PAULO	SP	477.733
102	AGRICOLA DE SETE LAGOAS	MG	477.733
103	HAIZA	RJ	477.733
104	COM. E IND. DO BRASIL	RJ	477.733
105	PROLIS	RJ	477.733
106	UNICO	SP	477.733
107	AGRO PECUARIO DE CAMP. GRANDE	MT	377.733
108	DE CREDITO	PR	377.733
109	CEARENSE DO COM. E INDUSTRIA	CE	377.733
110	DE ILHUS	BA	377.733
111	REAL BRASILEIRO	BA	377.733
112	IMOBILIARIO E COMERCIAL	RJ	377.733
113	DE CREDITO PESSOAL	RJ	377.733
114	LENE FERREIRA	SP	377.733
115	MERCANTIL PAN AMERICANO	SP	377.733
116	FINANCIADORA	RJ	377.733
117	F. HUBER	SP	377.733
118	DE CREDITO FEDERAL LTO.-EODR.	RJ	377.733
119	ALCEIDA MAGALHES	RJ	377.733
120	MERIDIANO	SP	377.733
121	DE S/O CARAYAO DO SUL	SP	377.733
122	AUXILIAR DO COMERCIO	SP	377.733
123	RIBEIRO CARVALHO	PE	377.733
124	AGRICOLA DE CANTAGALO	RJ	377.733
125	ANTONIO DE QUEIROZ	SP	277.733
126	PAULO	RJ	277.733
127	MAGALHÃES FRANCO	PE	277.733
128	LEONARDO MOREIRA	SP	277.733
129	COSTA HORTALINO	RJ	277.733
130	FRANZ	SP	277.733
131	DO ESTADO DO AMAPAZAS	AM	277.733
132	MERCANTIL SERGIENSE	SE	277.733
133	LYON MONTENIL	RJ	277.733
134	TOTÓ ALBUQUERQUE	RS	277.733
135	DA AGUINILHARAO	BA	277.733
136	INTERESTADUAL DO BRASIL	SP	277.733
137	REAL DO COMERCIO	SP	277.733
138	COMERCIAL DE MINAS GERAIS	MG	277.733
139	DE COMERCIO	RS	277.733
140	COM. E INDUSTRIA DO BRASIL	RJ	277.733
141	DE DISCONTOS DO RIO DE JANEIRO	RJ	277.733
142	COM. E INDUSTRIA DE CAMBIA	PE	277.733
143	FILIAL DO RIO NEGRO GROSSO	PE	277.733
144	VALDO ARAUJO	SP	277.733
145	ITET	SP	277.733
146	MELHOREMANOS DO JARD	SP	277.733
147	DO TRIPOLAR MINEIRO	RS	277.733
148	CORREA CARVALHO	BA	277.733
149	DO COMERCIO DO CAFE	RJ	277.733
150	DE CREDITO REAL DO ROS.	RS	177.733

BANCOS			ESTADO	MONTANTE DOS DEPÓSITOS (em CR\$ 1.000,-)	BANCOS			ESTADO	MONTANTE DOS DEPÓSITOS (em CR\$ 1.000,-)
Nº DE ORDEM					Nº DE ORDEM				
151	INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO	PE	172.012		271	DE EXPANSÃO COM. E IND.	RJ	53.270	
152	OPERAÇÕES MERCANTIS	RJ	172.530		272	S. GURGEL	RN	40.950	
153	GERAL DO COMÉRCIO	SP	172.012		273	VICENTE FIORILLO	PR	35.883	
154	MOSCOSO CASIRO	RJ	160.070		274	J. C. DA SILVA LEÇA CTO.	SC	33.960	
155	MERCANTIL DE PERNAMBUCO	PC	160.000		275	GERHARD STEIN	SP	33.293	
156	INTERCÂMBIO NACIONAL		159.816		276	RAUL DE PAULA E SILVA	MG	33.724	
157	PRADO VASCONCELOS JR.	RJ	156.179		277	J. COLLI	SP	31.017	
158	DA REPÚBLICA	SP	151.411		278	DE SÃO CARLOS	SP	30.920	
159	PATRIARCA DO BRASIL	SP	143.935		279	FINANCIAL IMOBILIÁRIA	RJ	26.137	
160	METROPOLITANO DE CRED. MERCANTIL	RJ	143.681		280	FREDERICO HEMTZ	RS	25.365	
161	DA CIDADE DE SANTOS	GO	141.892		281	SUL AMERICANA	RJ	24.950	
162	COM. DO ESTADO DE GOIÁS	BA	132.864		282	BRASILEIRA DE DESCONTOS	RJ	24.872	
163	DE CRÉDITO POPULAR DA BAHIA	SP	130.076		283	ARCEMIO BORDI	RJ	22.740	
164	ARCHEIA	SP	127.277		284	COMERCIAL BANCÁRIA	PR	21.106	
165	CONTINENTAL	RJ	125.888		285	DA LAVOURA DO NORTE DO PARANÁ	ES	20.956	
166	MESBLA	RJ	122.632		286	DHERING LTD.	ES	18.578	
167	DO COMÉRCIO DA PRODUÇÃO	MG	122.027		287	D. BEIRITZ & CIA.	ES	18.598	
168	ECONÔMICO DE SÃO PAULO	SP	118.250		288	SOCIAL DE CRÉDITO LTD.	BA	17.640	
169	IPIRANGA	SP	118.273		289	GORGES LTD.	SP	16.294	
170	HYGHIRO CALEIRO	RJ	117.121		290	AUXILIAR DO COM. DE SÃO PAULO	RJ	15.319	
171	DAS INDÚSTRIAS	RJ	115.358		291	DE CRÉDITO E DEPÓSITOS	RJ	15.311	
172	SANTA CRUZ	RJ	110.888		292	SEABRA SANTOS	RJ	8.556	
173	ECONÔMICO NACIONAL	RJ	109.005		293	ALBERTO BEHAR	RJ	8.943	
174	COLONIAL DE SÃO PAULO	SP	107.233		294	A COMENSADORA	RS	8.493	
175	DA LAVOURA E COM. DO EST. DE SÃO PAULO	MG	106.084		295	HEINING SA	RJ	8.405	
176	DA ALTA SOROCABANA	SP	105.400		296	ROCHA MIRANDA FILHOS & CIA.	RJ	7.650	
177	ECONÔMICO DE MINAS GERAIS	MG	100.207		297	DE CRÉDITO MUNICIPAL	MG	7.436	
178	MONTIHO DE CASTRO	SP	99.115		298	ALMEIDA LTD.	SP	3.307	
179	RIOGRANDENSE DE EXPAN. ECONÔMICA	RI	90.611		299	MOURA ANDRADE	SP	3.004	
180	GRAZÃO DE SÃO PAULO	SP	88.527		300	NOVA ERA	RJ	2.226	
181	DO COMÉRCIO IMPORTADOR	CO	82.200		301	INTERNACIONAL	RJ	2.261	
182	AGRO PEC. DO ESTADO DE GOIÁS	ES	82.124		302	GERMÃO LTD.	RJ	1.946	
183	DE CACHOEIRO DO ITAPEIRINHA	PR	81.771		303	BORDALHO BRENHA	RJ	1.836	
184	RURAL DO PARANÁ LTD. - COOP.	PA	80.374		304	DE CRÉDITO IND. E COM.	RJ	1.663	
185	NACIONAL DO RIO DE JANEIRO	RJ	80.117		305	F. BRAGA & IRIAR	RJ	987	
186	DA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO	RJ	77.662		306	NORTE UNIDO	SP	527	
187	CICERO PRADO	RJ	75.600		307	EXCELSIOR DE SÃO PAULO	RJ	98	
188	NACIONAL DE DESCONTOS	MG	70.000		308	COMERCIAL BRASILEIRA	SP	23	
189	DUPONT	ES	67.777		309	LOTHAR STEINHAL & CIA.	RS	NHIL	
190	DA CIDADE DE SALVADOR	ES	66.402		310	BORTHMAN LTD.	RS	NHIL	
191	DOS IMPORTADORES DO FORTALEZA	PA	65.127		311	CIA. RIOGRAND. DE EXPANSÃO ECONÔMICA	RJ	NHIL	
192	AUXILIAR DA PRODUÇÃO	RJ	64.322		312	CREDIT FONCIER DU BRÉSIL ET AMÉR. SUD	RJ	NHIL	
193	CIVIL	RJ	64.322		313	GAL. MOTORS ACCEPTANCE COOP.	SP	NHIL	
194	DO PAÍS	RJ	64.322		314	SANPAULO MOREIRA FILHO & CIA.	SP	NHIL	
195	COMERCIAL	RJ	62.942						
196	PAGANO	SP	62.832						
197	DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	62.240						2.538.093
198	AGRICOLA DA ALTA ROGIANA	SP	60.214						
199	REAL DE SÃO PAULO	SP	59.264						
200	PAULISTANO	MG	56.158						
201	DA CIDADE DE JUIZ DE FORA	SP	56.014						507.930.872
202	DA CAPITAL	RJ	55.901						
203	DE CRÉDITO HOPSUL - SCRL	RJ	54.713						
204	KRAUSS	RJ	54.634						
205	DE LA NACION ARGENTINA	RJ	54.578						
206	MERCANTIL DO BRASIL	RJ	53.847						
207	INDUSTRIAL DE SÃO PAULO	SP	51.507						
208	FIGUEIREDO	SP	51.283						
209	ISRAELITA BRASILEIRO	RJ	47.861						
210	PIRATINGA	RJ	47.270						
211	METROPOLITANO - SCRL	RJ	44.325						
212	MANOEL DE CARVALHO	RJ	42.878						
213	AGRO PASTORIL DE MINAS GERAIS	MG	42.402						
214	REGIONAL	RJ	41.815						
215	AUXILIAR DE CRÉDITO	RJ	39.132						
216	HAUA	RJ	37.957						
217	NACIONAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	RJ	37.601						
218	INDUSTRIAL BRASILEIRO	RJ	36.611						
219	NACIONAL DE CRÉDITO LTD.	RJ	35.866						
220	COMERCIAL & AGRICOLA DO PIAUI	PI	35.751						
221	DE RESERVA	SP	35.675						
222	ATLAS	SP	35.318						
223	GOIANO DE DESCONTOS	GO	32.769						
224	DA PRODUÇÃO DO EST. DE SÃO PAULO	SP	32.100						
225	MARCHESI	SP	31.715						
226	DA GUANABARA	RJ	30.541						
227	KINEIRO DO OESTE	MG	29.124						
228	DE HETEROP	RJ	27.510						
229	MERCANTIL DA METRÓPOLE	RJ	27.346						
230	CRÉDITO AGROPEC. PAST. DO PANTANAL DO MT	MT	26.640						
231	DE HIRAI	MG	23.995						
232	FRANCISCO TELLES	PR	22.633						
233	DE CRÉDITO SOLAR - SCRL	RJ	22.203						
234	DO JUAZEIRO	CE	22.160						
235	REAL UNIDO	RJ	21.727						
236	PAN AMERICANO	RJ	20.473						
237	DE PARAHIBA	PI	19.809						
238	DE CRÉDITO EXCELSIOR - SCRL	RJ	19.143						
239	DE CRÉDITO DA METRÓPOLE - SCRL	SP	19.084						
240	INDEPENDÊNCIA	SP	17.302						
241	SUL DO BRASIL	SC	16.093						
242	UNIVERSAL	RJ	15.122						
243	PONTIHOENSE	MG	14.251						
244	DO COM. IND. DO RIO DE JANEIRO	RJ	14.251						
245	EXPANSÃO E IND. DE SÃO PAULO	SP	14.251						
246	HEIRELES	PC	14.251						
247	AGRO COMERCIAL DE SÃO PAULO	SP	14.251						
248	AMERICANO DE CRÉDITO	RJ	14.251						
249	AUTOGRATIA	RJ	14.251						
250	FIGUEIREDO ROCHA	RJ	14.251						
251	NACIONAL PAULISTA	SP	14.251						
252	CRUZEIRO DO SUL DE SÃO PAULO	SP	14.251						
253	EXCELSIOR LTD.	RJ	14.251						
254	NACIONAL DA CIDADE DE SÃO PAULO	SP	14.251						
255	UNION MERCANTIL	RJ	14.251						
256	AGRO MERCANTIL	PA	14.251						
257	DO ESTADO DA PARANÁ	PR	14.251						
258	MOREIRA GOMES	PA	14.251						
259	NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO	?	?						
260	NACIONAL DO DESENVOLV. ECONÔMICO	?	?						
			505.300.799						
	CASAS BANCARIAS								
261	CXA. CRED. IMOBILIAR. DE PERNAMBUCO	PE	691.904						
262	F. NATARAZZO	SP	554.743						
263	PERNAMBUCANA	PE	181.333						
264	RIO BRANCO	RJ	104.414						
265	BRANCO & CIA. LTD.	SP	71.679						
266	TRINOS MALZONI	SP	59.723						
267	METRÓPOLE	SP	58.444						
268	NOVA AMERICA	SP	56.972						
269	MARINHO	RJ	54.856						
270	MOMERO	RJ	54.315						

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Nº de ordem geral		Nº de ordem Estado	BANCOS	DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,-)	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 3 -		31.12.1966	
169	57	57	IPIRANGA	118.273	13	1	FIRST N. CITY BANK OF N. YORK	11.494.453
170	58	58	HYGIND CALEIRO	117.187	14	2	BOA VISTA	9.594.518
171	59	59	COLONIAL DE SÃO PAULO	107.333	19	3	HIPOTEC. LAR BRASILEIRO	6.688.792
175	60	60	DA LAVOURA E COM. DO EST. DE S.P.	106.084	26	4	PRÉDIAL DO EST. DO RIO DE JANEIRO	5.426.085
176	61	61	DA ALTA SOROCADANA	105.400	27	5	PRÉDIAL DO EST. DO RIO DE JANEIRO	5.312.831
180	62	62	BRASOZ DE SÃO PAULO	90.616	28	6	PORTUGUES DO BRASIL	5.304.637
181	63	63	DO COM. IMPORTADOR	89.527	32	7	DE LOBOS E ANF. DO SUL	5.01.227
				Continua	42	8	DO ESTADO DA GUARAPARA	3.652.031
167	64	64	CIGERO PRADO	77.662	47	9	THE FIRST N. CITY BANK OF BOSTON	2.819.777
195	65	65	PAGANO	62.832	48	10	AMERICA ARQUIT	2.001.227
198	66	66	AGRICOLA DA ALTA MOGIANA	60.214	51	11	DO COMERCIO	2.535.120
199	67	67	REAL DE SÃO PAULO	59.264	54	12	ULTRAMARINO BRASILEIRO	2.316.680
200	68	68	PAULISTA	56.158	58	13	REAL DO CANADÁ	1.674.445
207	69	69	INDUSTRIAL DE SPO PAULO	51.507	64	14	MERCANTIL DE RITEROI	1.281.467
208	70	70	FIGUEIREDO	51.283	68	15	DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1.070.570
210	71	71	PERATINHA	47.279	69	16	HOLLANDIA UNIO	1.050.527
222	72	72	ATLAS	35.316	72	17	LEONDES	1.011.250
224	73	73	DA PRODUÇÃO DO EST. DE S. PAULO	32.100	72	18	OPERADORA	999.192
225	74	74	MARCHESE	31.815	75	19	DELAMARE	726.370
239	75	75	DO CREDITO DA METROPOLE-SCRL-	18.084	76	20	GERAL DE FINANÇAS E COMERCIO	723.452
240	76	76	INTERDEPENDENCIA	17.368	79	21	ALIANÇA DO RIO DE JANEIRO	665.090
245	77	77	EXPANSÃO INDL. DE SÃO PAULO	7.819	84	22	OLIVEIRA ROSA	606.499
247	78	78	AGRO COMERCIAL DE SÃO PAULO	6.053	87	23	DE CREDITO TEMPTORIAL	577.279
251	79	79	NACIONAL PAULISTA	3.269	88	24	MERCANTIL DO RIO DE JANEIRO	547.944
252	80	80	CRUZEIRO DO SUL	NILIL	91	25	DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	534.696
254	81	81	NACIONAL DA CIDADE DE S. PAULO	NILIL	93	26	BORGES	519.827
				195.712.634	96	27	THE BANK OF TOKYO	515.245
					97	28	SOTTO MAIOR	470.997
					99	29	DE CREDITO MERCANTIL	444.610
					103	30	HAZZA	421.036
					104	31	CONL. E INDL. DO BRASIL	417.893
					111	32	PROLAR	411.010
					112	33	REAL BRASILEIRO	362.647
					113	34	IMOBILIARIO E COMERCIAL	352.671
					116	35	DE CREDITO MERCANTIL	340.564
					118	36	FINANCIADORA	326.684
					119	37	CREDITO FEDERAL LTD.-COOP-	318.966
					124	38	REAL MAGALHÃES	318.778
					126	39	AGRICOLA DE CANTAGALO	304.096
					129	40	ALRETO	297.150
					133	41	COSTA MONTEIRO	271.323
					139	42	LINO PIMENTEL	254.583
					140	43	DE COMERCIO	227.005
					147	44	CONL. E AGRICOLA DO BRASIL	220.231
					149	45	DE DESCONTOS DO RIO DE JANEIRO	219.875
					152	46	DO COMERCIO DO CAFE	181.821
					154	47	OPERACOES MERCANTIL	172.539
					156	48	INOSCO DO CASTRO	160.070
					157	49	INTERCAMBIO NACIONAL	159.019
					160	50	PRADO VASCOCELLOS JR.	156.159
					165	51	METROPOL. DE CREDITO MERCANTIL	143.691
					166	52	CONTINENTAL	125.998
					171	53	HESBLA	122.908
					173	54	DAS INDUSTRIAS	118.350
					175	55	SANTA CRUZ	110.899
					178	56	ECONOMICO NACIONAL	120.005
					185	57	MONTEIRO DE CASTRO	99.813
					186	58	NACIONAL DO RIO DE JANEIRO	86.308
					188	59	DA METROPOL. DO RIO DE JANEIRO	80.127
					192	60	NACIONAL DE DESCONTOS	74.685
					193	61	AUXILIAR DA PRODUÇÃO	65.127
					194	62	CIVIA	64.922
					195	63	DO PATS	64.209
					202	64	COMERCIAL	62.942
					203	65	DA CAPITAL	55.901
					204	66	DE CREDITO MORSUL-SCRL-	54.713
					205	67	ARAUJO	54.634
					206	68	DE LA NACION ARGENTINA	54.570
					207	69	MERCANTIL DO BRASIL	53.847
					209	70	ISRAELITA BRASILEIRO	47.061
					212	71	METROPOLITANO-SCRL-	44.325
					214	72	UNIAO DE CARVALHO	42.375
					215	73	REGIONAL	41.915
					216	74	AUXILIAR DE CREDITO	39.132
					217	75	HAUÁ	37.987
					218	76	NACIONAL DE IND. E COMERCIO	37.601
					219	77	INDUSTRIAL BRASILEIRO	36.611
					221	78	NACIONAL DE CREDITO LTD.	35.866
					226	79	DE RESENDE	35.675
					228	80	GUANABARA	30.541
					229	81	DE RITEROI	27.510
					233	82	MERCANTIL DA METROPOL.	27.146
					235	83	DE CREDITO SOLAR-SCRL-	22.723
					236	84	REAL UNIO	21.779
					238	85	PAU AMERICANO	20.472
					242	86	DE CREDITO EXCELSIOR-SCRL-	18.143
					244	87	UNIVERSAL	13.476
					248	88	DO COM. E IND. DO RIO DE JANEIRO	9.432
					249	89	AMERICANO DE CREDITO	5.787
					250	90	AUTOCASTRO	3.471
					253	91	FIGUEIREDO ROCHA	3.295
					255	92	EXCELSIOR LTD.	NILIL
						93	UNIAO MERCANTIL	NILIL
					CASAS BANCARIAS			84.553.569
					264	94	RIO BRANCO	104.414
					269	95	MARIANO	54.866
					270	96	HONERO	54.315
					271	97	DE EXPRESSAO COML. E INDL.	53.270
					279	98	FINANCIARIA E IMOBILIARIA	26.137
					281	99	SUL AMERICANA	25.192
					282	100	BRASILEIRA DE DESCONTOS	24.860
					284	101	COMERCIAL BANCARIA	22.740
					286	102	SHERING	20.956
					288	103	SOCIAL DE CREDITO	18.598
					291	104	DE CREDITO E DEPÓSITOS	15.319
					292	105	SEABRA SANTOS	15.311
					293	106	ALBERTO BEAR	8.368
					294	107	A COMPENSADORA	8.943
					295	108	ROCHA MIRANDA FILHOS LTD.	8.405
					297	109	DE CREDITO MUNICIPAL	7.650
					302	110	GERIANO LTD.	2.261
					303	111	BORDALHO BRENHA	1.946
					304	112	DE CREDITO INCL. E COML.	1.436
					306	113	F. BRAGA & IRIHO	1.069
					308	114	MORTE VILDO	987
					309	115	COMERCIAL BRASILEIRA	93
							LOTHAR STEINHAL & CIA.	28
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23
								23

Nº DE ORDEM GERAL	Nº DE ORDEM ESTADO	BANCOS	DEPOSITOS (CR\$ 1.000,-)
312	117	CREDIT FONCIER DU BRÉSIL ET A.S	NIMSL 477.748
TOTAL ESTADO			85.031.316
/Setembro/1976 Porto Alegre			16,74 % S/PAÍS 43,55 % S/ESTADO

TOTAL DO ESTADO		12.460.472	2,46 % S/PAÍS 6,36 % S/S.PAUL
ESTADO DO PARÁ		7	
10	1	DE CREDITO DA AMAZONIA	12.354.667
TOTAL DO ESTADO			12.354.667
/Setembro/1976 Porto Alegre			2,43 % S/PAÍS 6,30 % S/S.PAUL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - 4 -			31.12.1960
Nº DE ORDEM GERAL	Nº DE ORDEM ESTADO	BANCOS	DEPOSITOS (CR\$ 1.000,-)
18	1	DA PROVINCIA DO RIO G.D.O SUL	6.921.018
33	2	DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	4.098.596
35	3	NACIONAL DO COMÉRCIO	4.936.630
45	4	IND. E COM. DO SUL	3.217.300
50	5	AGRICOLA MERCANTIL	2.569.178
50	6	PORTO ALEGRENSE	253.449
54	7	DE CREDITO REAL DO RS.	179.942
79	8	RIOGRANENSE DE EXP.ECONOMICA	95.115
			23.168.296
CASAS BANCARIAS			
180	9	FREDERICO HENTZ	25.365
195	10	HEINLEIN	8.493
			33.858
TOTAL DO ESTADO			23.202.154
			4,55 % S/PAÍS 11,93 % S/S.PAUL

ESTADO DE PERNAMBUCO - 8 -		31.12.1960	
Nº DE ORDEM GERAL	Nº DE ORDEM ESTADO	BANCOS	DEPOSITOS (CR\$ 1.000,-)
31	1	DO EST.	3.000.000
49	2	NACIONAL DO COMÉRCIO	2.000.000
56	3	IND. E COM. DO NORDESTE	2.000.000
61	4	IND. E COM. DO NORDESTE	1.000.000
122	5	AGRICOLA MERCANTIL	1.000.000
127	6	IND. E COM. DO NORDESTE	250.000
151	7	IND. E COM. DO NORDESTE	100.000
155	8	IND. E COM. DO NORDESTE	100.000
			14.720.000
CASAS BANCARIAS			
261	9	CARLOS DE ALMEIDA LOPES DE RESENDE	800.000
263	10	RESENDE	100.000
			900.000
TOTAL DO ESTADO			15.620.000
			2,31 % S/PAÍS 5,00 % S/S.PAUL

ESTADO DA BAHIA - 5 -			
Nº DE ORDEM GERAL	Nº DE ORDEM ESTADO	BANCOS	DEPOSITOS (CR\$ 1.000,-)
23	1	DA BAHIA	5.827.328
24	2	ECONOMICO DA BAHIA	5.655.713
85	3	FONTE DO EST.DA BAHIA	603.856
110	4	DE ILHEUS	374.293
135	5	DA ADMINISTRAÇÃO	248.026
148	6	CORREIA RIBEIRO	182.844
163	7	DE CRED.POPULAR DA BAHIA	130.076
190	8	DA CIDADE DE SALVADOR	67.095
			13.037.531
CASAS BANCARIAS			
283	9	GOPCES LTD.	17.000
TOTAL DO ESTADO			13.105.171
			2,68 % S/PAÍS 6,08 % S/S.PAUL

ESTADO DO CEARÁ - 9 -			
Nº DE ORDEM GERAL	Nº DE ORDEM ESTADO	BANCOS	DEPOSITOS (CR\$ 1.000,-)
25	1	DO NOROESTE DO BRASIL	5.572.227
42	2	DE CREDITO COMERCIAL	547.153
106	3	UNIBAN	400.435
109	4	CLARENSA DO COM. E INDUSTRIA	329.044
191	5	DO IMPORTADORA DE FORTALEZA	66.607
234	6	DO JUAZEIRO	22.150
TOTAL DO ESTADO			6.937.616
			1,97 % S/PAÍS 3,56 % S/S.PAUL
/Setembro/1976 Porto Alegre			

ESTADO DO PARANÁ - 6 -			31.12.1960
Nº DE ORDEM GERAL	Nº DE ORDEM ESTADO	BANCOS	DEPOSITOS (CR\$ 1.000,-)
21	1	COMERCIAL DO PARANÁ	6.309.312
43	2	MERCANTIL E IND. DO PARANÁ	3.487.800
52	3	DO ESTADO DO PARANÁ	1.408.811
77	4	NACIONAL DO PARANÁ E STA.CATARINA	716.811
108	5	DE CURITIBA	384.063
184	6	RURAL DO PARANÁ LTD.-COOP.	81.983
232	7	FRANCISCO TELLES	22.633
			12.411.493
CASAS BANCARIAS			
273	8	VICENTE FIDRILLO	35.833
285	9	DA LAVOURA DO NORTE DO PARANÁ	21.106
			56.939

ESTADO DE SANTA CATARINA - 10 -		31.12.1960	
Nº DE ORDEM GERAL	Nº DE ORDEM ESTADO	BANCOS	DEPOSITOS (CR\$ 1.000,-)
22	1	COM. IND. DE SANTA CATARINA	5.822.110
211	2	SUL BRASIL	15.000
			5.837.110
CASAS BANCARIAS			
275	3	GERARDO STEIN	33.540
TOTAL DO ESTADO			5.870.650
			1,07 % S/PAÍS 3,01 % S/S.PAUL
/Setembro/1976 Porto Alegre			

Situação em 31-12-64

Relação da Rede Bancária Nacional por ordem decrescente de volume de depósitos em 31-12-64

Nº DE ORDEN	BANCOS	ESTADO	MONTANTE DOS DEPÓSITOS (em CR\$ 1.000,-)
1	DO ESTADO DE SÃO PAULO SA.	SP	176.206.400
2	DE CREDITO REAL DE BANCAS GERAIS SA.	MG	134.366.200
3	DA LAVOR DE BANCAS GERAIS SA.	MG	129.873.246
4	NACIONAL DE BANCAS GERAIS SA.	MG	113.560.598
5	BRASILEIRO DE BANCAS GERAIS SA.	SP	109.292.793
6	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	SP	104.000.000
7	DE BANCAS GERAIS SA.	MG	93.853.757
8	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	SP	81.945.766
9	DO ESTADO DE CARIACAS SA.	MG	75.576.058
10	DO UNICREDITO DO BRASIL SA.	CE	75.046.820
11	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	65.878.650
12	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	61.431.363
13	DE CREDITO DE BANCAS GERAIS SA.	MG	51.163.064
14	THE FIRST NATIONAL CITY BANK FEDERAL TRUST SA.	PJ	50.388.044
15	DE CREDITO DE BANCAS GERAIS SA.	SP	50.321.708
16	DA BANCAS GERAIS SA.	MG	50.262.694
17	DE CREDITO DE SOUTH AMERICA LT.	SP	51.110.011
18	ECONOMICO DO BRASIL SA.	MG	49.070.828
19	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	48.725.910
20	DO ESTADO DE SÃO PAULO SA.	MG	47.434.756
21	HIPOTECARIO E AGRICOLA DO EST. DE MG. SA.	MG	46.272.720
22	DE SÃO PAULO SA.	MG	45.719.110
23	DA BANCAS GERAIS SA.	MG	45.501.800
24	DE CREDITO DE BANCAS GERAIS SA.	MG	42.260.553
25	DO BRASIL SA.	MG	41.568.501
26	DA BANCAS GERAIS SA.	MG	40.655.316
27	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	SP	37.987.281
28	FRANCOIS E BRASILEIRO SA.	SP	37.312.135
29	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	36.382.750
30	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	36.157.667
31	FRANCOIS E BRASILEIRO SA.	SP	34.007.038
32	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	33.728.751
33	DA BANCAS GERAIS SA.	MG	33.375.600
34	PORTUGUES DO BRASIL SA.	RJ	32.522.316
35	FRANCOIS E BRASILEIRO SA.	RJ	31.918.496
36	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	31.732.137
37	FRANCOIS E BRASILEIRO SA.	SP	31.208.335
38	DO ESTADO DE SÃO PAULO SA.	MG	30.127.703
39	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	29.108.551
40	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	29.814.021
41	NACIONAL DO NORTE SA.	PE	28.876.805
42	INDUSTRIAL E COM. DO SUL SA.	RS	28.140.138
43	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	28.003.777
44	AGRICOLA MERCANTIL SA.	PE	26.416.667
45	DO NORTE SA.	PE	25.827.474
46	THE FIRST NATIONAL OF BOSTON	MA	25.036.798
47	SUL AMERICANO DO BRASIL SA.	PR	21.574.332
48	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	19.424.105
49	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	19.209.016
50	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	14.845.323
51	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	14.100.044
52	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	12.426.519
53	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	13.398.057
54	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	13.390.264
55	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	13.191.017
56	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	12.159.355
57	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	12.010.025
58	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	10.777.793
59	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	10.309.860
60	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	10.461.675
61	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	10.078.800
62	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	10.025.010
63	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	9.341.095
64	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	8.250.022
65	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	8.658.607
66	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	7.920.179
67	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	7.229.579
68	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	7.021.977
69	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	6.924.120
70	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	6.918.610
71	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	6.903.107
72	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	6.860.120
73	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	6.827.020
74	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	6.607.320
75	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	5.977.610
76	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	5.526.177
77	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	5.507.911
78	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	4.905.874
79	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	4.919.355
80	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	4.713.366
81	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	4.618.210
82	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	4.522.423
83	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	4.332.620
84	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	4.328.109
85	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	4.318.713
86	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	4.297.407
87	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	4.175.622
88	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	4.051.374
89	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	4.072.503
90	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.994.442
91	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.932.101
92	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.870.400
93	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.820.101
94	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.867.807
95	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.592.030
96	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.964.930
97	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.498.094
98	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.451.352
99	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.270.496
100	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.133.800
101	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.130.703
102	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.111.415
103	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.078.202
104	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.038.633
105	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.021.299
106	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	3.015.143
107	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.930.402
108	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.900.160
109	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.868.367
110	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.820.461
111	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.782.051
112	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.680.530
113	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.647.836
114	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.593.175
115	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
116	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
117	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
118	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
119	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
120	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
121	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
122	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
123	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
124	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
125	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
126	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
127	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
128	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
129	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
130	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
131	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
132	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
133	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
134	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
135	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
136	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
137	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
138	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
139	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271
140	DE CREDITO DE SÃO PAULO SA.	MG	2.591.271

Nº DE ORDEN	BANCOS	ESTADO	MONTANTE DOS DEPÓSITOS (em CR\$ 1.000,-)
141	DELTA	RJ	2.591.271
142	COM. E IND. DE PARAIPI	PR	2.591.271
143	DO RIO GRANDE DO NORTE	PE	2.591.271
144	ALIANÇA DE SÃO PAULO	SP	2.591.271
145	COMERCIAL DE BAHIA	BA	2.591.271
146	PAN AMERICANO	PA	2.591.271
147	DE PERNAMBUCO	PE	2.591.271
148	BORGES	RJ	2.591.271
149	CAIXA DE PRODUÇÃO	PE	1.890.143
150	COMERCIAL BRASILEIRO	SP	1.892.752
151	GERAL DE FINANÇAS E COMÉCIO	SP	1.892.752
152	NACIONAL DE CREDITO	RJ	1.891.112
153	DO POVO DE MATO GROSSO	MT	1.891.602
154	DA ADMINISTRAÇÃO	PE	1.894.116
155	WILSON GONCALVES	SP	1.787.951
156	NACIONAL DO ESPÍRITO SANTO	ES	1.787.951
157	TIANGI	RJ	1.787.159
158	DO PLANO DE MINAS GERAIS	MG	1.879.277
159	DE CREDITO FEDERAL LTD.-SOC.COOP.	RJ	1.879.277
160	ITAMARATI	SP	1.879.277
161	DE CREDITO EXCELSIOR-SOCL-	RJ	1.879.277
162	INDO DE MINAS GERAIS	MG	1.879.277
163	DE ILUMENS	PA	1.879.277
164	DE INTERCOMERCIO COMECLAL	SP	1.879.277
165	INDUSTRIAL	SP	1.879.277
166	ANTONIO DE QUEIROZ	SP	1.879.277
167	DE CORDEIRO	RJ	1.879.277
168	DA CARITA	RJ	1.879.277
169	BRASO DE SÃO PAULO	SP	1.879.277
170	DE CREDITO PESSOAL DO BRASIL	RJ	1.879.277
171	PROLAR	RJ	1.879.277
172	DE IND. E COMERCIO DO BRASIL	RJ	1.879.277
173	HERCANTAL PAN AMERICANO	SP	1.879.277
174	DO ESTADO DO MATO GROSSO	MT	1.879.277
175	PARETO	RJ	1.879.277
176	BARDOLO BRECHIA	RJ	1.879.277
177	HERCANTAL E INDOL DO BRASIL	PR	1.879.277
178	DO PARANA	PR	1.879.277
179	JULIANO ARODO	SP	1.879.277
180	COM. E IND. DA BAHIA	BA	1.879.277
181	DA ECONOMIA DE SÃO PAULO	SP	1.879.277
182	DO COMERCIO DE MINAS GERAIS	MG	1.879.277
183	COMERCIO DE SÃO PAULO-SOCL-	SP	1.879.277
184	ALIANÇA	RJ	1.879.277
185	MACALPES FRANCO	PE	1.879.277
186	OPERTO POPULAR UNIAO-SOCL-	SP	1.879.277
187	REAL UNIO	RJ	1.879.277
188	VILLAGE	RJ	1.879.277
189	IPITOMAS	RJ	1.879.277
190	F. GUINHO	RJ	1.879.277
191	ARCHETA	RJ	1.879.277
192	MINERVA -SOCL-	RJ	1.879.277
193	COMERCIO E INDUSTRIA DO PARANA	PR	1.879.277
194	SOL NIOPIRO	SP	1.879.277
195	PRATIMAC DO BRASIL	SP	1.879.277
196	FRIZZO	RJ	1.879.277
197	OL CREDITO SOLAR-SOCL-	SP	1.879.277
198	LIVRO PT NOTUL	SP	1.879.277
199	RELIQUIA	SP	1.879.277
200	HERCANTAL E INDOL DE STA. CATARINA	SC	1.879.277
201	FINANCIERO	SC	1.879.277
202	ALIANÇA DE FINANÇAS	RJ	1.879.277
203	CREDITO REAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	1.879.277
204	DE CREDITO DA BAHIA	BA	1.879.277
205	COM. E COMECLAL DO BRASIL	SP	1.879.277
206	DE CIDADE DE SANTOS	SP	1.879.277
207	DO JESUSOLV. FOM. INDOL.COOP.	RJ	1.879.277
208	PRADO VASCONCELOS JR.	MG	1.879.277
209	AGRO PASTORIL DE MINAS GERAIS	MG	1.879.277
210	DA CIDADE DE CAMPINAS	SP	1.879.277
211	UNIVERSAL	RJ	1.879.277
212	SANTA CRUZ	RJ	1.879.277
213	FREJERSON HENRY	RS	1.879.277
214	FRANCOIS TELLES	SP	1.879.277
215	HERCANTAL DO BRASIL	RJ	1.879.277
216	PAULISTICO	SP	1.879.277
217	REAL DE PERNAMBUCO	PE	1.879.277
218	AGRO RECLUTADO DE CARMO GRANDE	MT	1.879.277
219	FINELPA	MG	1.879.277
220	PORTO ALEGRESE	RS	1.879.277
221	AGRICOLA INDUSTRIAL	MG	1.879.277
222	CONTINIO FINANÇ-SOCL.-	RJ	1.879.277
223	GRAS INDUSTRIAIS	RJ	1.879.277
224	AGRO HERCANTAL	SP	1.879.277
225	ECONOMICO NACIONAL	RJ	1.879.277
226	DA REPUBLICA	RJ	1.879.277
227	INDOES ESTAO	RJ	1.879.277
228	POPULAR DO RIO GRANDE-SOCL-	RS	1.879.277
229	INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO	PE	1.879.277
230	COM. DO ESTADO DO GUARAPARA	PA	1.879.277
231	DO JAZUEIRO	RJ	1.879.277
232	DA METROPOLIS DO RIO DE JANEIRO	RJ	1.879.277
233	RECLUTAMENTOS DO JARDIM	RS	1.879.277
234	COMERCIO AGROPECUARIO PARANAOLO MT.	MT	1.879.277
235	ECONOMICO DE MINAS GERAIS	MG	1.879.277
236	AQUILADORA PREDIAL	RS	1.879.277
237	ARAUJO	SP	1.879.277
238	ATLAS SA.	SP	1.879.277
239	DO COMERCIO E INDUSTRIA DE SERPINS	SE	1.879.277
240	ECONOMICO DO RIO DE JANEIRO	RJ	1.879.277
241	AUXILIO DE PRODUTO	SP	1.879.277
242	INTERAMERICANO DO BRASIL	RJ	1.879.277
243	DA PRODUÇÃO RIOPANDENSE	RS	1.879.277
244	SUL BRASIL	SP	1.879.277
245	DOS IND. E EXPORTADORES DO CEARA	CE	1.879.277
246	DO COMERCIO IMPORTADOR	SP	1.879.277
247	DE CREDITO UNIAO DE PARANA-SOCL-	PR	1.879.277
248	AGRICOLA DA ZIL. INDOL.	MG	1.879.277
249	DA CIDADE DE JUIZ DE FORA	MG	1.879.277
250	QUINTO	PA	1.879.277
251	REAL DO NORTE	PA	1.879.277
252	INTERESTADUAL DO BRASIL	SP	1.879.277
253	INDUSTRIAL DE SÃO PAULO	SP	1.879.277
254	CIPIA	RJ	1.879.277
255	NACIONAL DE INDUSTRIA E COMERCIO	RJ	1.879.277
256	PINTO DE FAGALVANS	RJ	1.879.277
257	DO PAYS	RJ	1.879.277
258	FINTEIRO DE DESCONTOS	RS	1.879.277
259	PAUL DE PAULA E SILVA	MG	1.879.277
260	CAROL DO PARANA-SOCL-	PR	1.879.277
261	REAL DE SÃO PAULO	SP	1.879.277
262	LIDER DE MINAS GERAIS	MG	1.879.277
263	COLENO	SP	1.879.277
264	PIRATINGA	RJ	1.879.277
265	DE CREDITO NACIONAL-SOCL-	RJ	1.879.277
266	AUXILIO DE CREDITO	RJ	1.879.277
267	J.C. DA SILVA LECA	SP	1.879.277
268	BOIANO	RJ	1.879.277
269	DE SA NACIO ARGENTINA	RJ	1.879.277
270	EXPANSO E INDUSTRIAL DE SÃO PAULO	SP	1.879.277
271	LIBERDADE	SP	1.879.277
272	DA PRODUÇÃO DO EST. DE SÃO PAULO	SP	1.879.277
273	IND. E COM. DA GUANABARA	RJ	1.879.277
274	FIGUEIREDO	RJ	1.879.277
275	DE EXPANSO HERCANTAL	SP	1.879.277
276	INDOARIO DE COMERCIO E INDUSTRIA	SP	1.879.277
277	VIGENTE FIORILLO	RJ	1.879.277
278	NACIONAL DE CREDITO	RJ	1.879.277
279	SINIBUS	RS	1.879.277
280	HAROLD DE CARVALHO	MG	1.879.277
281	DE MIRAI	SP	1.879.277
282	HERCANTAL DA METROPOLIS	RJ	1.879.277
283	DE CREDITO DA METROPOLIS-S.COOP.	RJ	1.879.277
284	CAROLINA DO COMERCIO	RJ	1.879.277
285	ITALIENAS DE SÃO PAULO	ES	31.771
286	AGRICOLA E INDUSTRIAL SA.	ES	27.747
287	AUTOCASTRO	ES	26.227
288	UNIO	ES	19.655
289	NACIONAL INTERAMERICANO	RJ	16.921
290	BRASILEIRO DE INDUSTRIA E COMERCIO	RJ	11.000
291	INDUSTRIAL BRASILEIRO	RJ	10.162
292	AMERICANO DE COMERCIO	RJ	9.787

ESTADO DO RIO DE JANEIRO		-3-	31.12.1964
NP de orden seral	NP de orden estado	BANCOS	DEPÓSITOS (CRZ 1.000,-)
9	1	DO ESTADO DA GUARAPARA	75.536.090
14	2	FIRST NATIONAL CITY BANK	50.388.004
25	3	BOM VISTA SF.	41.563.501
26	4	LAR BRASILEIRO	38.895.240
34	5	PRIMA DO EST-DO RIO DE JANEIRO	34.557.667
36	6	PORTUGUES DO BRASIL	32.427.316
35	7	IMPANH GONCALVES	31.916.429
40	8	UNION FUND	26.303.770
49	9	AMORIN REFINED	15.728.016
51	10	ULTRACREDIT BRASILEIRO	14.100.044
54	11	CIADAGE DO RIO DE JANEIRO	13.180.266
55	12	DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	13.102.027
68	13	DO COMERCIO	10.977.793
74	14	SOTTO VAIO	10.681.674
64	15	GERACATIL DE ALVORAI	9.250.073
65	16	OPERADOR	8.658.802
66	17	ALIANCA DO RIO DE JANEIRO	6.946.130
78	18	REAL DO CANAIA	4.295.824
80	19	LOQUOIS	4.711.305
83	20	HERCANTIL E INDOL DO R. DE JANEIRO	4.333.852
91	21	DE CREDITO TERRITORIAL	3.937.101
92	22	HOPIERO DE CASTRO	3.890.408
96	23	NACIONAL DO RIO DE JANEIRO	3.568.557
97	24	HERCANTIL DA GUARAPARA	3.544.936
103	25	DE CREDITO HERCANTIL	3.111.415
106	26	DO COMERCIO DO CAPE	2.901.250
110	27	OLIVEIRA RJOY	2.868.305
111	28	AGRICOLA DE CHANTAGALO	2.820.461
114	29	DE CREDITO PESSOAL	2.641.916
117	30	DA GUANABARA	2.091.064
121	31	HAIZA SA.	2.640.631
122	32	CONFIDENTIAL	2.754.261
134	33	DO RIO SA.	2.125.435
137	34	HERCANTIL DO RIO DE JANEIRO	2.168.102
141	35	DELTA SA	2.092.332
146	36	PAZ AMERICANO	2.041.649
148	37	BORGES SA.	2.020.621
151	38	GERAL DE FINANÇAS E COMERCIO	2.060.550
152	39	NACIONAL BRASILEIRO	1.841.172
159	40	DE CREDITO FEDERAL LT. - SCRL-	1.678.070
161	41	DE CREDITO EXCELSIOR - Coop-	1.688.972
166	42	INTERCREDITO COOPERACAO	1.508.932

Nº de ordem geral	Nº de ordem Estado	BANCOS	DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,-)
167	43	CORREIO SA	1.459.379
168	44	DA CAPITAL	1.450.914
171	45	PROLAR SA	1.340.840
175	46	PARCETO SA	1.276.888
176	47	GORDALDO BRESHA	1.266.787
178	48	MERCANTIL E IND. DO BRASIL	1.244.656
184	49	ATLANTICO SA	1.167.966
186	50	DE CREDITO POPULAR UNIAO-SCL-	1.156.285
187	51	REAL UNIO	1.130.359
188	52	VILARIAS SA	1.127.543
192	53	MINERA-SCL-	1.067.649
197	54	DE CREDITO SOLAR -SCL-	1.027.095
201	55	FIMCICAP	864.307
202	56	ALIANÇA PARANÁ	854.465
205	57	COM. F. AGRICOLA DO BRASIL	795.438
208	58	PRADO VASCOCELLOS JR.	747.924
211	59	UNIVERSAL	735.473
212	60	SANTA CRUZ	732.582
215	61	MERCANTIL DO BRASIL	667.503
223	62	OAS INDUSTRIAS	574.271
225	63	ECONOMICO NACIONAL	491.191
227	64	JOSEFIDE DE CASTRO	477.863
228	65	POPELAP DO RIO BRANCO	460.567
230	66	COM. DO ESTADO DA GUARABARA	428.654
232	67	DA HEMOPRO DO RIO DE JANEIRO	418.484
233	68	HEMOPROTEC DO RIO	414.760
237	69	ARAUJO	398.021
240	70	ECONOMICO DO RIO DE JANEIRO	392.220
241	71	PAULISTA DO PRODUTO	370.353
242	72	INTERMEDIARIO DO BRASIL	353.586
244	73	CIVITA	275.746
245	74	NACIONAL DE IND. E COMERCIO	263.742
256	75	PINHO DE MAGALHÃES	252.264
257	76	DO PAIS	250.782
258	77	DE CREDITO NACIONAL-SCL-	220.501
260	78	AQUILIN DE CREDITO	217.894
269	79	DE LA NACION ARGENTINA	203.190
273	80	IND. E COM. DO GUARABARA	185.033
275	81	DE LA NACION MERCANTIL	185.033
276	82	NACIONAL DE CREDITO	176.096
280	83	MANOEL DE CARVALHO	96.381
284	84	COM. DO COMERCIO	70.184
287	85	ANTIDESTRITO	56.205
288	86	IND	19.605
289	87	BRASILEIRO DE IND. E COMERCIO	11.000
291	88	MERCANTIL DE CREDITO	10.369
292	89	AMERICAN DE CREDITO	5.787
293	90	PROTECTOR POETA	1.450
296	91	SEMP	67
			540.633.937
CASAS DINARIAS			
92		HOMER LTD.	316.824
93		PARISIAN LTD.	769.487
94		SOCIAL DE CREDITO LTD.	66.607
			562.918
TOTAL			541.146.955
			17, - % R. Paulo
			5/5. Paulo
			/Agosto/1977-Porto Alegre

ESTADO DO PARANÁ - 6 -			31.12.64
Nº de ordem geral	Nº de ordem Estado	BANCOS	DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,-)
35	1	COMERCIAL DO PARANÁ	31.737.137
38	2	DO ESTADO DO PARANÁ	30.127.253
48	3	REICARTELL E IND. DO PARANÁ	19.474.105
72	4	NACIONAL DO PARANÁ E STA. CATARINA	6.550.630
140	5	DE CREDITO	2.101.379
157	6	IND. E COM.	1.715.161
177	7	DO PARANÁ	1.673.510
193	8	COM. E INDUSTRIA DO PARANÁ	1.055.000
216	9	FRANCISCO TELES	120.000
247	10	DE CREDITO RURAL DO PARANÁ S. COOP	332.672
260	11	RURAL DO PARANÁ-SCL-	240.707
277	12	VIGENTE FIORILLO	121.063
TOTAL			94.316.675
			2,00 % S/ Paulo
			5/5. Paulo
ESTADO DO CEARÁ - 7 -			
10	1	DO NOROESTE DO BRASIL	75.046.020
50	2	CENTENIO DO COM. E INDUSTRIA	3.451.389
102	3	DO CREDITO COMERCIAL	3.130.709
245	4	DOS IMPORTADORES DO CEARÁ	340.367
TOTAL			81.968.485
			2,07 % S/ Paulo
			5/5. Paulo
ESTADO DE PERNAMBUCO - 8 -			
41	1	NACIONAL DO NORTE	28.076.807
45	2	DO POVO	23.827.174
58	3	COM. E IND. DE PERNAMBUCO	10.399.840
109	4	MERCANTIL DE PERNAMBUCO	2.006.166
147	5	DE PERNAMBUCO	2.032.110
185	6	MAGALHÃES FRANK	1.182.277
217	7	REAL DE PERNAMBUCO	629.006
229	8	INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO	427.300
TOTAL			70.202.735
			2,7 % S/ Paulo
			5/5. Paulo
			/Agosto/1977-Porto Alegre

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL			31.12.1964
Nº de ordem geral	Nº de ordem Estado	BANCOS	DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,-)
20	1	DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	47.434.258
23	2	DA PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL	42.501.032
42	3	IND. E COMERCIAL DO SUL	24.150.138
44	4	AGRICOLA MERCANTIL	25.416.667
122	5	COM. E IND. DO EST. DO RS.	2.456.541
129	6	RIOGRANDENSE DE EXPR. ECONOMICA	2.352.804
203	7	DE CREDITO REAL DO RS.	854.297
273	8	FREDERICO HEINTZ	707.640
280	9	PORTO ALEGRENSE	600.355
286	10	AVULSADOS PREDIAL	407.197
243	11	DA PRODUÇÃO RIOGRANDENSE	342.337
279	12	SINIMED	108.567
303	13	NACIONAL DO COMERCIO	
TOTAL			270.682.197
			5,04 % S/ Paulo
			15/00 % S/5. Paulo
EST. DA BAHIA			
16	1	DA BAHIA	53.267.494
18	2	ECONOMICO DA BAHIA	49.070.820
57	3	DO FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA	12.610.025
127	4	CORREIA SILVEIRA	8.358.705
145	5	COMERCIAL DA BAHIA	8.050.258
149	6	BAHIANO DA PRODUÇÃO	1.895.143
154	7	DA ADMINISTRAÇÃO	1.774.166
163	8	DE LINEAS	1.518.250
180	9	COM. E INDUSTRIA DA BAHIA	1.227.189
204	10	DE CREDITO DA BAHIA	807.607
TOTAL			126.882.145
CASAS DE CAMBIO			
Cargas Ltd.			306.788
TOTAL			126.888.933
			2,00 % S/ Paulo
			10,37 % S/5. Paulo
			/Agosto/1976-Porto Alegre

ESTADO DE SANTA CATARINA - 9 -			31.12.1964
Nº de ordem geral	Nº de ordem Estado	BANCOS	DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,-)
40	1	IND. E COMERCIO DE STA. CATARINA	21.910.021
200	2	MERCANTIL E IND. DE STA. CATARINA	930.107
244	3	SUL BRASIL	922.630
TOTAL			23.762.758
			2,00 % S/ Paulo
			5/5. Paulo
ESTADO DO PARANÁ - 10 -			
67	1	COM. DE CAMBIO GRANDE	7.228.327
93	2	DO COM. DE CAMBIO GR. DE	3.430.701
133	3	DO ESTADO DA PARANÁ	2.251.150
142	4	COM. IND. DA PARANÁ	2.094.150
TOTAL			15.004.328
			0,42 % S/ Paulo
			1,26 % S/5. Paulo
			/Agosto/1976

Situação em 31-12-70

Relação da Rede Bancária Nacional
por ordem decrescente de volume
de depósitos em 31-12-70

Ordem	BANCOS	Montante dos depósitos em 31-12-70 (em Cr\$ 1.000,-)
1	DO ESTADO DE SÃO PAULO	2.107.631
2	BRASILEIRO DE DESCONTOS	1.708.763
3	DO NORDESTE DO BRASIL	1.264.894
4	ITAU AMERICA	1.025.684
5	DA LAVOURA DE MINAS GERAIS	1.000.878
6	UNION DE BANCOS BRASILEIROS	748.101
7	NACIONAL DE MINAS GERAIS	694.333
8	DO ESTADO DA GUANABARA	652.786
9	DO COMERCIO E IND. DE SÃO PAULO	557.013
10	MERCANTIL DE SÃO PAULO	550.091
11	DO ESTADO DE MINAS GERAIS	504.222
12	DA BAHIA	429.838
13	DE CREDITO REAL DE MINAS GERAIS	413.185
14	PORTUGUES DO BRASIL	409.454
15	COM. DO ESTADO DE SÃO PAULO	403.521
16	COMERCIO E IND. DE MINAS GERAIS	385.167
17	NORDESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO	380.133
18	DE MINAS GERAIS	368.871
19	FIRST NATIONAL CITY BANK	346.136
20	DO BRASIL	345.264
21	DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	310.416
22	MINERO DO OESTE	307.085
23	NACIONAL DO NORTE	301.004
24	AUXILIAR DE SÃO PAULO	280.508
25	MUNDO GUARANES	278.070
26	DA AMERICA DO SUL	261.582
27	ECONOMICO DA BAHIA	261.582
28	DO ESTADO DO PARANÁ	260.810
29	FRANCO E ITALIANO PARANÁ DO SUL	260.787
30	IND. E COMERCIO DO SUL	256.307
31	ANDRADE ARRAUJO	250.585
32	MERCANTIL DE MINAS GERAIS	244.539
33	FRANCO BRASILEIRO	241.286
34	DE SÃO PAULO	235.274
35	COMERCIAL DO PARANÁ	235.274
36	GRANUL DE SÃO PAULO	235.274
37	BANDEIRAS DO COMERCIO	235.274
38	BOAVISTA	235.274
39	INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE	235.274
40	NACIONAL DO COMERCIO	235.274
41	DE CREDITO NACIONAL	235.274
42	DA PROVINCIA DO RIO GRANDE DO SUL	235.274
43	MERCANTIL E IND. DO PARANÁ	235.274
44	OF LONDON & SOUTH AMERICA LTD.	235.274
45	NOVO MUNDO	235.274
46	REGIONAL DE BRASÍLIA	235.274
47	DO ESTADO DA BAHIA	235.274
48	DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	235.274
49	BANQUEIROS DE SÃO PAULO	235.274
50	NACIONAL DE SÃO PAULO	235.274
51	FIRST NATIONAL BANK OF BOSTON	235.274
52	DO ESTADO DE PERNAMBUCO	235.274
53	DO ESTADO DE SANTA CATARINA	235.274
54	MERCANTIL E IND. DO RIO DE JANEIRO	235.274
55	DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	235.274
56	DA CIDADE DE SÃO PAULO	235.274
57	NACIONAL DO COMERCIO DE SÃO PAULO	235.274
58	COMERCIO E IND. DE PERNAMBUCO	235.274
59	TORRES	235.274
60	COMERCIAL DA PRODUÇÃO	235.274
61	COMERCIAL DE MINAS GERAIS	235.274
62	SOTTO MAIOR	235.274
63	DO ESTADO DE GOIÁS	235.274
64	FINANCIAL DO MATO GROSSO	235.274
65	HOLLANDS UNIO	235.274
66	MINERO	235.274
67	DO ESTADO DO MATO GROSSO	235.274
68	EXPANSÃO INDUSTRIAL DE SÃO PAULO	235.274
69	REAL DO CANADÁ	235.274
70	DE SÃO CARLOS DO SUL	235.274
71	DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	235.274
72	DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	235.274
73	F. JARREIRO	235.274
74	DO ESTADO DA PARANÁ	235.274
75	DO ESTADO DO CEARÁ	235.274
76	MERCANTIL DE DESCONTOS	235.274
77	COM. E IND. DA AMERICA DO SUL	235.274
78	GERAL DO COMERCIO	235.274
79	DE CREDITO TERRITORIAL	235.274
80	SUMITOMO BRASILEIRO	235.274
81	MERCANTIL E IND. DE STA. CATARINA	235.274
82	NACIONAL BRASILEIRO	235.274
83	ITALO BELGA	235.274
84	DE BRASÍLIA	235.274
85	DO ESTADO DE ALAGOAS	235.274
86	DO ESTADO DO PARANÁ	235.274
87	ITALIARATI	235.274
88	AGRICOLA DE MINAS GERAIS	235.274
89	NOVO RIO DE INTERACAO COMERCIAL	235.274
90	DO COMERCIO VAREJISTA	235.274
91	NACIONAL DO ESPÍRITO SANTO	235.274
92	ANTONIO DE QUEIROZ	235.274
93	ECONOMICO DO RIO DE JANEIRO	235.274
94	LIBANES DO COMERCIO	235.274
95	DAS NAÇÕES	235.274
96	DA GRANDE SÃO PAULO	235.274
97	ECONOMICO DE MINAS GERAIS	235.274
98	DA ECONOMIA DE SÃO PAULO	235.274
99	DO ESTADO DO PIATU	235.274
100	DO RIO GRANDE DO NORTE	235.274
101	INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO	235.274
102	REGIONAL	235.274
103	DE CREDITO E IND. DO RIO GRANDE DO SUL	235.274
104	DO TRIANGULO MINERO	235.274
105	DO PROGRESSO DE MINAS GERAIS	235.274
106	DE LOUNDES	235.274
107	THE BANK OF TOKYO LTD	235.274
108	COMERCIO E INDUSTRIA DA PARANÁ	235.274
109	BUNQUE DE CAIXAS	235.274
110	DE CREDITO DA BAHIA	235.274
111	NACIONAL DE CREDITO COOPERATIVO	235.274
112	MERCANTIL DO BRASIL	235.274
113	S. HOLLANDS	235.274
114	BOAVISTA DE SÃO PAULO	235.274
115	RURAL DE MINAS GERAIS	235.274
116	DE PERNAMBUCO	235.274
117	DO ESTADO DE SERGIPE	235.274
118	MERCANTIL DE PERNAMBUCO	235.274
119	ALFONSO TRASPATAMICO	235.274
120	COMERCIAL DE PERNAMBUCO	235.274
121	ECONOMICO DE SÃO PAULO	235.274
122	DA ADMINISTRACAO	235.274
123	MERCANTIL DO CEARÁ	235.274
124	SÃO PAULO TOYO	235.274
125	DE CREDITO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL	235.274
126	VILLAPINO	235.274
127	DE CREDITO COMERCIAL	235.274
128	JULIANO ARROYO	235.274
129	DA PRODUÇÃO E COMERCIO	235.274

Ordem	BANCOS	ESTADO	Montante dos depósitos em 31-12-70 (em Cr\$ 1.000,-)
130	DO ESTADO DO ACRE	AC	8.745
131	BRASILEIRO DE INDUSTRIA E COMERCIO	RJ	7.787
132	DOS IMPORTADORES E EXPRT. DO CEARÁ	CE	7.746
133	DO COMERCIO IMPORTADOR	RJ	7.061
134	COM. E IND. DO RIO DE JANEIRO	SP	6.708
135	DA INDUSTRIA E COM. DO BRASIL	SP	6.514
136	DE ROFAHIA	RJ	5.535
137	FINANCIADORA DE IND. E COMERCIO	RJ	5.522
138	DE LA NACION ARGENTINA	RJ	5.376
139	UNIVERSAL	RJ	5.055
140	FRIZZO	SP	4.665
141	AGRICOLA DA ALTA MONTANA	SP	4.730
142	COOP. REGIONAL DE CRED. RURAL	SP	4.690
143	DA REPUBLICA	SP	4.441
144	PINTO DE JAGALHARES	RJ	4.400
145	DA CIDADE DE SANTOS	RJ	4.384
146	BRASILEIRO ATLANTICO	RJ	3.878
147	DE CREDITO DE SERGIPE	SE	3.476
148	AUXILIADORA PREVIDA	RS	3.763
149	AGRO PEC. DO ESTADO DE GOIAS	GO	2.841
150	REAL DE SÃO PAULO	RJ	2.562
151	BRASIL AMERICA	SP	2.474
152	MELHORAAMENTOS DO JARD	SP	2.440
153	NACIONAL DA BAHIA	BA	2.419
154	MINERO DE DESCONTOS	RJ	2.400
155	AUXILIAR DA PRODUÇÃO	RJ	2.409
156	DAS INDUSTRIAS	RJ	2.094
157	INDUSTRIAL DE SÃO PAULO	SP	1.943
158	COLLINS	SP	1.784
159	PIRATININGA	SP	1.475
160	NOVA AMERICA	SP	1.397
161	COMERCIO E LAVOURA	SP	1.390
162	COM. E IND. NORTE RIOGRANDENSE	RN	1.355
163	J.C. DA SILVA LEÇA	SP	1.295
164	PAGANO	SP	1.041
165	DA PRODUÇÃO	MG	426
166	DE PARANÁ	PR	225
167	COOP. DE CREDITO MORSUL	RJ	11
168	NEVES	RN	7
169	S. GURGEL	RN	7
			25.347.404
CASAS BANCARIAS			
170	F. NATAPAZZO SA.	SP	24.005
TOTAL DOS DEPOSITOS NO PAIS			25.365.409
/Agosto/1976-Porto Alegre			
ESTADO DE SÃO PAULO - 1			
31.12.1970			
Ordem	Ordem	BANCOS	Depósitos (em Cr\$ 1.000,-)
1	1	DO ESTADO DE SÃO PAULO	2.107.631
2	2	BRASILEIRO DE DESCONTOS	1.708.763
3	3	ITAU AMERICA	1.025.684
4	4	DO COM. E INDUSTRIA DE SÃO PAULO	694.333
5	5	MERCANTIL DE SÃO PAULO	557.013
6	6	PORTUGUES DO BRASIL	429.838
7	7	COM. DO ESTADO DE SÃO PAULO	413.185
8	8	NORDESTE DO ES. DE SÃO PAULO	409.454
9	9	MERCANTIL DE SÃO PAULO	403.521
10	10	DE MINAS GERAIS	385.167
11	11	FRANCO E ITALIANO PARANÁ DO SUL	380.133
12	12	FRANCO BRASILEIRO	368.871
13	13	DE SÃO PAULO	346.136
14	14	BRASIL DE SÃO PAULO	345.264
15	15	BANDEIRAS DO COMERCIO	310.416
16	16	OF LONDON & SOUTH AMERICA LTD.	307.085
17	17	NOVO MUNDO	301.004
18	18	BANQUEIROS DE SÃO PAULO	280.508
19	19	NACIONAL DE SÃO PAULO	278.070
20	20	DO COM. DE SÃO PAULO	261.582
21	21	TOYO	260.810
22	22	DE SANTOS	260.787
23	23	DE EXPANSÃO INDUSTRIAL DE S. PAUL	256.307
24	24	DE SÃO CARLOS DO SUL	250.585
25	25	F. JARREIRO	244.539
26	26	ANTONIO DE QUEIROZ	241.286
27	27	LIBANES DO COMERCIO	235.274
28	28	DAS NAÇÕES	235.274
29	29	DA GRANDE SÃO PAULO	235.274
30	30	DA ECONOMIA DE SÃO PAULO	235.274
31	31	REGIONAL	235.274
32	32	BOAVISTA DE SÃO PAULO	235.274
33	33	DO TRIANGULO MINERO	235.274
34	34	DO PROGRESSO DE MINAS GERAIS	235.274
35	35	DE LOUNDES	235.274
36	36	THE BANK OF TOKYO LTD	235.274
37	37	COMERCIO E INDUSTRIA DA PARANÁ	235.274
38	38	BUNQUE DE CAIXAS	235.274
39	39	DE CREDITO DA BAHIA	235.274
40	40	NACIONAL DE CREDITO COOPERATIVO	235.274
41	41	MERCANTIL DO BRASIL	235.274
42	42	S. HOLLANDS	235.274
43	43	BOAVISTA DE SÃO PAULO	235.274
44	44	RURAL DE MINAS GERAIS	235.274
45	45	DE PERNAMBUCO	235.274
46	46	DO ESTADO DE SERGIPE	235.274
47	47	MERCANTIL DE PERNAMBUCO	235.274
48	48	ALFONSO TRASPATAMICO	235.274
49	49	COMERCIAL DE PERNAMBUCO	235.274
50	50	ECONOMICO DE SÃO PAULO	235.274
51	51	DA ADMINISTRACAO	235.274
52	52	MERCANTIL DO CEARÁ	235.274
53	53	SÃO PAULO TOYO	235.274
54	54	DE CREDITO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL	235.274
55	55	VILLAPINO	235.274
56	56	DE CREDITO COMERCIAL	235.274
57	57	JULIANO ARROYO	235.274
58	58	DA PRODUÇÃO E COMERCIO	235.274
			10.047.125
CASAS BANCARIAS			
59	59	F. NATAPAZZO SA.	24.005
TOTAL DO ESTADO			10.071.130
/Agosto/1976-Porto Alegre			

ESTADO DO PARANÁ -2-			31.12.1976	
Ordem	BANCOS	DEPÓSITOS (R\$ 1.000,00)		
5	1	1.000.000	1.000.000	
7	2	200.000	200.000	
11	3	500.000	500.000	
13	4	500.000	500.000	
14	5	500.000	500.000	
16	6	500.000	500.000	
17	7	500.000	500.000	
18	8	500.000	500.000	
19	9	500.000	500.000	
20	10	500.000	500.000	
21	11	500.000	500.000	
22	12	500.000	500.000	
23	13	500.000	500.000	
24	14	500.000	500.000	
25	15	500.000	500.000	
26	16	500.000	500.000	
27	17	500.000	500.000	
28	18	500.000	500.000	
29	19	500.000	500.000	
30	20	500.000	500.000	
31	21	500.000	500.000	
32	22	500.000	500.000	
33	23	500.000	500.000	
34	24	500.000	500.000	
35	25	500.000	500.000	
36	26	500.000	500.000	
37	27	500.000	500.000	
38	28	500.000	500.000	
39	29	500.000	500.000	
40	30	500.000	500.000	
41	31	500.000	500.000	
42	32	500.000	500.000	
43	33	500.000	500.000	
44	34	500.000	500.000	
45	35	500.000	500.000	
46	36	500.000	500.000	
47	37	500.000	500.000	
48	38	500.000	500.000	
49	39	500.000	500.000	
50	40	500.000	500.000	
51	41	500.000	500.000	
52	42	500.000	500.000	
53	43	500.000	500.000	
54	44	500.000	500.000	
55	45	500.000	500.000	
56	46	500.000	500.000	
57	47	500.000	500.000	
58	48	500.000	500.000	
59	49	500.000	500.000	
60	50	500.000	500.000	
61	51	500.000	500.000	
62	52	500.000	500.000	
63	53	500.000	500.000	
64	54	500.000	500.000	
65	55	500.000	500.000	
66	56	500.000	500.000	
67	57	500.000	500.000	
68	58	500.000	500.000	
69	59	500.000	500.000	
70	60	500.000	500.000	
71	61	500.000	500.000	
72	62	500.000	500.000	
73	63	500.000	500.000	
74	64	500.000	500.000	
75	65	500.000	500.000	
76	66	500.000	500.000	
77	67	500.000	500.000	
78	68	500.000	500.000	
79	69	500.000	500.000	
80	70	500.000	500.000	
81	71	500.000	500.000	
82	72	500.000	500.000	
83	73	500.000	500.000	
84	74	500.000	500.000	
85	75	500.000	500.000	
86	76	500.000	500.000	
87	77	500.000	500.000	
88	78	500.000	500.000	
89	79	500.000	500.000	
90	80	500.000	500.000	
91	81	500.000	500.000	
92	82	500.000	500.000	
93	83	500.000	500.000	
94	84	500.000	500.000	
95	85	500.000	500.000	
96	86	500.000	500.000	
97	87	500.000	500.000	
98	88	500.000	500.000	
99	89	500.000	500.000	
100	90	500.000	500.000	
101	91	500.000	500.000	
102	92	500.000	500.000	
103	93	500.000	500.000	
104	94	500.000	500.000	
105	95	500.000	500.000	
106	96	500.000	500.000	
107	97	500.000	500.000	
108	98	500.000	500.000	
109	99	500.000	500.000	
110	100	500.000	500.000	
111	101	500.000	500.000	
112	102	500.000	500.000	
113	103	500.000	500.000	
114	104	500.000	500.000	
115	105	500.000	500.000	
116	106	500.000	500.000	
117	107	500.000	500.000	
118	108	500.000	500.000	
119	109	500.000	500.000	
120	110	500.000	500.000	
121	111	500.000	500.000	
122	112	500.000	500.000	
123	113	500.000	500.000	
124	114	500.000	500.000	
125	115	500.000	500.000	
126	116	500.000	500.000	
127	117	500.000	500.000	
128	118	500.000	500.000	
129	119	500.000	500.000	
130	120	500.000	500.000	
131	121	500.000	500.000	
132	122	500.000	500.000	
133	123	500.000	500.000	
134	124	500.000	500.000	
135	125	500.000	500.000	
136	126	500.000	500.000	
137	127	500.000	500.000	
138	128	500.000	500.000	
139	129	500.000	500.000	
140	130	500.000	500.000	
141	131	500.000	500.000	
142	132	500.000	500.000	
143	133	500.000	500.000	
144	134	500.000	500.000	
145	135	500.000	500.000	
146	136	500.000	500.000	
147	137	500.000	500.000	
148	138	500.000	500.000	
149	139	500.000	500.000	
150	140	500.000	500.000	
151	141	500.000	500.000	
152	142	500.000	500.000	
153	143	500.000	500.000	
154	144	500.000	500.000	
155	145	500.000	500.000	
156	146	500.000	500.000	
157	147	500.000	500.000	
158	148	500.000	500.000	
159	149	500.000	500.000	
160	150	500.000	500.000	
161	151	500.000	500.000	
162	152	500.000	500.000	
163	153	500.000	500.000	
164	154	500.000	500.000	
165	155	500.000	500.000	
166	156	500.000	500.000	
167	157	500.000	500.000	
168	158	500.000	500.000	
169	159	500.000	500.000	
170	160	500.000	500.000	
171	161	500.000	500.000	
172	162	500.000	500.000	
173	163	500.000	500.000	
174	164	500.000	500.000	
175	165	500.000	500.000	
176	166	500.000	500.000	
177	167	500.000	500.000	
178	168	500.000	500.000	
179	169	500.000	500.000	
180	170	500.000	500.000	
181	171	500.000	500.000	
182	172	500.000	500.000	
183	173	500.000	500.000	
184	174	500.000	500.000	
185	175	500.000	500.000	
186	176	500.000	500.000	
187	177	500.000	500.000	
188	178	500.000	500.000	
189	179	500.000	500.000	
190	180	500.000	500.000	
191	181	500.000	500.000	
192	182	500.000	500.000	
193	183	500.000	500.000	
194	184	500.000	500.000	
195	185	500.000	500.000	
196	186	500.000	500.000	
197	187	500.000	500.000	
198	188	500.000	500.000	
199	189	500.000	500.000	
200	190	500.000	500.000	
201	191	500.000	500.000	
202	192	500.000	500.000	
203	193	500.000	500.000	
204	194	500.000	500.000	
205	195	500.000	500.000	
206	196	500.000	500.000	
207	197	500.000	500.000	
208	198	500.000	500.000	
209	199	500.000	500.000	
210	200	500.000	500.000	
211	201	500.000	500.000	
212	202	500.000	500.000	
213	203	500.000	500.000	
214	204	500.000	500.000	
215	205	500.000	500.000	
216	206	500.000	500.000	
217	207	500.000	500.000	
218	208	500.000	500.000	
219	209	500.000	500.000	
220	210	500.000	500.000	
221	211	500.000	500.000	
222	212	500.000	500.000	
223	213	500.000	500.000	
224	214	500.000	500.000	
225	215	500.000	500.000	
226	216	500.000	500.000	
227	217	500.000	500.000	
228	218	500.000	500.000	
229	219	500.000	500.000	
230	220	500.000	500.000	
231	221	500.000	500.000	
232	222	500.000	500.000	
233	223	500.000	500.000	
234	224	500.000	500.000	
235	225	500.000	500.000	
236	226	500.000	500.000	
237	227	500.000	500.000	
238	228	500.000	500.000	
239	229	500.000	500.000	
240	230	500.000	500.000	
241	231	500.000	500.000	
242	232	500.000	500.000	
243	233	500.000	500.000	
244	234	500.000	500.000	
245	235	500.000	500.000	
246	236	500.000	500.000	
247	237	500.000	500.000	
248	238	500.000	500.000	
249	239	500.000	500.000	
250	240	500.000	500.000	
251	241	500.000	500.000	
252	242	500.000	500.000	
253	243	500.000	500.000	
254	244	500.000	500.000	
255	245	500.000	500.000	
256	246	500.000	500.000	

Nº de ordem geral	Nº de ordem Estado	B A N C O S	ESTADO	MOVIMENTOS DOS DEPOSITOS (CR\$ 1.000,-)
49	1	DO ESTADO DO PARÁ	PA	324.273
50	2	CIDADE DE SÃO PAULO	SP	319.536
51	3	INTERCITO	SP	319.009
52	4	DO ESTADO DE ALAGOAS	AL	308.038
53	5	DO ESTADO DE PIAUÍ GROSSO	PI	301.817
54	6	DO ESTADO DE PERNAMBUCO	PE	301.177
55	7	DO ESTADO DO PARANÁ	PR	296.547
56	8	DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RJ	277.107
57	9	MERCANTIL DE DESCONTOS	SP	257.031
58	10	F. CARRETO	SP	218.151
59	11	AGRICOLA DE MINAS GERAIS	MG	211.245
60	12	ITAIARATI	SP	161.008
61	13	SUPITOM BRASILEIRO	SP	166.106
62	14	ALCOIM TRANSATLANTICO	SP	164.100
63	15	INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO	PE	165.024
64	16	ANTONIO DE QUEIROZ	PE	155.735
65	17	DO ESTADO DO PIAUÍ	PI	149.626
66	18	PIAUÍ DE PERNAMBUCO	PE	147.289
67	19	NACIONAL BRASILEIRO	RJ	132.573
68	20	DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	123.301
69	21	DO PROGRESSO DE MINAS GERAIS	MG	122.708
70	22	DO ESTADO DE GOIÁS	GO	117.379
71	23	INTERACIOAL	SP	110.632
72	24	ITAL DELTA	SP	110.409
73	25	DAS NAÇÕES	SP	103.671
74	26	BOZANO SIMOENSE	SP	98.795
75	27	MERCANTIL DE PERNAMBUCO	PE	85.670
76	28	REGIONAL	SP	84.765
77	29	MERCANTIL DO CEARÁ	CE	82.324
78	30	REAL DE MINAS GERAIS	MG	74.020
79	31	DO COMERCIO	SP	72.340
80	32	INDUSTRIAL DO CEARÁ	CE	71.221
81	33	LAVRA	SP	70.242
82	34	DE CREDITO REAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS	69.407
83	35	COMERCIAL APLIC	SP	58.795
84	36	DA PRODUÇÃO E COMERCIO	SE	55.003
85	37	COLE E IND. DO RIO DE JANEIRO	RJ	52.870
86	38	DO ESTADO DE ALAGOAS	AL	51.121
87	39	AGROPECUARIO DO EST. DE GOIÁS	GO	45.337
88	40	DE PERNAMBUCO	PE	44.540
89	41	BANCA COMERCIAL ITALIANA	SP	43.050
90	42	POPULAR DE PERNAMBUCO	PE	42.603
91	43	JULIO ARAUJO	SP	41.534
92	44	F. HARTARZO	SP	38.004
93	45	DE PERNAMBUCO	PE	31.926
94	46	INDUSCREO	SP	26.384
95	47	DE LA NACION ARGENTINA	RJ	25.467
96	48	CREDITO SERGIENSE	SE	19.658
97	49	REAL DE SÃO PAULO	RJ	8.930
98	50	AGENCIA FINANCIAL DE PORTUGAL	RJ	8.436
99	51	NACIONAL DA BAHIA	BA	7.106
100	52	COMERCIO E LAVOURA	SP	6.646
101	53	DA PRODUÇÃO	PE	2.755
TOTAL GERAL NO PAIS				133.568.165
/Agosto/1976-Porto Alegre				

Nº de ordem geral	Nº de ordem Estado	B A N C O S	ESTADO	DEPOSITOS (CR\$ 1.000,-)
1	1	BRASILEIRO DE DESCONTOS	15.421.027	
2	2	DO ESTADO DE SÃO PAULO	11.100.752	
3	3	INTERCITO	9.817.509	
4	4	INDUSTRIA E COMERCIO DE S. PAULO	4.269.479	
5	5	MERCANTIL DE SÃO PAULO	3.869.032	
6	6	HORRISTE DO EST. DE SÃO PAULO	2.387.754	
7	7	DA AGRICOLA DO SUL	2.226.270	
8	8	FRANCO E BRASILEIRO	1.867.545	
9	9	DE CREDITO NACIONAL	1.777.339	
10	10	BOZANO SIMOENSE	1.724.976	
11	11	FRANCO E ITALIANO P/AMER.SUL	1.635.368	
12	12	AUXILIAR DE SÃO PAULO	1.366.055	
13	13	DO LONDON & SOUTH AMERICA LTD.	974.793	
14	14	BAPTA	897.424	
15	15	GERAL DO COMERCIO	703.627	
16	16	INDUSTRIAL BRASILEIRO	558.152	
17	17	DE TOKYO	451.369	
18	18	HOLLANDS UNIO	451.257	
19	19	DA CIDADE DE SÃO PAULO	319.536	
20	20	EXPRESSO	277.107	
21	21	MERCANTIL DE DESCONTOS	257.031	
22	22	F. CARRETO	218.151	
23	23	ITAIARATI	161.008	
24	24	SUPITOM BRASILEIRO	166.106	
25	25	ALCOIM TRANSATLANTICO	164.100	
26	26	ANTONIO DE QUEIROZ	155.735	
27	27	INTERACIOAL	117.379	
28	28	ITAL DELTA	110.632	
29	29	DAS NAÇÕES	103.671	
30	30	BOZANO SIMOENSE	103.671	
31	31	REGIONAL	84.765	
32	32	DO COMERCIO	72.340	
33	33	LAVRA	70.242	
34	34	COMERCIAL APLIC	58.795	
35	35	BANCA COMERCIAL ITALIANA	42.603	
36	36	JULIO ARAUJO	41.534	
37	37	F. HARTARZO	38.004	
38	38	INDUSCREO	26.384	
39	39	REAL DE SÃO PAULO	8.930	
40	40	COMERCIO E LAVOURA	6.646	
TOTAL NO ESTADO				64.057.358
/Agosto/1976-Porto Alegre				

Nº de ordem geral	Nº de ordem Estado	B A N C O S	ESTADO	DEPOSITOS (CR\$ 1.000,-)
6	1	UNIBANCO-UNIO DE BONS BRASIL	5.552.795	
7	2	DO ESTADO DA GUARAPARA	5.306.916	
8	3	FIRST NATIONAL CITY BANK	2.046.740	
9	4	LAP BRASILEIRO	1.736.684	
10	5	BOAZISTA	1.055.424	
11	6	DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	859.265	
12	7	FIRST NATIONAL BANK OF BOSTON	694.228	
13	8	PINTO DE MACALNÉS	145.528	
14	9	NACIONAL BRASILEIRO	147.289	
15	10	COLE E IND. DO RIO DE JANEIRO	52.870	
16	11	DE LA NACION ARGENTINA	25.467	
17	12	AGENCIA FINANCIAL DE PORTUGAL	8.436	
TOTAL DE DEPOSITOS				17.643.742
/Agosto/1976-Porto Alegre				

Nº de ordem geral	Nº de ordem Estado	ESTADO DE MINAS GERAIS -3-	DEPOSITOS (CR\$ 1.000,-)
4	1	NACIONAL	6.902.520
13	2	DO EST. DE MINAS GERAIS	2.665.732
17	3	MERCANTIL DO BRASIL	2.317.800
18	4	DE CRED. REAL DE MINAS GERAIS	2.312.560
51	5	MINERO	319.080
59	6	AGRICOLA DE MINAS GERAIS	271.145
69	7	DO PROGRESSO DE MINAS GERAIS	123.901
78	8	RURAL DE MINAS GERAIS	74.020
101	9	DA PRODUÇÃO	2.755
TOTAL DE DEPOSITOS			14.230.002
/Agosto/1976-Porto Alegre			
ESTADO DO PARANÁ -4-			
8	1	BANHEIRINHO DO BRASIL	5.192.483
15	2	DO ESTADO DO PARANÁ	2.456.899
TOTAL DE DEPOSITOS			7.649.382
/Agosto/1976-Porto Alegre			
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL			
12	1	SUL BRASILEIRO	2.867.480
14	2	DO EST. DO RIO GRANDE DO SUL	2.540.063
82	3	DE CREDITO REAL DO RS.	59.407
TOTAL DE DEPOSITOS			5.466.950
/Agosto/1976-Porto Alegre			
ESTADO DA BAHIA			
11	1	PIAUÍ	3.443.726
30	2	DO ESTADO DA BAHIA	1.154.053
99	3	REAL DA BAHIA	7.106
TOTAL DE DEPOSITOS			4.605.885
/Agosto/1976-Porto Alegre			
ESTADO DE PERNAMBUCO			
26	1	NACIONAL DO NORTE	1.614.554
42	2	DO ESTADO DE PERNAMBUCO	542.465
63	3	INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO	165.024
75	4	MERCANTIL DE PERNAMBUCO	85.670
TOTAL DE DEPOSITOS			2.407.713
/Agosto/1976-Porto Alegre			
ESTADO DO CEARÁ			
28	1	HORRISTE DO CEARÁ	1.532.549
47	2	DO ESTADO DO CEARÁ	383.665
77	3	MERCANTIL DO CEARÁ	82.324
80	4	INDUSTRIAL DO CEARÁ	71.221
93	5	DE PERNAMBUCO	31.825
TOTAL DE DEPOSITOS			2.147.189
/Agosto/1976-Porto Alegre			
ESTADO DO PARÁ			
27	1	DA AMAZONIA	1.555.650
49	2	DO ESTADO DO PARÁ	324.273
TOTAL DE DEPOSITOS			1.879.923
/Agosto/1976-Porto Alegre			
ESTADO DE SANTA CATARINA			
32	1	DO ESTADO DE SANTA CATARINA	1.034.879
TOTAL DE DEPOSITOS			1.034.879
/Agosto/1976-Porto Alegre			

Situação em 31-12-76

**Relação da Rede Bancária Nacional
por ordem decrescente de volume
de depósitos em 31-12-76**

NP DE ORDEM	B A N C O S	ESTADO	MONTANTE DOS DEPÓSITOS EM CR\$ 1.000,00
1	BRASILIERO DE DESCONTOS	SP	22.132.719
2	DO ESTADO DE SÃO PAULO	SP	13.710.161
3	ITAU	SP	3.469.926
4	REAL	SP	3.469.926
5	UNIBANCO (UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS)	SP	9.143.682
6	PARANÁ	PJ	8.450.717
7	PARANÁ	PJ	8.450.717
8	PARANÁ	PJ	7.105.584
9	PARANÁ	PJ	6.436.981
10	PARANÁ	PJ	4.231.370
11	PARANÁ	PJ	4.231.370
12	SUL BRASILEIRO	RS	3.729.688
13	DO ESTADO DO PARANÁ	RS	3.729.688
14	DO ESTADO DO PARANÁ	RS	3.729.688
15	DO ESTADO DO PARANÁ	RS	3.729.688
16	MERCANTIL DO BRASIL	MG	3.360.665
17	DO EST. DE MINAS GERAIS	MG	3.245.090
18	DE CREDITO NACIONAL	MG	3.245.090
19	DE CREDITO NACIONAL	MG	3.056.824
20	DE CREDITO NACIONAL	MG	3.056.824
21	DE CREDITO NACIONAL	MG	3.056.824
22	DE CREDITO NACIONAL	MG	3.056.824
23	DE CREDITO NACIONAL	MG	3.056.824
24	DE CREDITO NACIONAL	MG	3.056.824
25	DE CREDITO NACIONAL	MG	3.056.824
26	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
27	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
28	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
29	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
30	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
31	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
32	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
33	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
34	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
35	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
36	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
37	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
38	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
39	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
40	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
41	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
42	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
43	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
44	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
45	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
46	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
47	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
48	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
49	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
50	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
51	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
52	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
53	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
54	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
55	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
56	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
57	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
58	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
59	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
60	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
61	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
62	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
63	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
64	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
65	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
66	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
67	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
68	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
69	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
70	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
71	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
72	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
73	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
74	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
75	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
76	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
77	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
78	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
79	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
80	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
81	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
82	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
83	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
84	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
85	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
86	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
87	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
88	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
89	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
90	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
91	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
92	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
93	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
94	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
95	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
96	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
97	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
98	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
99	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
100	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
101	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
102	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
103	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
104	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
105	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
106	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
107	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
108	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
109	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
110	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
111	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
112	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
113	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
114	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
115	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
116	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
117	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
118	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
119	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
120	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
121	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
122	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
123	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
124	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
125	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
126	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
127	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
128	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
129	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
130	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
131	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
132	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
133	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
134	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
135	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
136	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
137	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
138	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
139	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
140	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
141	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
142	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
143	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
144	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
145	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
146	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
147	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
148	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
149	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
150	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
151	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
152	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
153	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
154	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
155	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
156	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
157	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
158	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
159	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
160	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
161	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
162	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
163	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
164	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
165	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
166	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
167	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
168	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
169	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
170	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
171	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
172	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
173	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
174	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
175	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
176	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
177	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
178	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
179	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
180	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
181	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
182	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
183	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
184	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
185	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
186	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
187	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
188	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
189	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
190	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
191	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
192	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
193	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
194	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
195	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
196	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
197	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
198	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
199	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
200	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
201	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
202	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
203	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
204	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
205	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
206	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
207	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
208	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
209	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
210	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
211	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
212	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
213	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
214	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
215	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
216	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
217	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
218	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
219	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
220	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
221	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
222	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
223	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
224	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
225	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
226	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
227	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
228	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
229	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
230	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
231	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
232	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
233	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
234	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
235	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
236	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
237	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
238	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
239	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
240	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
241	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
242	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
243	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
244	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
245	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
246	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
247	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
248	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
249	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
250	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
251	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
252	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
253	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
254	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
255	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
256	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
257	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
258	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
259	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
260	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
261	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
262	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
263	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
264	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
265	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
266	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
267	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
268	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
269	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
270	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
271	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
272	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
273	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
274	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
275	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
276	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
277	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
278	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
279	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
280	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
281	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
282	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
283	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
284	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
285	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
286	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
287	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
288	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
289	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
290	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
291	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
292	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
293	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
294	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
295	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408
296	NACIONAL DO NORTE	PA	2.053.408

NOTA: (*) Banco organizado em 23.08.76).

February 1977

ESTADO DE ...		SÃO PAULO		21.12.1976	
NO DE CÓDIGO GERAL	NO DE CÓDIGO ESTADO	BANCOS	DEPÓSITOS (CONT. 1.000,00)		
1	1	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	12.126,13		
2	2	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	13.740,13		
3	3	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	13.468,995		
4	4	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	9.132,482		
5	5	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	3.132,482		
10	6	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	4.921,500		
14	7	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	3.362,012		
23	8	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
24	9	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
27	10	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.548,338		
34	11	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
37	12	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
43	13	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
46	14	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
48	15	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
49	16	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
50	17	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
51	18	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
52	19	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
53	20	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
54	21	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
55	22	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
56	23	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
57	24	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
58	25	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
59	26	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
60	27	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
61	28	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
62	29	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
63	30	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
64	31	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
65	32	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
66	33	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
67	34	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
68	35	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
69	36	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
70	37	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
71	38	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
72	39	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
73	40	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
74	41	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
75	42	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
76	43	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
77	44	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
78	45	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
79	46	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
80	47	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
81	48	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
82	49	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
83	50	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
84	51	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
85	52	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
86	53	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
87	54	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
88	55	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
89	56	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
90	57	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
91	58	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
92	59	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
93	60	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
94	61	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		
95	62	CAIXA DE ECONOMIA E POUPEIRAS	2.774,826		

ESTADO DE ...	RIO DE JANEIRO	31.12.1976
5	INTERMOS	8.460.213
7	DO EST. DO RIO DE JANEIRO	8.255.113
20	LAR DIARISEIRO	2.937.899
30	DO EST. DO RIO DE JANEIRO	2.937.899
31	MANAUS	1.450.746
5	THE FIRST NAT. BANK OF TOKYO	940.211
27	DO EST. DO RIO DE JANEIRO	231.782
30	COM. C. H. L. DO RIO DE JANEIRO	231.782
92	DA LA. FAC.ION. ARGENTINA	45.512
9	AGENCIA FIANC. DE PORTUGAL	20.586
10	COMERCIAL RESISTENCIA	0
102	TOTAL DO ESTADO	24.802.465
		13.00 A 9/PAUL 22.00 A 9/PAUL
	ESTADO DE MINAS GERAIS	
4	NACIONAL	9.253.223
15	DO EST. DE MINAS GERAIS	3.340.665
116	RECAPITE DO BRASIL	3.065.074
52	COM. C. H. L. DO RIO DE JANEIRO	3.065.074
52	MINISTRO	419.556
64	POB. DO RIO DE MINAS GERAIS	356.429
66	COMERCIAL APLIC.	156.992
81	RURAL DE MINAS GERAIS	90.750
100	ON PRODUÇÃO	1.198
	TOTAL DO ESTADO	20.247.515
		13.00 A 9/PAUL 22.00 A 9/PAUL
	ESTADO DO PARANÁ	
8	PARANÁ	7.105.584
13	PARANÁ	3.520.875
	TOTAL DO ESTADO	10.626.459
		5.42 A 11.00 A 2/2 PAUL
	Fevereiro/1977	

ESTADO DE ...	RIO GRANDE DO SUL	31.12.1976	
Nº DE ORDEM GERAL	Nº DE ORDEM ESTADO	BANCOS	DEPÓSITOS (CR\$ 1.000,00)
17 83	1 2 3	CUL BRASILEIRO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DE CREDITO, S.A.	3.724.688 3.230.632 75.566
TOTAL DO ESTADO		7.035.911	3,85 % s/País 7,30 % s/S. Paulo
ESTADO DA BAHIA			
11 30 76	1 2 3	CONDOMÍNIO DO ESTADO DA BAHIA NACIONAL DA BAHIA	4.215.371 1.587.636 11.949
TOTAL DO ESTADO		5.835.016	3,19 % s/País 6,00 % s/S. Paulo
ESTADO DE PERNAMBUCO			
26 35 67 84	1 2 3 4	NACIONAL DO NORTE DO ESTADO DE PERNAMBUCO INDUSTRIAL DO PERNAMBUCO MERCANTIL DE PERNAMBUCO	2.051.408 1.104.046 216.845 72.711
TOTAL DO ESTADO		3.486.876	1,90 % s/País 3,60 % s/S. Paulo
ESTADO DO CEARÁ			
29 44 72 79 88 94 101	1 2 3 4 5 6 7	MONESTRE DO BRASIL DO ESTADO DO CEARÁ MERCANTIL DO CEARÁ INDUSTRIAL DO CEARÁ POPULAR DE FORTALEZA DE PARNASSA DO CEARÁ	1.789.348 885.395 340.115 105.857 67.508 39.934 7
TOTAL DO ESTADO		2.808.316	1,53 % s/País 2,90 % s/S. Paulo
continua			

ESTADO DE ...	PARÁ		
28 46	1 2	DA AMAZONIA DO ESTADO DO PARÁ	2.050.521 494.689
TOTAL DO ESTADO		2.553.220	1,39 % s/País 2,63 % s/S. Paulo
DISTRITO FEDERAL			
31 42	1 2	NACIONAL DE BRASÍLIA NACIONAL DE CREDITO COOP.	1.263.894 688.955
TOTAL DO ESTADO		1.949.949	1,06 % s/País 2,00 % s/S. Paulo
ESTADO DE SANTA CATARINA			
32	1	DO EST. DE SANTA CATARINA	1.440.880
TOTAL DO ESTADO		1.440.880	0,78 % s/País 1,30 % s/S. Paulo
ESTADO DE GOIÁS			
39 84	1 2	DO ESTADO DE GOIÁS ASSO. RURAL DE GOIÁS	893.541 72.397
TOTAL DO ESTADO		965.938	0,50 % s/País 1,00 % s/S. Paulo
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO			
38	1	DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	930.857
TOTAL DO ESTADO		930.857	0,50 % s/País 0,96 % s/S. Paulo

ESTADO DE ...	MATO GROSSO	31.12.1976	
45 58	1 2	FINANCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	495.704 252.343
TOTAL DO ESTADO		758.047	0,40 % s/País 0,78 % s/S. Paulo
ESTADO DO AMAPÁ			
41	1	DO ESTADO DO AMAPÁ	686.884
TOTAL DO ESTADO		686.884	0,36 % s/País 0,71 % s/S. Paulo
ESTADO DA PARAIBA			
53	1	DO ESTADO DA PARAIBA	374.536
TOTAL DO ESTADO		374.536	0,20 % s/País 0,39 % s/S. Paulo
ESTADO DE ALAGOAS			
56	1	DO ESTADO DE ALAGOAS	315.267
TOTAL DO ESTADO		315.267	0,17 % s/País 0,33 % s/S. Paulo
ESTADO DE SERGIPE			
71 95	1 2	DO ESTADO DE SERGIPE DE CREDITO SERGIPIENSE	145.101 23.784
TOTAL DO ESTADO		264.880	0,14 % s/País 0,21 % s/S. Paulo

ESTADO DE ...	RIO GRANDE DO NORTE		
59	1	DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	232.640
TOTAL DO ESTADO		232.640	0,12 % s/País 0,24 % s/S. Paulo
ESTADO DO MARANHÃO			
68	1	DO ESTADO DO MARANHÃO	154.655
TOTAL DO ESTADO		154.655	0,08 % s/País 0,15 % s/S. Paulo
ESTADO DO PIAUÍ			
74	1	DO ESTADO DO PIAUÍ	135.036
TOTAL DO ESTADO		135.036	0,07 % s/País 0,14 % s/S. Paulo
DO ESTADO DO ACRE			
81	1	DO ESTADO DO ACRE	82.536
TOTAL DO ESTADO		82.536	0,04 % s/País 0,08 % s/S. Paulo
DE RORAIMA			
90	1	DE RORAIMA	61.252
TOTAL DO ESTADO		61.252	0,03 % s/País 0,06 % s/S. Paulo
MARÇO/1977			

Evolução dos depósitos de 75 a 76

REDE BANCÁRIA NACIONAL Evolução dos depósitos de 12/75 a 12/76

CONSIDERAÇÕES:

19 - O aumento dos depósitos de todos os grandes bancos do país foi inferior a 50 %, inclusive o Banco do Brasil. Os maiores índices de aumento foram obtidos pelos pequenos e médios Estabelecimentos.

29 - Dos Bancos Estaduais o que maior índice apresentou foi o Banco do Estado de Pernambuco, com 103,69 %, e o de menor índice, o Banco do Estado de Alagoas com 2,35 %.

39 - 4 dos 9 Bancos que tiveram seus depósitos reduzidos em 31.12.76 pertencem aos estados de MARANHÃO - PERNAMBUCO - PIAUÍ - MATO GROSSO.

CONSIDERAÇÕES:

19 - O aumento dos depósitos de todos os grandes bancos do país foi inferior a 50 %, inclusive o Banco do Brasil. Os maiores índices de aumento foram obtidos pelos pequenos e médios Estabelecimentos.

29 - Dos Bancos Estaduais o que maior índice apresentou foi o Banco do Estado de Pernambuco, com 103,69 %, e o de menor índice, o Banco do Estado de Alagoas com 2,35 %.

39 - 4 dos 9 Bancos que tiveram seus depósitos reduzidos em 31.12.76 pertencem aos estados de MARANHÃO - PERNAMBUCO - PIAUÍ - MATO GROSSO.

ANEXO 2

Fusões e incorporações de 1960 a 1974

BANCOS	ES-PA-UGOS	DEPÓSITOS EM 31.12.1975	DEPÓSITOS EM 31.12.1976	VARIAÇÃO
continuação				
NACIONAL DO NORTE	PE	1.614.554	2.093.408	29,67%
FINANCIAL	MT	387.150	495.704	28,03%
FRANCÊS E ITAL. P/AME. DO SUL	SP	1.635.369	2.081.498	27,29%
DE CRED. REAL DO R.G.S.	RS	59.407	75.566	27,20%
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	RS	2.540.061	3.230.659	27,16%
DO ESTADO DE MINAS GERAIS	MG	2.665.732	3.360.665	26,00%
DE PERNAMBUCO	PE	31.826	39.934	25,47%
DO ESTADO DA PARAIBA	PB	301.036	374.536	24,41%
DO ESTADO DE SÃO PAULO	SP	11.100.752	13.740.163	23,78%
ECONOMICO	BA	3.443.728	4.235.371	23,00%
RURAL DE MINAS GERAIS	MG	74.020	90.750	22,55%
MITSUBISHI BRASILEIRO	SP	558.158	669.998	20,00%
DE CREDITO SUCUPIRESE	SE	19.858	23.764	19,67%
DO ESTADO DE SERGIPE	SE	122.708	145.301	18,24%
SUMITOMO BRASILEIRO	SP	186.106	218.159	17,22%
COM. E IND. DE SÃO PAULO	SP	4.209.479	4.921.500	16,91%
COM. E IND. DO RIO DE JANEIRO	RJ	52.870	61.782	16,85%
NORDESTE DO BRASIL	CE	1.535.549	1.789.348	16,54%
REAL DE SÃO PAULO	SP	8.930	10.384	16,28%
INVERNACIONAL	SP	117.379	134.466	14,56%
NORDESTE DO ESTADO DE S. PAULO	SP	2.352.256	2.734.826	16,24%
GERAL DO COMERCIO	DF	703.622	763.006	8,53%
NACIONAL DE CREDITO COOPERATIVO	DF	633.557	685.995	8,37%
PINTO DE MAGALHÃES	RJ	149.626	150.162	0,36%
DO ESTADO DE ALAGOAS	AL	108.038	115.267	6,75%
DO CEARÁ	CE	7	7	0%
EUROPEU P/AMERICA LATINA	SP	-	146.425	-
REGIONAL DE CREDITO RURAL	SP	-	67.853	-
COMERCIAL RESIDENCIA	RJ	-	-0-	-

A seguir, relação dos Bancos que em 31.12.76 apresentaram depósitos inferiores aos de 31.12.75

DO ESTADO DO MARANHÃO	MA	296.544	154.655 R	47,84%
MERCANTIL DE PERNAMBUCO	PE	85.620	72.711 R	15,12%
DO ESTADO DO PIAUÍ	PI	155.739	135.936 R	13,29%
DO ESTADO DE MATO GROSSO	MT	301.817	262.343 R	13,00%
ITAMARATI	SP	191.848	167.403 R	12,74%
F. MATARAZZO	SP	35.006	34.050 R	5,43%
OF LONDON & SOUTH AMERICA LT.	SP	974.297	950.070 R	2,48%
DE TOKYO	SP	451.362	450.645 R	0,16%
HOLANDES UNICO	SP	451.257	451.044 R	0,05%

BANCO DO BRASIL 71.956.795 79.005.140 8,79%

NOTAS: *1) Este índice não deve ser levado em consideração já que houve fusão com o Bco. do Estado da Guanabara.
*2) Este Banco não publicou seus Balanços nem em 75 nem em 76.
*3) Banco organizado em 23.08.76, pelo Grupo Veplan-Residência, com utilização da carta Patente do Bco. de Economia de São Paulo (em liquidação).

Março/1977

Continua

FONTES

- BANCO DO BRASIL
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA
- BANCO CENTRAL DO BRASIL
- REVISTA BANCARIA BRASILEIRA
- GAZETA MERCANTIL

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO BRASIL DE 1.960 A 1.976 (Por Estados)

ANOS	12/60	12/64	12/70	12/76
TOTAL NO PAÍS	314	319	170	101
ESTADOS				
SÃO PAULO	97	106	63	40
MINAS GERAIS	24	31	18	9
RIO DE JANEIRO	117	94	34	17
RIO GRANDE DO SUL	10	13	8	3
BAHIA	9	11	5	3
PARANÁ	9	12	3	2
PARÁ	1	4	2	2
PERNAMBUCO	10	8	6	4
CEARÁ	6	4	5	5
SIA. CATARINENSE	3	3	2	1
PARAIBA	4	4	3	2
	290	290	150	83
OUTROS ESTADOS	24	29	20	22

FUSÕES E INCORPORAÇÕES DE 1.969 A 1.974

SAO PAULO	
BANCOS EXISTENTES EM 1.974	BANCOS INCORPORADOS
	DA BAHIA BHERING GRANDECO DE INVESTIMENTOS BRASILEIRO DE GOIAS BRASILEIRO DO OESTE DE M. GERAIS BRASILEIRO DE SÃO PAULO BRAZCO DE SÃO PAULO DA CAPITAL CICERO PRAHO COM. DO ESTADO DE GOIAS CORDEA RIBEIRO DE CREDITO COMERCIAL CUIVEIRO DO SUL DE SÃO PAULO FREIRE SILVESTRE GIORDANO DOS IMPORT. E EXPORT. DO CEARA DOS IMPORTADORES DE FORTALEZA IND. E COM. DE SANTA CATARINA ITALO SUIÇO BRASILEIRO VIEIRAS LIMA MERCANTIL DE PERHAMBURGO NINEIRO DO OESTE NOSCOSSO CASTRO NACIONAL INTERAMERICANO NACIONAL DE INVESTIMENTOS NOVA AMERICA POPTO ALEGRENSE DO POVO RAUL DE PAULA E SILVA REAL DO NORTE RICARDENSE DE EXP. ECONOMICA SEGURANCA DO INTERMIO ITALO BRASILEIRO VILLARINO CASA BANCARIA BHERING LTDA. CASA BANCARIA FREIRE SILVESTRE CASA BANCARIA JOIA AMERICA CASA BANC. RAUL DE PAULA E SILVA LT GIORDANO E CIA. LTDA.
ALCO BRASILEIRO DE DESCONTOS (39)	
	AGRO. PEC. DE CAMPO GRANDE ALIANÇA ALIANÇA DO RIO DE JANEIRO DA AMERICA ATLAS AUXILIAR DO COMERCIO COM. AGRO. PECUARIO COM. AGRO. DO BRASIL DO COMERCIO DO COM. DE CAMPINA GRANDE DO COM. E IND. DO PARANA ECONOMICO NACIONAL FEDERAL DE CREDITO FEDERAL ITALO FEDERAL ITALO SUL AMERICANO ITIP ITAV AMERICA INTERFEDERAL PARANENSE MERCANTIL DO RIO DE JANEIRO RESULA DO RIO PORTUGAL DO BRASIL SUL AMERICANO DO BRASIL CASA BANCARIA INTERAMERICANA CASA BANCARIA SEABRASAUTOS
	DO COMERCIO DE MINAS GERAIS CONFIDENTIAL OLIMPIO DO COM. DE DESCONTOS TERRA DA LAVOURA DE MINAS GERAIS MERCANTIL DA GUANABARA MERCANTIL DA VITICULTURA MERCANTIL US. INTERIO DE MINAS GERAIS NACIONAL DO COM. DE M. GERAIS DO PLANTAO DE MINAS GERAIS (1) PATRIARCA DO BRASIL DO PLANTAO DE MINAS GERAIS (2) REAL UNIDO
REAL (16)	
	AUXILIAR DE CREDITO DE COMERCIO DE CREDITO PESSOAL INTERCONTINENTAL DO BRASIL V. GIERO DA LAVOURA E COM. DO EST. DE S. PAULO INTEGRAÇÕES DE JARU NACIONAL DA LAVOURA E COMERCIO NACIONAL DO PARANA E STA. CATARINA PASADU DO PARANÁ DE SÃO PAULO CASA BANCARIA FANUEL P. NUNO E C. CASA BANCARIA INDIOS HILTONI E CIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO (14)	
	AUXILIAR DO POVO BARRIO DA PRODUÇÃO DA CIDADE DE AMERICA DA CIDADE DE SANTOS COMERCIAL DO PARANÁ COMERCIAL DA PRODUÇÃO DE CRED. HIP. E AGRI. DO EST. DA BA FIGUEIREDO FI. ANCIADOS DA IND. E COMERCIO MERCANTIL DO NORTE CASA BANCARIA FIGUEIREDO
AMERICA DO SUL (11)	
	DA CIDADE DE CAMPINAS COMERCIAL DA BAHIA COMERCIAL DO NORDESTE DO COMERCIO DO CAPE DO COM. E IND. DE SERGIPE INDEPENDENCIA MERCANTIL DO NORDESTE F. CAPITAL SECURITENSE DE VOLEGA CIA. BANCARIA DE BAHIANOS
AUXILIAR DE SÃO PAULO (10)	
	COMERCIAL SA. (nova denominação INDUSCRED*)

BANCOS EXISTENTES EM 1.974	BANCOS INCORPORADOS
SAFRA (10)	A. E. CARVALHO AUXILIAR DA PRODUÇÃO EXPANSO MERCANTIL DAS INDUSTRIAS J. C. DA SILVA LEÇA NACIONAL TRANSATLANTICO RENASCEÇA DE SANTOS CASA BANCARIA BRANCO E CIA. CASA BANC. J. C. DA SILVA LEÇA E CIA.
UNIO COMERCIAL (8)	DE HORIZONTE SAG-UNIVERS CRASIL DE SÃO PAULO COMERCIAL BRASIL COM. DO EST. DE SÃO PAULO GUANABARA INDIOS GUIMARÃES OPERADU GRUPO FINANCEIRO UNIVEST
CIDADE DE SÃO PAULO (8)	REAL DE CREDITO SOCIAL DE CREDITO STEIN CASA BANCARIA ALBERTO BEHAP CASA BANCARIA GERARDO STEIN CASA BANCARIA SÃO CARLOS CASA BANCARIA SOCIAL DE CREDITO LT
DO COM. E IND. DE SÃO PAULO (6)	CARENSE DO COM. E INDUSTRIA COM. E IND. DE MINAS GERAIS FIDELFIED POCHA LEI. FIDELFIED INDUSTRIAL DO COM. E INDUSTRIA CASA BANCARIA MONTE UNIDO
DE CREDITO NACIONAL (10)	FAUZIETA DE CREDITO NACIONAL DA GUANABARA DELTA PARATO SUL. INTERAMP CASA BANCARIA DELTA CASA BANCARIA F. BRAGA IMPZO LTD. CASA BANCARIA SUL NINEIRA
EXPANSO IND. DE SÃO PAULO (6)	DE AMERICA LATINA SERVICO DO COMERCIO FIDELFIED UNIVEST CASA BANCARIA FINANCIAL IMODIL CASA BANCARIA FIDELFIED UNIVEST E CIA CASA BANCARIA FIDELFIED UNIVEST E FILHO
COMERCIAL ITALO (4)	ITALIA UNIVEST CASA BANCARIA AMERICA DO SUL ITALO UNIVEST ITALO BANCARIA FRANCISCO AGUIAR LT.
BANQUEIRANTES DO COMERCIO (3)	CAFE E IND. DA PARAIBA PERI BRASILEIRO SANTUPELO
COMERCIAL APLIC (3)	DO COMERCIO UNIBRASIL CENTRO UNIO SOC. LTD. UNIVERSAL
ECONOMICO DE SÃO PAULO (3)	COM. DA CAPITAL DA REPUBLICA ECONOMICO DO RIO DE JANEIRO LIBERAS DO COMERCIO
GERAL DO COMERCIO (3)	AMERICANO DE CREDITO LIBER DE MINAS GERAIS CASA BANCARIA A COMENS/DORA
DE TOKYO (3)	PAULISTANO SÃO PAULO TOYO THE BANK OF TOKYO LTD.
ANUEX (2)	DA IND. E COMERCIO DO BRASIL CASA BANCARIA NOVA ERA
INTERNACIONAL (2)	REAL DO CANADA THE ROYAL BANK OF CANADA
MERCANTIL DE DESCONTOS (2)	DE VALORES CASA BANCARIA HORA ANDRADE
DE SÃO CARLOS DO SUL (2)	VICENTE FIORILLO CASA BANCARIA VICENTE FIORILLO
BOZARD SIMONSEN (1)	BRASIL AMERICA
DO COMERCIO (1)	DO COMERCIO IMPORTADOR
DA ECONOMIA DE SÃO PAULO (1)	PIRATININGA
F. KATARAZZO (1)	CASA BANCARIA F. KATARAZZO SA
FRANÇES E ITALIANO P/AMERICA SUL (1)	ALIANÇA DE SÃO PAULO
ITALIARATI (1)	C. BANC. DE CRED. IND. E COM. SA.
HITSUDISHI BRASILEIRO (1)	TOZAM
NOVO UNIDO (1)	FINANCIAL NOVO UNIDO (Incorporado pelo DEO. CCEV) PISD 5m 30.12.74)
SPI (1)	INDUSTRIAL DE SÃO PAULO
SUNIFON BRASILEIRO (1)	CASA BANCARIA BRASCOT
ALIZO TRANSATLANTICO	
ANTONIO DE QUEIROZ	
DO COMERCIO E LAVOURA	
F. BARRETO	
FRANÇES E BRASILEIRO	
HOLANDES UNIDO	

BANCOS EXISTENTES EM 1961	BANCOS INCORPORADOS
ITALIA BELGA	---
UNIAO AGRARIO	---
MECANICA DE SAO PAULO	---
NACIONAL DO COM. S. PAULO	---
DAS NAÇÕES	---
DO NORDESTE DO EST. DE S. PAULO	---
REAL DE SAO PAULO	---
REGIONAL	---
OF LONDON & SOUTH AMERICA LTD.	---

[illegible][illegible][illegible]

R. G. S.	
BANCOS EXISTENTES EM 1974	BANCOS INCORPORADOS
SUL BRASILEIRO (9)	C. BANC. BRASILEIRA DE DESCONTOS DE CURITIBA DUQUE DE CAXIAS IND. E COM. DO SUL FABRICAS FRACO NACIONAL DO COMERCIO PESSO VASCONCELOS JR. DA PRODUÇÃO RIOGRANDENSE DA PROVINCIA DO RS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (4)	DE CRED. REAL DO PERNAMBUCO REAL DE PERNAMBUCO DO RIO GRANDE DO SUL SUL BRASIL
DE CREDITO REAL DO RIO GRANDE DO SUL	
BAHIA	
ECONOMICO (12)	BRASILEIRO DA PRODUÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DO COM. IND. DE PERNAMBUCO DE CREDITO POPULAR ECONOMICO DA BAHIA DO PERNAMBUCO RESISTENCIA DE SESENDE SEMINHO CASA BANC. DE CREDITO POPULAR CASA BANCARIA HERING NOVO MUNDO
DO ESTADO DA BAHIA (1)	DO FORTIMO DO EST. DA BAHIA
NACIONAL DA BAHIA (1)	CASA BANCARIA GORGER
SETEMBRO/1976	

PERNAMBUCO	
NACIONAL DO NORTE (4)	COLONIAL DE SÃO PAULO OFFICIAL DE PERNAMBUCO DE PERNAMBUCO CASA BANCARIA PERNAMBUCANA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2)	OL. DE COM. IND. DE PERNAMBUCO CASA BANC. REAL DE PERNAMBUCO
INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO (2)	INDUSTRIAL C. BANCARIA AVEL. DO COM. DE S. PAULO
INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO	

CEARA	
BANCOS EXISTENTES EM 1974	BANCOS INCORPORADOS
DO CEARA (2)	DE CREDITO POPULAR SOCIAL DE SOCIAL
INDUSTRIAL DO CEARA (2)	DO CEARA DO JUAREZIMO
DO ESTADO DO CEARA (1)	DO ESTADO DO CEARA - SCPL
MERCANTIL DO CEARA	..
DO NORDESTE DO BRASIL	..
DE PARAIBA	..

SERGIPE	
BANCOS EXISTENTES EM 1974	BANCOS INCORPORADOS
DO ESTADO DE SERGIPE (1)	DE FORTIMO, COM. DO EST. DE SERGIPE
DA PRODUÇÃO E COMERCIO (1)	DA PRODUÇÃO E COMERCIO
DE CREDITO SERGIPIENSE	
DANTAS FREIRE (1)	CASA BANCARIA DANTAS FREIRE

PARA	
BANCOS EXISTENTES EM 1974	BANCOS INCORPORADOS
DO ESTADO DO PARA (2)	DE CREDITO DE DESCONTOS CASA BANCARIA METROPOLIT
AMAZONAS	
BANCOS EXISTENTES EM 1974	BANCOS INCORPORADOS
DA AMAZONIA (1)	DE CREDITO DA AMAZONIA
DO ESTADO DO AMAZONAS	
ACRE	
BANCOS EXISTENTES EM 1974	BANCOS INCORPORADOS
DO ESTADO DO ACRE (1)	DE PROD. E FOR. DO EST. DO ACRE
ALAGOAS	
BANCOS EXISTENTES EM 1974	BANCOS INCORPORADOS
DO ESTADO DE ALAGOAS (1)	DA PROD. DO ESTADO DE ALAGOAS
E. SANTO	
BANCOS EXISTENTES EM 1974	BANCOS INCORPORADOS
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (1)	DE CREDITO DO ESPÍRITO SANTO
PIAUÍ	
BANCOS EXISTENTES EM 1974	BANCOS INCORPORADOS
DO ESTADO DO PIAUÍ (1)	DE CREDITO DO PIAUÍ
DE PIAUÍ	

OUTROS ESTADOS	
BANCOS EXISTENTES EM 1974	BANCOS INCORPORADOS
ESTADO DE SANTA CATARINA	
- DO ESTADO DE STA. CATARINA	DO DESENVOLVIMENTO DO EST. DO STA. CATARINA
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
- DO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE	
- DE MOSNOL	
ESTADO DO MATO GROSSO	
- DO ESTADO DE MATO GROSSO	
- FINANCIAL DE MATO GROSSO	
ESTADO DO PARANÁ	
- DO ESTADO DO PARANÁ	
ESTADO DA PARAIBA	
- DO ESTADO DA PARAIBA	
TERRITÓRIO DE RORAIMA	
- DE RORAIMA	
DISTRITO FEDERAL	
- REGIONAL DE BRASÍLIA	
ESTADO DE GOIAS	
- DO ESTADO DE GOIAS	

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora, que falará pela Liderança da Maioria.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE. Pela Liderança da Maioria, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Inicialmente temos que enfatizar a atenção com que ouvimos o discurso do eminente Senador Paulo Brossard. S. Ex^a foi contra a concentração bancária feita nos termos que apresentou, inicialmente com relação a Estados, depois, o caso concreto do Banco Brasileiro de Descontos.

Poderíamos aduzir a S. Ex^a que a concentração bancária, no Estado de São Paulo, correspondeu à concentração econômica que está se operando na mesma Unidade Federativa, em relação ao resto do Brasil.

Vamos, detalhadamente, estudar todos os dados oferecidos por S. Ex^a, esperar a segunda parte de sua oração e respondê-la em seu todo. Apenas, poderíamos, desde já, numa achega ao primoroso discurso aqui ouvido, acrescentar que excluído foi aquele banco, o mais importante do Brasil, o oitavo do mundo, cuja sede no Distrito Federal poria, naturalmente, outros contornos à situação apresentada.

Mas, Sr. Presidente, associamos à tribuna para, rapidamente, em nome da Liderança, sem tomar o tempo dos demais representantes que estão inscritos hoje, dar uma explicação à Casa.

Quando, quinta-feira passada, apresentamos todas as providências que, através do Conselho Monetário Nacional, o Governo Brasileiro achara por bem tomar, nós o fazíamos num imperativo ante o clima de apreensão que cercava aquela reunião autorizado pelo Poder Executivo, e subimos à tribuna mercê de uma decisão desta augusta Mesa. O Presidente então, o nobre Senador Mauro Benevides, em nos concedendo a palavra, nada mais fazia do que vir ao encontro de uma expectativa que não era só dele, não era só do Senado, mas de todo o Nordeste, razão por que muito surpresa ficou a Liderança da Maioria quando, ausente, sexta-feira, reparos novamente foram colocados à sua posição, ao fato de ter falado naquela ocasião, e ao conteúdo da fala. Não poderíamos transmitir ao Plenário coisa diferente daquilo que havia sido a decisão do CMN.

Disse S. Ex^a, o nobre Senador Dirceu Cardoso, que lamentamos que não esteja presente aqui, que gostaria de saber se o crédito rural foi ou não diminuído e, porque foi diminuído, quais as dificuldades criadas ao homem do interior do País, face às novas instruções emanadas das autoridades monetárias. Então, procuraremos — para não tomar o tempo precioso deste Senado, já no fim de primeira parte da Sessão Legislativa — dizer o seguinte: quanto a parte rural o que houve foi uma rearrumação; projetos que já estavam com seus recursos comprometidos não terão suplementação. Foi dada uma suplementação sim, em amparo ao trigo, um amparo ao açúcar; tornava-se necessário tal procedimento. Os investimentos básicos, seja para custeio, seja para expansão de lavouras, seja para incremento das exportações, ao contrário, foram incentivados. Dos programas regionais e, principalmente, para o Nordeste, o PROTERRA, o POLONORDESTE, o POLOCENTRO tiveram seus valores praticamente respeitados.

Aqui foram citadas, e bastante, as instruções baixadas há quinze dias e que tanta celeuma causaram no interior do País às agências do Banco do Brasil. Em síntese, era a suspensão das operações por promissória, em que o banco colocava como que, um ponto final.

Devidamente autorizado pelo Presidente do Banco do Brasil, como decorrência da constatação de uma situação de fato, em que o grosso das operações industriais e comerciais, no interior do nosso País se processa através das promissórias, amanhã mesmo, já sairá uma nota da Presidência desse estabelecimento a respeito e, segunda-feira, a sua Diretoria tornará, da maneira mais explícita, que não haja a menor dúvida real, a reformulação daquelas instruções baixadas há quinze dias, para que os títulos legítimos oriundos, seja da atividade comercial, seja da atividade industrial, em todo o interior do País,

tenham o curso que tinham até o dia em que citadas instruções foram expedidas.

Assim sendo, Sr. Presidente, parece-nos que não há a menor dúvida sobre o que o Banco do Brasil vai fazer. Crédito agrícola, conforme mostrado, aumentado o seu teto; crédito comercial, crédito industrial; o título válido, a promissória legítima, decorrente, de uma operação comercial ou industrial, não sofre a menor restrição em sua utilização dentro dos antigos limites operativos, nas diferentes agências daquele estabelecimento de crédito.

Era, no momento, o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador Otair Becker, por cessão do Sr. Senador Dirceu Cardoso.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia 15 de junho de 1976, o eminente Presidente Ernesto Geisel aprovava documento da maior importância, contendo diretrizes e medidas para o fortalecimento da economia de mercado em nosso País. Refiro-me à Ação para a Empresa Privada Nacional, onde o Chefe do Executivo diz que, ao lado da grande maioria do empresariado, empenhada em fortalecer a livre iniciativa com bom entendimento com o Governo, correntes radicais buscam conduzir o assunto a posições extremadas, que não interessam ao setor privado e nem ao desenvolvimento brasileiro.

Nesse documento, após se dizer o *quê* e *onde* o Governo vai fazer em prol da iniciativa privada, se destaca que o Brasil, de 1964 para cá, no mundo subdesenvolvido, é conhecido pela realização do desenvolvimento acelerado através da economia de mercado. Reafirma o Presidente da República a conveniência e viabilidade de realizar o desenvolvimento com o apoio do setor privado, advertindo sobre a importância de não se pôr em risco essa conquista, pela tendência e posição extremadas, frequentemente negativistas e certamente alheias ao interesse nacional.

Entre outras considerações, a Ação para a Empresa Privada Nacional, assegura que, "nesse regime, a empresa nacional deve desempenhar papel relevante. Deseja o Governo vê-la atuando com vitalidade e desenvoltura, capaz de avançar, progressivamente, para setores mais exigentes, em termos de necessidade de capitais; capacidade gerencial; comercialização e tecnologia." O documento, solenemente aprovado em reunião do Conselho Nacional do Desenvolvimento, não deixa margem à dúvidas sobre seu pensamento. Lembra que o II PND obedece à "orientação estabelecida na Constituição Federal e, em particular, nos seus dois pontos mais importantes para a definição do assunto." São eles, de um lado, o art. 8º, que expressamente dá à União competência para desenvolver, diretamente ou em regime de concessão, as principais áreas de infraestrutura. E, de outro, o art. 170, que nos demais campos — pois, para a infra-estrutura houve dispositivo expresso — diz competir às empresas privadas, "preferencialmente, com o estímulo e o apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas". Nessa conformidade, ao Estado, segundo seu § 1º, permite-se organizar e explorar diretamente atividade produtiva apenas em "caráter complementar da iniciativa privada".

Após destacar no II PND dispositivos em que define a consolidação do modelo econômico-social, o documento diz, enfaticamente:

"Trata-se, aqui, de considerar a própria forma da sociedade e o regime econômico, social e político desejado pela Revolução."

Com estas incisivas palavras o Presidente Geisel reafirmou posição definida na primeira reunião de seu Ministério, realizada aos 19 de março de 1974. Mais que isso, reafirmou toda uma filosofia de vida e de Governo estabelecida pela Revolução, razão de ser desta, no grande compromisso democrático do Movimento de Março de 64.

Nesse notável documento-compromisso o eminente Presidente Geisel expôs, com clareza e objetividade, diretrizes que norteariam

toda a ação de seu Governo, em perfeita harmonia com os mais altos e permanentes objetivos da Revolução de 64. E, após toda uma série de afirmações e definições, o CDE aprovou um elenco de medidas, destinadas a fortalecer a economia do mercado no Brasil:

"Para apoio à capitalização e ao financiamento a longo prazo da empresa nacional, assim como para ampliar-lhe as oportunidades na ocupação dos espaços vazios:

1) consolidação do mecanismo existente de viabilização de empreendimentos nacionais em setores prioritários, inclusive para execução de grandes projetos em Bens de Capital e Insumos Básicos, cujo núcleo principal está no BNDE e em suas subsidiárias."

Salienta, então, o documento a significação e o acerto da limitação da correção monetária a 20%, medida de alcance o mais alto e em tudo adequada ao interesse nacional.

"2) criação de novos mecanismos para auxiliar a capitalização da empresa privada nacional e fortalecer o mercado primário e secundário de ações."

Aqui se proclama a necessidade de se eliminar a "tendência a uma excessiva atratividade para os poupadores dos títulos com correção monetária e de investimento imobiliário". E declara, então:

"Altamente prioritário, para a consolidação no Brasil de uma economia de mercado, é a mobilização da poupança mais em direção ao desenvolvimento e menos em direção ao empréstimo, com o desenvolvimento de mecanismos naturais de capitalização."

Volta-se a enfatizar o significado de mudanças na forma de cálculo da correção monetária, e são anunciadas medidas que se concretizaram em seguida, como a elaboração da nova Lei das Sociedades Anônimas e da Lei da Comissão de Valores Mobiliários.

"3) destinação, preponderantemente, ao setor privado, dos recursos dos fundos de poupança geridos por órgãos oficiais, assim como dos mecanismos de incentivos fiscais, da ação financeira dos bancos oficiais e descentralização, ao máximo, da aplicação dos recursos do fundo PIS/PASEP;

"4) adoção, principalmente pelos órgãos dos Ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia, pelo BNDE, pela SUDENE e SUDAM, do procedimento de, uma vez identificada certa oportunidade de investimento — em indústrias básicas, mineração e outras onde existam espaços vazios — procurar esgotar as possibilidades de para ela atrair o setor privado.

"II — Para maior apoio à pequena e média empresas, industrial e comercial."

"O Governo, por linhas de crédito especiais, por simplificação do tratamento tributário, pelo financiamento a longo prazo, através do BNDE, e por instrumentos de apoio à capacidade gerencial, como o CEBRAE e o PNTE, já vem tendo atuação especial na área da pequena e média empresas, industrial e comercial".

"Sua disposição, entretanto, é de, por novos e importantes mecanismos, fazer bem mais ainda, particularmente nas áreas financeira e fiscal".

Foi anunciada, aqui, a constituição do Grupo de Trabalho para propor ao Governo novo elenco de medidas em favor da economia de mercado da empresa privada.

Sr. Presidente, em março deste ano, foi divulgado o Elenco de Medidas propostas pelo Grupo de Trabalho de Fortalecimento da Empresa Privada Nacional, a que aludiu o documento que apreciamos no início. Esse Grupo de Trabalho foi composto por representantes do setor econômico-financeiro do Governo e, como representante do setor privado, pelos Drs. Otávio Gouveia de Bulhões; Hélio Beltrão e José Mindlin.

"Ao Grupo foi dada a tarefa de apresentar sugestões concretas sobre formas de consolidar a posição da empresa privada nacional, com ênfase maior em dois aspectos específicos: *como promover a sua capitalização e como auxiliar o setor privado a ocupar espaços vazios*".

O notável relatório desse Grupo de Trabalho obteve ampla divulgação, desnecessário sendo reportar seu conteúdo. Na parte final, o Relatório se refere às "*Medidas já Tomadas pelo Governo*, no decorrer de 1976; após a aprovação da Ação para a Empresa Privada Nacional." Dentre outras, ali são enumeradas: Lei das Sociedades Anônimas; criação da Comissão de Valores Mobiliários; criação do PROCAP e, visando "diminuir os custos financeiros e proporcionar maior participação à indústria nacional em setores considerados prioritários", o Decreto-lei nº 1.452 que limitou a 20% a correção monetária em financiamento a setores privados.

Em decorrência desse trabalho, os Ministros Reis Velloso, do Planejamento e Mário Simonsen, da Fazenda, submeteram ao Presidente da República exposição de motivos que, aprovada, resultou na assinatura de vários decretos-leis, através dos quais se pôs em prática parte ponderável do sugerido pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Governo para estudar formas de fortalecer a empresa privada.

Sr. Presidente, é de se exaltar a coerência do atual Governo ao focalizar problema tão relevante quanto o da participação da iniciativa privada no desenvolvimento nacional. Coerência que se observa em todos os pronunciamentos do eminente Presidente Ernesto Geisel, bem como dos Ministros Reis Velloso, do Planejamento, Mário Simonsen, da Fazenda; com os quais o Ministro Ângelo Calmon de Sá e o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Karlos Rischbieter têm estado solidários. É de se destacar os pronunciamentos do Ministro do Planejamento sempre claros na reafirmação de diretrizes e decisões adotadas pelo Presidente Geisel. É o que se dá, por exemplo, no discurso do Ministro Reis Velloso aos 12 de fevereiro de 1976, pronunciado durante jantar oferecido a Sua Excelência pelas Classes Produtoras, onde assegurou que:

"É dever do país ver os problemas que deve enfrentar. A realidade é a realidade, e reconhecê-la é a nossa primeira obrigação".

Igualmente afirmativo o pronunciamento do Ministro Reis Velloso na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em 5 de maio de 1977, proclamando que "conjunturalmente, o Governo já tornou claro que o grande problema, no momento, é o controle da inflação". Daí, como disse, o Governo adotar decisões diversas, a médio prazo, dentre elas as de "fortalecer a empresa privada nacional, principalmente pela sua capitalização e pelo apoio à ocupação de espaços vazios", controle e limitação da correção monetária.

Nesse discurso, o Ministro do Planejamento mostra, com exuberância, que a distorção da tese respeitável de que "no regime capitalista, o risco é do empresário", leva à "posição que se aproxima da apologia da falência", afirmando a necessidade imperiosa de o Governo ajudar e socorrer o empresariado endividado. Sempre a reafirmação das mesmas teses, das mesmas diretrizes, expressando a preocupação do Governo com o fortalecimento da iniciativa privada, visando a intensificação do programa econômico-financeiro adotado, irreversivelmente, a partir de 1964.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Dá licença para um aparte, nobre Senador?

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — SC) — Com muito prazer.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Vê V. Ex^a que é uma diretriz absolutamente inarredável do Governo, apesar de todas as injustiças que cometem as críticas contra a sua ação: é o fortalecimento do empresariado nacional. Nem sempre compreendido, o Poder Central traçou para si mesmo esta meta e vai, com os percalços que a conjuntura nacional faz enfrentar, seguindo uma linha da qual não se afastará.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — SC) — Sou muito grato pela participação de V. Ex^a, eminente Líder, que vem assim confirmar tudo aquilo que vimos dizendo neste pronunciamento, que tem como objetivo, Sr. Vice-Líder eminente Senador Virgílio Távora, reafirmar um apelo de grande número de empresas nacionais, que estão a clamar por uma medida justa e que, tenho certeza, contará com o integral apoio de V. Ex^a.

Sr. Presidente, no dia 12 de maio deste ano, fiz rápidos comentários sobre a realização, em Gramado, no Rio Grande do Sul, de um encontro das Federações de Indústria daquele Estado, do Paraná e Santa Catarina. Transcrevi em nossos Anais a "Carta de Gramado", documento então aprovado pelos industriais da Região Sul, englobando uma série de sugestões para os problemas da conjuntura econômico-financeira, desde o da inflação, ao de meios de pagamento, endividamento da empresa privada e necessidade de favorecer sua capitalização. Num de seus itens, o documento de Gramado aborda a questão da correção monetária, a ser limitada para setores produtores, sem o que problemas diversos do empresariado nacional não terão solução e serão agravados pelo endividamento excessivo.

Em declarações publicadas pela imprensa, o Diretor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Dr. Mauro Knijnik, quase na mesma ocasião, afirmava que "as empresas brasileiras estão tão endividadas que trabalham para pagar juros", apontando o acerto do Programa de Capitalização das Empresas (PROCAP). Manifestava sua preocupação com os elevados juros, cuja queda o Dr. Karlos Rischbieter, Presidente do Banco do Brasil, anunciava como decidida pelo Governo, conforme declarações feitas em Porto Alegre e publicadas pelo *O Estado de S. Paulo*.

Reiteradamente a imprensa informou da preocupação governamental com as diversas empresas sob seu controle, cuja devolução ao setor privado seria objeto de considerações no âmbito do Governo. Com relação a esses problemas, *O GLOBO* do dia 7 de maio deste ano informava que "nos últimos 10 anos o Banco Central gastou quase oito bilhões na tentativa de recuperação de instituições financeiras (e de outras empresas à elas ligadas) em dificuldades. Outros seis bilhões foram gastos pelo Banco Central para saldar dívidas e compromissos de instituições sob processo de intervenção federal". Adiante, o mesmo vespertino afirma que "existem, atualmente, 132 empresas sob processo de liquidação e 9 sob intervenção federal", número este já ampliado com as últimas intervenções.

Este um sério problema, que o Ministro Reis Velloso expôs amplamente, no último dia 22, ao comparecer perante o plenário da Câmara dos Deputados. O Ministro do Planejamento recordou palavras do Presidente Geisel, de 18 de abril de 1977, ao declarar o Chefe do Governo que "baseamos a maior parte de nosso desenvolvimento econômico — em seus variados campos de atividade — na empresa privada nacional, considerando-a como o instrumento de ação mais engenhoso e eficaz".

Expôs o Ministro Reis Velloso, com minúcias, problemas crônicos de nosso País e outros recentes, ora fruto de fatores adversos internos ou externos, mostrando a necessidade do Governo socorrer empresas em dificuldades, a fim de que escapem à falência, na preservação de interesses nacionais os mais altos, tanto econômico-financeiros como sociais. E, mais uma vez, o endividamento excessivo do empresariado volta à baila, como problema dos mais graves e do qual o Governo não pôde alhear-se, pois o interesse supremo do País lhe impõe o oposto.

Sr. Presidente, creio que seria impossível marcar o eminente Presidente Geisel — sempre secundado por seus ministros da área econômico-financeira — de forma mais clara filosofia e posições de seu Governo no tocante à política econômico-financeira e no enfoque de problemas graves que caracterizam nossa conjuntura, na sua maioria agravados por fatores externos desfavoráveis a nosso País. Clareza, objetividade e afirmação também têm caracterizado o Ministro do Planejamento, conforme se pode extrair de seus numerosos pronunciamentos.

Acredito, assim, que, ao discursar desta tribuna no dia 13 deste mês, o fiz em perfeita consonância com o pensamento do Governo, tão nitidamente expresso pelo Presidente da República e os Ministros Reis Velloso, Mário Simonsen e Angelo Calmon de Sá. Aqui vim para expressar apoio e confiança a declarações feitas pelo Presidente do Banco do Brasil, favorável à que o benefício do teto de 20% na correção monetária seja estendido a todos os devedores do BNDE, favorecendo cerca de 3.000 (três mil) empresas que — atendendo a convocação do Governo — realizaram empréstimos junto àquele Banco, anteriormente ao decreto-lei que limitou a correção monetária.

Nesse discurso, alonguei-me além do que desejava, no exame do problema e mencionando casos concretos, que bem ilustravam o acerto das palavras do Presidente do Banco do Brasil. E no dia 9 de junho de 1977, o *O Estado de S. Paulo*, voltava a fazer judiciosos comentários em torno do problema da correção monetária, em editorial intitulado "A inflação e o otimismo ministerial".

A afirmativa do Presidente Karlos Rishbieter, sobre a necessidade de estender o benefício da correção monetária limitada a todos os devedores do BNDE, alcançou a mais ampla e favorável repercussão na Região Sul do País. Daí o grande número de manifestações de apoio que me foram enviadas por entidades de classe do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Dentre elas, destaco três, procedentes de meu Estado. Refiro-me a telex que me foram enviados pelo Dr. Mário John, Presidente da Associação Comercial Industrial de Blumenau; Dr. Norberto Ingo Zadrozny, Presidente do Sindicato de Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau; e Dr. Oswaldo Moreira Dovat, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville. Expressam essas três entidades catarinenses ponto de vista que acredito unânime no meu Estado, razão pela qual torno os textos dessas mensagens parte integrante deste discurso, incorporando-os ao final do meu pronunciamento.

Sr. Presidente, apesar de todo o crédito que nos merece o *O Globo*, foi com surpresa que lemos notícia chamada em sua edição de 17 deste mês, segundo o qual "está temporariamente arquivada a idéia de retroagir o benefício da correção monetária limitada a 20% para os empréstimos tomados junto a bancos oficiais em 1974". Adianta a notícia, constante da seção Panorama Econômico do grande vespertino carioca, que o Presidente Geisel teria se oposto à idéia defendida pelo Presidente do Banco do Brasil, compartilhada pelos Ministros Reis Velloso e Mário Simonsen.

Não levantamos dúvida sobre a notícia divulgada pelo *O Globo*, mas parece-nos ser parcial ou fruto de algum equívoco. Isso porque a posição sustentada pelo Dr. Karlos Rishbieter, com o apoio dos Ministros Reis Velloso e Mário Simonsen, está, sob todos os aspectos, de acordo com as diretrizes e posições afirmadas pelo eminente Presidente Geisel. É o que está bastante nítido nas deliberações do CDN, documentos e pronunciamentos a que nos referimos.

Estender o benefício da correção monetária limitada a 20% de todos os devedores do BNDE é medida realista, de um realismo tão realçado pelo Ministro Reis Velloso como indispensável à ação governamental no campo econômico-financeiro. Enquadra-se no firme propósito de apoiar o empresariado nacional; está conforme a preocupação governamental com o endividamento excessivo das empresas brasileiras. O Governo se preocupa com as empresas em que teve de intervir, desejando devolvê-las ao setor privado. Absurdo seria manter uma posição que poderá levá-lo a ter que agir da mesma forma relativamente a muitas das 3 mil empresas ora arcando com o ônus insuportável — e injusto, pois atenderam a convocações do Governo e, neste confiando, nunca supuseram que a inflação alcançasse os índices elevados destes últimos anos — decorrente da correção monetária ilimitada, que as coloca em posição de inferioridade perante suas congêneres, especialmente aquelas de capital sob controle estrangeiro.

O ônus para o Governo com a extensão do benefício aos contratos firmados anteriormente à 1975, segundo estimativas, não ultrapassará a casa Cr\$ 2,5 bilhões.

Eis porque, Sr. Presidente, reiteramos nossa confiança de que o Presidente Geisel dará ao problema solução que atenda ao interesse

nacional e constitua medida justa e equânime. Esta a confiança e expectativa do empresariado da região Sul e de forma muito especial do Estado de Santa Catarina, que tenho a honra de aqui representar. E, concluo, estou certo de que o benefício não tardará a ser concedido para que tenha logo seus efeitos salutarres, impedindo que a situação de cerca de 3 mil empresas se agrave ao ponto de forçar o Governo a ir mais longe, para impedir a "apologia da falência" a que tão acertadamente se referiu o Ministro Reis Velloso. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. OTAIR BECKER EM SEU DISCURSO:

BLUMENAU (SC) 15/06/77

SENADOR OTAIR BECKER

SENHOR SENADOR

TOMAMOS CONHECIMENTO PELA IMPRENSA DAS DECLARAÇÕES DE V. EXA. FAVORÁVEIS A EXTENSÃO DO TETO DE 20 D/D DA CORREÇÃO MONETÁRIA A TODOS OS DEVEDORES DO BNDE.

DIVERSAS DE NOSSAS ASSOCIADAS, ALGUMAS DE GRANDE PORTE E QUE REPRESENTAM UM FATOR CONSIDERÁVEL NAS EXPORTAÇÕES TEXTÉIS BRASILEIRAS, VEM SUA VIDA NORMAL E MESMO SEU PROGRAMA DE EXPORTAÇÕES PREJUDICADOS, POR TEREM TIDO A INFELICIDADE DE TEREM ASSUMIDO COMPROMISSO COM O BNDE, VIRANDO INCREPITAS SEUS PLANOS DE PRODUÇÃO E DE EXPORTAÇÃO. EM ÉPOCA QUE JAMAIIS FARIA SUPOR QUE A INFLAÇÃO NESTE PAÍS ENALHECERIA OS VALORES ATUALMENTE ALCANÇADOS.

DEVEMOS ESPERAR AINDA QUE ESSES PLANOS DE EXPANSÃO SEJAM INSISTENTEMENTE ESTIMULADOS PELA PRÓPRIO GOVERNO.

CUMPRE AINDA NOTAR QUE O INSTITUTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA FOI ESTABELECIDO NESTE PAÍS NUMA ÉPOCA DE INFLAÇÃO DECRESCENTE E JAMAIIS ERA INTERAÇÃO DOS ECONOMISTAS, QUE IDEALIZARAM ESTE MECANISMO, APLICAR A MESMA CORREÇÃO NOS VALORES ATUALMENTE VIGENTES, QUE TOMAM IMPULSO O ESPORO E A CAPACIDADE EMPRESARIAL DO INDUSTRIA NACIONAL.

DIPOIS DE 5 D/D AO MÊS, CORRADOES SOB TÍTULO QUALQUER QUE SEJA, IMPOSSIBILITAM QUALQUER PLANO SADIO DE ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL. ASSIM, A ATITUDE PATRIÓTICA E ESCLARECIDA DE V. EXA. TOPNA-SE UM FATOR DE ALENTO E DE ESPERANÇA PARA OS EMPRESÁRIOS CATARINENSES E DE TODO O PAÍS QUE ESTÃO NA ESPERA DE MEDIDAS DE BOM SENSO E NECESSÁRIAS PARA SAIR DO IMPASSE EM QUE SE ENCONTRA TODA A INDÚSTRIA NACIONAL, QUE INCORREU EM EMPRESTIMOS COM CORREÇÃO MONETÁRIA INTENCIONAL.

CUMPRE AINDA LEMBRAR QUE O SETOR TEXTIL REPRESENTA EM SANTA CATARINA FATOR FUNDAMENTAL NA ECONOMIA DO ESTADO, E EM O PRINCIPAL ESTOQUE ECONÔMICO DO VALE DO ITAÍ. PORÉM O SETOR TEXTIL NÃO FOI BENEFICIADO COM O TETO ESTABELECIDO EM 20 D/D DA CORREÇÃO MONETÁRIA PARA INDÚSTRIAS DE DETERMINADOS SETORES, SOPRENDO ASSIM UMA DISCRIMINAÇÃO INJUSTA, POIS, ALÉM DE SER CONSTITUÍDA POR FIRMAS TRADICIONAIS E CONSTITUÍR O PAPEL SOCIAL DESTACADO NA MANUFATURA, EM FATOR DE DECISIVA IMPORTÂNCIA SOCIAL EFO TEMPO ELEVADO DE EMPREGOS QUE PROPORCIONA.

ESTAMOS EM PATA DE HOJE TELEXANDO AOS EXMOS. SENHORES MINISTROS MARIO HENRIQUE SIMONSEN, JOAO PAULO DOS REIS VELLOSO E GOLBERY DO FORTO E SILVA, SOLIDARIZANDO-NOS COM AS DECLARAÇÕES DE V. EXA. E SOLICITANDO O ATENDIMENTO AS SUAS REIVINDICAÇÕES.

CONGRATULANDO-NOS COM A ATITUDE CORAJOSA E DECIDIDA DE V. EXA. E COLOCANDO-NOS AO SEU DISPOZ PARA COLABORAR NO QUE FOR POSSÍVEL NESTA QUE SE DEVERÁ TORNAR A CAMPANHA DECISIVA PARA A SOBREVIVÊNCIA DE IMPORTANTES EMPRESAS DE CAPITAL NACIONAL, REPRESENTANDO DEZENAS DE MILHARES DE EMPREGOS. APRESENTAMOS A V. EXA. NOSSOS PROTESTOS DE ELEVADA ESTIMA E CONSIDEFAÇÃO.

ATENCIOSAMENTE,

ROBERTO INNO CARREIRO
PRESIDENTE SINDICATO INDUSTRIAIS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE BLUMENAU

EXMO SR
OTAIR BECKER
DO SENADOR DA REPUBLICA
BRASILIA DF

NOME CLASSES EMPRESARIAIS DESTA REGIAO VG CONGRATULAMO-NOS ILUSTRE CONTERREANO OPORTUNO PRONUNCIAMENTO FEITO TRIBUNA SENADO FAVORAVEL EXTENSAO TETO VINTE PORCENTO CORRECAO MONETARIA CONTRATOR FINANCIAMENTO ESTABELECIMENTOS CREDITO OFICIAIS VG ANTERIORES 1975 PT RECEBA TOTAL ET IRRESTRITO APOIO ESTE ORGAO CLASSE LOUVAVEL INICIATIVA APOIANDO JUSTA REIVINDICAÇÃO EMPRESARIOS CATARINENSES PT CORDIAIS SAUDACOES MARIO JOHN PRESIDENTE ASSOCIACAO COMERCIAL INDUSTRIAL BLUMENAU

TELEX NR. 14/77-ACIJ

EXMO. SR.
SENADOR OTAIR BECKER
SENADO FEDERAL
BRASILIA - DF

TENDO TOMADO CONHECIMENTO, PELA IMPRENSA, DO PRONUNCIAMENTO DE V. EXA. SOBRE A LIMITAÇÃO EM 20 POR CENTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE SOBRE OS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELO BNDE ANTERIORMENTE A 1975, TAL COMO JÁ SE VERIFICA EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS FIRMADOS A PARTIR DE JANEIRO DAQUELE ANO, VENHO CONGRATULAR-ME COM V. EXA., EM NOME DO EMPRESARIADO DE JOINVILLE, POR SER ENTENDIMENTO DA CLASSE QUE REPRESENTO TRATAR-SE DE MEDIDA QUE PLENAMENTE SE JUSTIFICA NA CONJUNTURA PRESENTE, ALÉM DE PROPORCIONAR TRATAMENTO EQUANIME A TRANSAÇÕES DE IGUAL NATUREZA. ATENCIOSAS SAUDAÇÕES. OSVALDO MOREIRA DUAT - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE JOINVILLE.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira.

S. Ex^a desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Benedito Ferreira. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique de La Rocque.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE (ARENA — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O que vamos enfocar merece, como assunto de alta relevância, deferimento por parte do Ministério da Educação e Cultura e do DASP; é aquele referente à reclassificação dos antigos Professores Catedráticos no novo plano de classificação de cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970 que, em seu artigo 14, extinguiu o antigo plano disciplinado pela Lei nº 3.780, de 1960.

Esses Mestres passaram a ter uma denominação, a de Professor Titular. "A cátedra deixou de existir há algum tempo; mas, não quer isto dizer que, direitos adquiridos possam ser postergados e solapados". Existem críticas fundamentadas sobre a extinção da cátedra. Esta, motivava o surgimento de grandes pesquisadores, de sábios, de mestres insígnies em vários campos da cultura universitária. A cátedra firmou e consolidou a Universidade brasileira.

Quero situar aqui, a posição de antigos catedráticos do ensino superior no Estado do Maranhão, agora absorvidos pela Fundação da Universidade do Maranhão, criada pela Lei nº 5.152, de 21 de outubro de 1966, consagrando direitos adquiridos ao preceituar: "O pessoal do serviço público federal, ora lotado nas faculdades incorporadas à Fundação da Universidade do Maranhão, passará, automaticamente à disposição da mesma, assegurados os direitos e vantagens dos seus cargos".

Diante dos preceitos do artigo 194, da Constituição de 1967, a vitaliciedade foi mantida quando definiu:

"Fica assegurada a vitaliciedade aos professores catedráticos e titulares de ofício de justiça nomeados até 15

de março de 1967, assim como a estabilidade de funcionários amparados pela legislação anterior àquela data."

O enquadramento dos antigos Catedráticos na retribuição do Grupo-Magistério Civil da União deve ser o referido na Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974, combinado com as leis nº 5.152, de 1966 (criação da Fundação da Universidade do Maranhão) e nº 5.645, de 1970 (novo plano de classificação de cargos), mencionando os Professores João Bacelar Portela, Raymundo de Matos Serrão, Salomão Figueira, Alfredo Salim Duailibe, Antônio de Arruda Soares, Ilva Gomes Saldanha, Pedro Neiva de Santana e Antenor Bogéa, dentre outros mestres criadores da própria Fundação da Universidade do Maranhão.

Simple complementação salarial pela Fundação da Universidade do Maranhão, não resolve o premente problema dos antigos catedráticos estatutários, pois muitos estão em idade propecta, com valiosos serviços prestados ao ensino superior e ao País, dedicando suas vidas na formação de sucessivas gerações, sujeitos, hoje ou amanhã, a aposentadoria compulsória e conseqüente decesso salarial, incompatível com o preço atual da sobrevivência condigna.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, desta tribuna formulo veemente apelo ao Senhor Ministro Ney Braga, Titular da Pasta da Educação e Cultura e ao Professor Darcy Siqueira, Diretor-Geral do DASP, no sentido da colocação desses antigos Catedráticos, criadores da própria Universidade do Maranhão, em condigna situação, em termos salariais, colocando-os no Grupo-Magistério, em Quadro Especial, com vencimentos compatíveis com os graus funcionais desses Professores, esteios da cultura, na Cátedra do Direito, na Cátedra da Medicina, na Cátedra das Ciências, em nível superior.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lindoso.

O SR. JOSÉ LINDOSO (ARENA — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há dias passados, o Sr. Senador Evandro Carreira, da Representação do MDB, fez brutal acusação, envolvendo a pessoa e a Administração do Governador amazonense Henoch Reis.

Na oportunidade, embora desprovido de documentos, fiz a defesa do Chefe do Executivo do meu Estado, na base do bom senso e do conhecimento que tenho de Sua Excelência, dos valores que comandam a sua vida, enfim. Aliás, a defesa do Governador contou, ao ensejo, com a palavra do Líder da Bancada da Maioria, Senador Eurico Rezende, e do nobre Senador, pelo Estado de Goiás, Vice-Líder do nosso Partido, Senador Osires Teixeira.

Daria, Sr. Presidente, o assunto por encerrado se não tivesse atento que nos Anais da Casa iriam permanecer, sem elucidações, senão as feitas por nós de improviso, acusações injuriosas e distantes da realidade dos fatos, envolvendo o nome de pessoa respeitável e honrada como é o ilustre Governador do Amazonas.

Complementando, pois, os esclarecimentos anteriores, o faço, primeiramente, lendo nota do Governador tratando da série de acusações que lhe foram assacadas, em Manaus, e que o Sr. Senador Evandro Carreira reproduziu e endossou, perante o Senado Federal. A nota do Governador é a seguinte:

AO POVO DE MINHA TERRA

Em homenagem ao povo de minha terra, venho hoje dizer, como tem sido meu comportamento ao longo de mais de cinquenta anos de uma vida dedicada ao serviço público, ao interesse coletivo.

Comecei minha vida como porteiro da intendência, hoje Prefeitura de Manacapuru.

De lá me desloquei para Manaus, em busca de outras oportunidades que surgiram após longa e penosa caminhada através dos livros.

Matriculei-me na Faculdade de Direito no mesmo dia em que comecei minha vida de jornalista no *Jornal do Comércio*, de propriedade e direção do saudoso Dr. Vicente Reis.

Formei-me em Direito aos 35 anos, idade em que outros já exerciam a profissão de advogado.

Quando Manacapuru precisou de um Prefeito, filho da terra, fui convocado pelo então Interventor Federal Dr. Álvaro Maia. Ali casei-me e procurei dar ao meu povo o melhor do meu esforço.

De volta a Manaus, passei a trabalhar na Advocacia. E, quando, ainda sem qualquer função pública efetiva, vi a casa onde residia destruída pelo fogo, não desanimei, porque sendo um homem de fé e de experiência cristã, confiei no futuro que depois me foi favorável.

Submetido a concurso, exerci a magistratura trabalhista por cerca de 20 anos, como Juiz do Trabalho, Presidente da 1ª Junta de Consiliação e Julgamento de Manaus, onde consegui, mercê de Deus, conquistar a confiança de empregados e empregadores.

Na mesma época submeti-me a concurso público de provas e títulos na então Faculdade de Direito do Amazonas. Logrando aprovação, lá convivi, enquanto exercia a cátedra de Direito Constitucional, com centenas de jovens que hoje emprestam seu valor a diferentes setores da comunidade.

Homem sem maiores pretensões senão de servir em silêncio, sem vocação para a pompa, fui surpreendido com a escolha de meu nome pelo Saudoso Presidente Castello Branco para ocupar uma das vagas de Ministro do Tribunal Federal de Recursos.

Finalmente, quando de mim se avizinhava a aposentadoria, fui de novo colhido, desta feita pela Revolução, encarnada no eminente Presidente Ernesto Geisel, para voltar à minha terra e servi-la como seu Governador.

Relutei no que pude, todavia a argumentação era muito forte no sentido de que o momento era de unir, de conciliar e como filho da terra eu poderia conseguir tal objetivo.

Nas eleições de 1974, as urnas foram adversas para a ARENA e o partido da Oposição fez-se majoritário na Assembleia Legislativa. Tal fato jamais me perturbou porque não acreditei que embora por caminhos diferentes, tanto Governo, quanto Oposição, queriam o melhor para o Estado, que é seu desenvolvimento.

Procurei me harmonizar sempre com os homens da Oposição e estabeleci a mesma diretriz para meus auxiliares e para a bancada da ARENA na Assembleia Legislativa, na inspiração de que isso era o melhor para todos.

Vieram as eleições municipais de 1976, e o clima das mesmas foi a ampla liberdade, não houve no Estado qualquer cerceamento ou violências que empanassem aquilo que caracteriza de modo indelével o jogo democrático.

Uma eleição municipal transformou-se numa violenta guerra contra o Governo Estadual, fui insultado tanto como governante, quanto como homem, sequer houve respeito por minha vida privada, por minha família.

Não me deixei arrastar pelas paixões e deixei que o pleito transcorresse em clima de total tranquilidade.

Porém, assim como reconheço à Oposição o direito de crítica, não há como deixar de reconhecer a mim mesmo meu direito de auto-defesa, com base na lei existente.

Acionei portanto a lei em minha defesa, contra uma acusação que não foi apenas injusta, mas sobretudo atingida minha honra.

Volta agora a Oposição através de alguns de seus membros a atingir-me e desta feita, dizendo que determinei à Sociedade de Habitação do Amazonas — SHAM que construísse uma casa para minha amante.

É o que mais magoa é que, com poucas exceções, os que profligaram a maior chibatada moral, na expressão feliz do Senador Eurico Rezende a quem agradeço com emoção a defesa que fez no Senado Federal da minha honra, foram meus alunos da Faculdade de Direito, a quem, tanto a eles como às suas famílias sempre dediquei carinho e amizade e sabem que estão a serviço de uma causa ingrata.

Sobre ser aleivosa a afirmação é caluniadora atingindo minha integridade moral.

Venho de público refutar peremptoriamente a acusação. Para tanto existem documentos em meu poder. Não determinei nem autorizei a quem quer que seja, que fosse feita tal obra ou tal construção, até porque, casado há mais de 30 anos, sempre respeitei minha família.

Tendo atingido os setenta anos, sou um homem no limiar do imponderável, numa idade em que procuro, com toda a força de minha fé afastar de meu coração os ódios e malquerenças, visando a chegar ao final do mandato que foi reconhecido pelo povo em novembro de 1976 como legítimo, num clima de paz, trabalho e ordem como reconhece o editorial de 17-6-77 do matutino *A Crítica*.

Devia esta explicação ao povo generoso do Amazonas, afinal é a ele e a Deus a quem devo contas.

Estou sereno, continuarei sereno, creio na verdade dos Evangelhos, pois se a dor violenta a compreensão, a razão a ressuscita e o amor nos coloca no coração de Deus. — **Henoch da Silva Reis**, Governador do Estado.

O Governador Henoch Reis, com a serenidade e sabedoria que marcavam as suas sentenças quando pontificava no Tribunal Federal de Recursos, refutou peremptoriamente aquelas acusações.

A construção da casa, no Conjunto Ajuricaba, está explicada, cabalmente, através da carta da firma Nortelétrica — Engenharia e Comércio Ltda, de 15 de junho e que é do seguinte teor:

"NORTELÉTRICA

Engenharia e Comércio Ltda.
Rua Miranda Leão, 160
Manaus — Amazonas

Manaus, 15 de junho de 1977.

Nortelétrica/055/77

Exmº Sr.

Min. Henoch da Silva Reis

MD Governador do Estado do Amazonas

Nesta

Fomos recentemente surpreendidos em ver o nome de V. Exª envolvido em pronunciamentos que distorceram completamente fatos simples e rotineiros.

A bem da verdade e para salvaguardar o nome de V. Exª, que vem sendo atingido por uma campanha torpe e caluniosa, julgamo-nos no dever de esclarecer os seguintes fatos:

1 — No ano de 1976, firmamos contratos com a Sociedade de Habitação do Estado do Amazonas — SHAM, para a construção de casas populares, centro social, grupos escolares, minimercado e blocos comerciais no Conjunto Ajuricaba.

2 — Como se tratavam de obras que, apesar de situadas no mesmo Conjunto Habitacional, tinham seus canteiros relativamente distantes uns dos outros, tivemos a necessidade de implantar um escritório central no referido conjunto, para economia de custos e centralizar o serviço de administração.

3 — Para isso, solicitamos à SHAM a cessão de um terreno situado no mesmo conjunto para a instalação desse escritório, onde erigimos uma construção destinada a esse fim.

4 — No dia 5 de maio passado, demos entrada numa carta na Sociedade de Habitação do Amazonas, que recebeu o protocolo nº 713, naquela companhia, através da qual solicitamos a possibilidade do referido terreno nos ser vendido, em função do investimento que já havíamos efetuado.

5 — Agora fomos surpreendidos, ao tomar conhecimento que alguns elementos inescrupulosos estão utilizando essa construção, executada por nossa empresa em terreno da SHAM para servir de escritório central de nossas obras no Conjunto Ajuricaba, com a finalidade de desacreditar a pessoa de V. Exª junto à opinião pública, declarando que tal prédio teria um destino diferente do que mencionamos, dizendo mesmo que seria destinado a uma pessoa protegida do Governador.

6 — Em razão da completa distorção da verdade por terceiros e no sentido de aclarar como se passaram verdadeiramente os fatos, resolvemos enviar a V. Exª os esclarecimentos constantes deste expediente.

Sem mais para o momento, permanecemos à disposição de V. Exª para quaisquer esclarecimentos adicionais e aproveitamos o ensejo para apresentar os nossos respeitosos cumprimentos.

Atenciosamente

Nortelétrica Eng. e Com. Ltda. — Engº **Fernando Bonfim**, Diretor-Presidente."

No concernente à administração da SHAM, com problemas da administração anterior, inclusive relativos à compra de terrenos, o Governo do Amazonas, através do Sr. Secretário de Planejamento, Dr. Mário Amorim, deu à Assembléia Legislativa do Estado, onde aquela autoridade compareceu, completos e concretos esclarecimentos.

O Governador Henoch Reis tem mantido um clima de paz e de tranquilidade no Estado e ante as ocorrências que explicam a minha presença na tribuna do Senado, mereceu ele, da unanimidade da bancada do nosso Partido na Assembléia Legislativa, manifestação pública de solidariedade, contando, ainda, com idêntico procedimento da representação no Congresso Nacional que a formulou, nos termos seguintes:

NOTA

Convencidos da lisura e da correção da conduta do eminente Ministro Henoch da Silva Reis no exercício da governança do nosso Estado, nós — integrantes da representação arenista do Amazonas no Congresso Nacional — tornamos público nosso mais veemente repúdio aos injuriosos ataques que, em face de ocorrências verificadas na Sociedade de Habitação do Amazonas — SHAM —, vem Sua Excelência ultimamente sofrendo, por parte de elementos do MDB local, e aproveitamos a oportunidade, não apenas para hipotecar-lhe, por um princípio de justiça, nossa integral e irrestrita solidariedade, senão, também, para aplaudir sua preocupação quanto à rápida e completa apuração dos deslizes atribuídos aos ex-dirigentes da referida empresa.

Brasília, 22 de junho de 1977. — Senador **José Lindoso** — Senador **Braga Júnior** — Deputado **Raimundo Parente** — Deputado **Rafael Faraco**.

Era, a serviço da verdade, o que me cumpria explicitar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Otto Lehmann.

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo ocupar a tribuna nesta parte da sessão para, em rápido registro, consignar o cinquentenário de fundação do *Bragança-Jornal*. Ao fazê-lo, quero deixar na pessoa do Dr. Oswaldo Rus-somano, hoje cercado do respeito e da admiração dos bragantinos, o

reconhecimento daquela cidade aos seus fundadores e àqueles que colaboraram e colaboram para que hoje pudéssemos comemorar efeméride tão grata.

Realmente, Sr. Presidente, todo movimento de almas abnegadas, de espíritos avançados, de homens que olham para o futuro de sua comunidade, no desejo de servir à coletividade em que vivem, com desprendimento e muitas vezes com ingentes sacrifícios, deve ser assinalado com esperança renovada, para que a luta desses homens, que demonstraram ao longo de suas existências tanta disponibilidade em servir, não fique no esquecimento e sirva de estímulo a outras comunidades e às gerações futuras.

Assinalando, no transcurso do quinquagésimo aniversário do *Bragança-Jornal*, sua dinâmica e profícua existência, congratulome com a sua Direção, augurando meus mais sinceros votos de continuado sucesso.

Era o registro que desejava fazer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 177, de 1977, do Sr. Senador Eurico Rezende, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da intervenção do Ministro Azeredo da Silveira, por ocasião das conversações informais da VII Assembléia-Geral da OEA e, ainda, das notas publicadas no *Jornal do Brasil* intituladas: "EUA não consideram Brasil alvo da política de Carter" e "Witt diz que Brasil não é alvo dos EUA".

— 2 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 1976, do Sr. Senador Jarbas Passarinho, que acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que altera a Legislação de Previdência Social, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 172 a 174, de 1977, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável;
- de **Legislação Social**, favorável; e
- de **Finanças**, favorável.

— 3 —

Discussão, em turno único, da redação final (apresentada pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 370, de 1977), do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 1976 (nº 2.944-C/76, na Câmara dos Deputados), de autoria do Sr. Senador José Lindoso, que autoriza a doação de porções de terras devolutas a Municípios incluídos na região da Amazônia Legal, para os fins que especifica, e dá outras providências.

— 4 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1976 (nº 622-B/75, na Casa de origem), que dá nova redação ao caput do art. 1º do Decreto-lei nº 1.301, de 31 de dezembro de 1973, assegurando ao cônjuge que opta pela tributação de seus rendimentos, separadamente do cabeça-do-casal, metade do valor de encargos de família, tendo

PARECERES, sob nºs 252 a 255, de 1977, das Comissões:

- de **Economia**, favorável ao projeto;
- de **Finanças** — 1º pronunciamento: solicitando audiência da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria; 2º pronunciamento: (atendida a audiência) favorável; e
- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.

— 5 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1977 (nº 101-B/77, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, concluída em Londres, a 9 de abril de 1965, sob os auspícios da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO), tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 304 e 305, de 1977, das Comissões:

- de **Relações Exteriores**; e
- de **Transportes, Comunicações e Obras Públicas**.

— 6 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 1977-DF, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 354 e 355, de 1977, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- do **Distrito Federal**, favorável.

— 7 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 122, de 1975, do Sr. Senador Leite Chaves, que assegura ao lavrador o direito de pagar o débito agrícola por meio de consignação judicial do produto apenhado, ou financiado, tomando-se por base os preços mínimos fixados pelo Governo Federal, tendo

PARECER, sob nºs 833 e 834, de 1976 e 265 e 266, de 1977, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta; 2º pronunciamento: (reexame solicitado em plenário), ratificando seu parecer anterior; e
- de **Agricultura**, 1º pronunciamento: favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça; 2º pronunciamento: (reexame solicitado em plenário), contrário à matéria.

— 8 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 1976, do Sr. Senador Marcos Freire, que acrescenta parágrafo único ao art. 37, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, dispondo sobre o cargo de Ministro Extraordinário para o Desenvolvimento do Nordeste, tendo

PARECER, sob nº 250, de 1977, da Comissão:

- de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

— 9 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 1977, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que cria o Fundo Nacional da Pesca, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 247, de 1977, da Comissão:

- de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)

EDITAIS

EDITAL

Pelo presente edital, fica convocado o servidor Wilon Wander Lopes, Técnico Legislativo, Classe "C" do Quadro Permanente do Senado Federal, a comparecer nesta Secretaria, a fim de justificar sua ausência ao serviço, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções

disciplinares constantes do artigo 440, item II e § 1º da Resolução nº 58, de 1972.

Secretaria do Senado Federal, 22 de junho de 1977. — **Evandro Mendes Vianna**, Diretor-Geral.

EDITAL

Pelo presente edital, fica convocado o servidor Roberto Pozzatti, Assistente de Plenários, Classe "D" do Quadro Permanente do

Senado Federal, a comparecer nesta Secretaria, a fim de justificar sua ausência ao serviço, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções disciplinares constantes do artigo 440, item II e § 1º da Resolução nº 58, de 1972.

Secretaria do Senado Federal, 22 de junho de 1977. — **Evandro Mendes Vianna**, Diretor-Geral.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE ECONOMIA

9ª REUNIÃO, REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 1977

Às dez horas e trinta minutos do dia oito de junho de mil novecentos e setenta e sete, sob a Presidência do Sr. Senador Marcos Freire, Presidente, e com a presença dos Srs. Senadores Arnon de Mello, Otair Becker, Domicio Gondim, José Sarney, Luiz Cavalcante, Jarbas Passarinho e Dinarte Mariz, reúne-se a Comissão de Economia, na Sala "Rui Barbosa".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Milton Cabral, José Guimard, Paulo Guerra, Vasconcelos Torres, Franco Montoro e Roberto Saturnino.

É lida e, sem debates, aprovada, por unanimidade, a Ata da reunião anterior.

São lidos, discutidos e aprovados os seguintes pareceres constantes da pauta dos trabalhos:

Pelo Senador Otair Becker:

Parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1977, que "aprova o texto do Acordo sobre Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, a 13 de janeiro de 1977".

Pelo Senador Arnon de Mello:

Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução à Mensagem nº 101, de 1977, do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal que seja autorizado o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo voto com restrições à Correção Monetária do Senador Domicio Gondim.

Pelo Senador Luiz Cavalcante:

Parecer favorável, concluindo por oferecer um Projeto de Resolução à Mensagem nº 100, de 1977, do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal que seja autorizado o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 21.776.197,00 (vinte e um milhões, setecentos e setenta e seis mil, cento e noventa e sete cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo voto com restrições à Correção Monetária do Senador Domicio Gondim.

Ao Sr. Senador Otair Becker a Presidência concede vista do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1975, que "torna obrigatória a venda avulsa de peças e acessórios destinados à reparação de veículos automotores", após o Sr. Senador Arnon de Mello ter oferecido parecer contrário à Emenda nº 1, de Plenário, à referida proposição.

É adiada, por determinação do Sr. Presidente, a apreciação do parecer do Relator sobre o Projeto de Lei do Senado nº 113, de 1976, que "revoga o § 1º do art. 8º da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que "disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento".

Esgotada a pauta, o Sr. Senador Arnon de Mello usa da palavra e propõe à Presidência que formule convites aos Srs. Antônio Nilson Craveiro Holanda e Mário Garnerio, Presidentes, respectivamente, do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e da BRASILINVEST

S. A., para prestarem esclarecimentos perante a Comissão sobre a situação econômica do Brasil.

O Sr. Presidente agradece a sugestão do Sr. Senador Arnon de Mello e informa que os indicados poderão ser convidados a participar de um simpósio sobre "desigualdades regionais" a ser realizado no segundo semestre da presente Sessão Legislativa.

Comunica, ainda, o Sr. Presidente, que nos dias 28 e 29 de junho em curso, será realizado um "Simpósio sobre a Inflação no Brasil", com a participação dos Srs. Octávio Gouveia de Bulhões, Inácio Mourão Rangel, João Paulo Almeida Magalhães, Carlos Geraldo Langoni, Dercio Garcia Munhoz e João Manoel Cardoso de Melo, para o qual solicita a colaboração de todos os membros da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-s a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

10ª REUNIÃO, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 1977

Às dez horas e trinta minutos do dia quinze de junho de mil novecentos e setenta e sete, sob a presidência do Sr. Senador Marcos Freire, Presidente, e com a presença dos Srs. Senadores Luiz Cavalcante, Franco Montoro, Vasconcelos Torres, Otair Becker, Cattete Pinheiro, Domicio Gondim, Roberto Saturnino e Arnon de Mello, reúne-se a Comissão de Economia, na Sala "Rui Barbosa".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores José Guimard, Paulo Guerra, Milton Cabral e Dinarte Mariz.

É lida e aprovada, por unanimidade, a Ata da reunião anterior.

São lidos, discutidos e aprovados os seguintes pareceres constantes da pauta dos trabalhos:

Pelo Senador Otair Becker:

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1977, que "dispõe sobre a propaganda comercial nos uniformes esportivos do atleta profissional de futebol, e dá outras providências", tendo voto com restrições do Senador Cattete Pinheiro e abstenção do Senador Luiz Cavalcante.

Pelo Senador Roberto Saturnino:

Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 113, de 1976, que "revoga o § 1º do artigo 8º da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que "disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento"; e,

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1977, que "veda às diretorias de bancos e entidades oficiais a participação nos lucros oriundos de aplicações em depósitos a prazo fixo, cadernetas de poupança ou títulos de renda".

Pelo Senador Luiz Cavalcante:

Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução à Mensagem nº 102, de 1977, do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Capão Bonito (SP) a elevar em Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) o montante de sua divi-

da consolidada, tendo voto com restrições do Senador Franco Montoro e voto com restrições à Correção Monetária do Senador Domício Gondim.

Pelo Senador Cattete Pinheiro:

Parecer contrário à Emenda nº 1, de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1976, que "dispõe sobre a fabricação de detergentes não-biodegradáveis, nas condições que especifica", tendo a presidência acolhido sugestão do Sr. Senador Franco Montoro para que sobre a proposição seja ouvida, também, a Comissão de Segurança Nacional.

Pelo Senador Arnon de Mello:

Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução à Mensagem nº 103, de 1977, do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Maringá (PR) a elevar em Cr\$ 10.100.199,05 (dez milhões, cem mil, cento e noventa e nove cruzeiros e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo voto com restrições do Senador Franco Montoro e voto com restrições à Correção Monetária do Senador Domício Gondim; e,

Parecer favorável, concluindo por oferecer um Projeto de Resolução à Mensagem nº 104, de 1977, do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Ocauçu (SP) a elevar em Cr\$ 329.400,00 (trezentos e vinte e nove mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo voto com restrições do Senador Franco Montoro e voto com restrições à Correção Monetária do Senador Domício Gondim.

Por solicitação do Relator, o Sr. Senador Franco Montoro, a presidência determina o adiamento, para a próxima reunião, da apreciação do parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 155, de 1976, que "determina a revisão trimestral do salário mínimo e dá outras providências".

O Sr. Presidente comunica que está confirmada a realização, nos dias 28 e 29 de junho, do "Simpósio sobre a Inflação no Brasil", com a participação dos Srs. Octávio Gouveia de Bulhões, Inácio Mourão Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães, Carlos Geraldo Langoni, Dêrcio Garcia Munhoz e João Manoel Cardoso de Melo.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

11ª REUNIÃO, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1977

Às dez horas do dia vinte e dois de junho de mil novecentos e setenta e sete, sob a presidência dos Srs. Senadores Marcos Freire e Vasconcelos Torres, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, e com a presença dos Srs. Senadores Franco Montoro, Otair Becker, Dinarte Mariz, Milton Cabral e Roberto Saturnino, reúne-se a Comissão de Economia, no Auditório "Milton Campos".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Arnon de Mello, José Guimard, Paulo Guerra e Luiz Cavalcante.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

São lidos, discutidos e aprovados os seguintes pareceres constantes da pauta dos trabalhos:

Pelo Senador Franco Montoro:

Parecer favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução à Mensagem nº 117, de 1977, do Sr. Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizado o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, a elevar em Cr\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.

Pelo Senador Vasconcelos Torres:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1976, que "acrescenta dois parágrafos ao artigo 98 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra)".

Ao Sr. Senador Dinarte Mariz, a presidência concede vista do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 1976, que "determina a revisão trimestral do salário mínimo, e dá outras providências", após o Relator, Senador Franco Montoro, ter sobre o mesmo emitido parecer favorável.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 68, de 1977 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.555, de 27 de maio de 1977, que "estabelece normas para a distribuição e aplicação dos recursos provenientes do adicional do Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos".

Ata da Reunião de (Instalação), realizada em 21 de junho de 1977

Às dezesseis horas do dia vinte e um de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete, no Auditório Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Helvídio Nunes, Dinarte Mariz, Luiz Cavalcante, Heitor Dias, Osires Teixeira, Otair Becker, Dirceu Cardoso, Gilvan Rocha e Adalberto Sena e os Deputados José Haddad, Samuel Rodrigues, Álvaro Dias e Israel Dias-Novaes, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 68, de 1977 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.555, de 27 de maio de 1977, que "Estabelece normas para a distribuição e aplicação dos recursos provenientes do adicional do Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Altevir Leal, Braga Júnior e os Deputados Antônio Ferreira, Horácio Matos, Newton Barreira, Darcílio Ayres, Teotônio Neto, Walmor de Luca e Jerônimo Santana.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência o Senhor Senador Dinarte Mariz, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental, o Senhor Presidente eventual, Senador Dinarte Mariz, esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente convida o Senhor Deputado Samuel Rodrigues para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Dirceu Cardoso	10 votos
Senador Adalberto Sena	03 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Osires Teixeira	10 votos
Senador Helvídio Nunes	03 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senador Dirceu Cardoso e Osires Teixeira.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Dirceu Cardoso agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Deputado Horácio Matos.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 67, de 1977 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.554, de 24 de maio de 1977, que "concede isenção de impostos aos objetos integrantes de uma coleção representativa de desenho industrial, importados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 1977

As dezoito horas do dia vinte e dois de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete, no Auditório do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Cattete Pinheiro, Jarbas Passarinho, Henrique de La Rocque, Ruy Santos, João Calmon, Otto Lehmann, Itálio Coelho, Accioly Filho, Orestes Quêrcia e Evelásio Vieira e os Srs. Deputados Ivahir Garcia e Yasunori Kunigo, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 67, de 1977 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.554, de 24 de maio de 1977, que "concede isenção de impostos aos objetos integrantes de uma coleção representativa de desenho industrial, importados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senador Evandro Carneira e os Deputados A. H. Cunha Bueno, Alcides Franciscato, Glória Júnior, João Pedro, Pedro Carolo, Edgar Martins, Airton Sandoval, Israel Dias Novaes e Octacílio de Almeida.

Em seguida, é dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Sr. Presidente, Deputado Ivahir Garcia, Vice-Presidente no exercício da Presidência, concede a palavra ao Sr. Senador Otto Lehmann, Relator da matéria, que emite parecer favorável nos termos de Projeto de Decreto Legislativo.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado, sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 65, de 1977, (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.553, de 20 de maio de 1977, que "reajusta os vencimentos e salários dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 1977

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte e três de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete, no Auditório "Milton Campos", presentes os Srs. Senadores Accioly Filho, Saldanha Derzi, Luiz Cavalcante, Cattete Pinheiro, Otair Becker, Benjamim Farah e Itamar Franco e os Srs. Deputados Passos Porto, Jonas Carlos, Vilmar Pontes, Ademar Pereira, Antônio Pontes e José Bonifácio Neto, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 65, de 1977-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei nº 1.553, de 20 de maio de

1977, que "reajusta os vencimentos e salários dos Servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Lenoir Vargas, Heitor Dias, Otto Lehmann e Lázaro Barboza e os Srs. Deputados Agostinho Rodrigues, Jarmund Nasser, Jerônimo Santana, Daniel Silva e Roberto Carvalho.

É dispensada a leitura da Ata de reunião anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, o Sr. Presidente, Senador Itamar Franco, concede a palavra ao Relator, Deputado Jonas Carlos, que emite parecer favorável à Mensagem nº 65, de 1977-CN, nos termos de Projeto de Decreto Legislativo que oferece como conclusão.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, e para constar, eu, Eliete de Souza Ferreira, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1977 (CN), que "dispõe sobre declaração de utilidade pública, e dá outras providências correlatas".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1977

Às dezesseis horas do dia dezessete de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete, no Auditório "Milton Campos", presentes os Srs. Senadores Helvídio Nunes, Ruy Santos, Otto Lehmann, Renato Franco e Mattos Leão e os Deputados Theobaldo Barbosa, Humberto Souto, Theódulo de Albuquerque, Antônio Gomes, Adriano Valente, Horácio Matos, Arnaldo Lafayette, Ruy Brito e Adriano Valente, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1977 (CN), que "dispõe sobre declaração de utilidade pública, e dá outras providências correlatas".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Virgílio Távora, Cattete Pinheiro, Lourival Baptista, Leite Chaves, Nelson Carneiro e Danton Jobim e os Deputados Jorge Moura e Octávio Torrecilla.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente, Deputado Arnaldo Lafayette, comunica haver recebido ofícios das Lideranças da ARENA no Senado Federal e Câmara dos Deputados, para integrarem a Comissão os Srs. Senadores Virgílio Távora, Cattete Pinheiro e Renato Franco e os Deputados Humberto Souto e Theódulo de Albuquerque, em substituição aos Senhores Senadores Alveir Leal, Milton Cabral e Osires Teixeira e os Deputados Gomes da Silva e Angelino Rosa.

Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao Relator da Matéria, Deputado Theobaldo Barbosa, que emite parecer favorável nos termos do Substitutivo apresentado, rejeitando as Emendas de nºs 4, 7, 18, 25, 26, 49, 53, e absorvendo o mérito das demais.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, e, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada é assinada pelo Sr. Presidente da Comissão e vai à publicação.

MESA

Presidente:
Petrônia Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:
José Lindoso (ARENA — AM)

2º-Vice-Presidente:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

1º-Secretário:
Mendes Canale (ARENA — MT)

2º-Secretário:
Mauro Benevides (MDB — CE)

3º-Secretário:
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

4º-Secretário:
Renato Franco (ARENA — PA)

Suplentes de Secretário:

Altevir Leal (ARENA — AC)

Ruy Carneiro (MDB — PB)

Otair Becker (ARENA — SC)

Braga Junior (ARENA — AM)

LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA

Líder
Eurico Rezende
Vice-Líderes
Heitor Dias
Helvídio Nunes
José Sarney
Mattos Leão
Osires Teixeira
Paulo Guerra
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Gilvan Rocha
Lázaro Barboza
Danton Jobim

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho

Local: Anexo II — Térreo

Telefones: 23-6244 e 25-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria
Vice-Presidente: Otair Becker

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Otair Becker	1. Dinarte Mariz
2. Benedita Ferreira	2. Saldanha Derzi
3. Itálio Coelho	3. Mattos Leão
4. Paulo Guerra	
5. Vasconcelos Torres	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Roberto Saturnino	2. Evelásio Vieira

Assistente: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramais 301 e 313

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Evandro Carneira

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Heitor Dias	1. Saldanha Derzi
2. Jarbas Passarinho	2. José Sarney
3. Dinarte Mariz	3. Otair Becker
4. Teotônio Vilela	
5. Braga Junior	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carneira	2. Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Accioly Filho
2º-Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Accioly Filho	1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema	2. Lenoir Vargas
3. Daniel Krieger	3. Arnon de Mello
4. Eurico Rezende	4. Vasconcelos Torres
5. Heitor Dias	5. Milton Cabral
6. Helvídio Nunes	6. Benedito Ferreira
7. Wilson Gonçalves	
8. Itálio Coelho	
9. Otto Lehmann	
10. Osires Teixeira	
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves	2. Lázaro Barboza
3. Nelson Carneiro	3. Ruy Carneiro
4. Paula Brossard	
5. Orestes Quérica	

Assistente: Maria Helena Buena Brandão — Ramal 305

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Ruy Carneiro

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Heitor Dias
2. Paulo Guerra
3. Cattete Pinheiro
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Wilson Gonçalves
7. Virgílio Távora
8. Alexandre Costa

1. Augusto Franco
2. José Sarney
3. Braga Junior
4. Altevir Leal
5. Luiz Cavalcante

MDB

1. Itamar Franco
2. Lazaro Barboza
3. Ruy Carneiro

1. Evandro Carreira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Marcos Freire

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. José Guimard
4. Luiz Cavalcante
5. Paulo Guerra
6. Vasconcelos Torres
7. Dinarte Mariz
8. Otair Becker

1. Cattete Pinheiro
2. Augusto Franco
3. José Sarney
4. Domicio Gondim
5. Jarbas Passarinho

MDB

1. Franco Montoro
2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Orestes Quêrcia

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Evelásio Vieira

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Otto Lehmann
5. Jarbas Passarinho
6. Cattete Pinheiro

1. Helvidio Nunes
2. Ruy Santos
3. Arnon de Mello
4. Heitor Dias

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Brossard

Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Teotônio Vilela
2. Alexandre Costa
3. Wilson Gonçalves
4. Domicio Gondim
5. Helvidio Nunes
6. Lenair Vargas
7. Mattos Leão
8. Ruy Santos
9. Braga Junior
10. Tarso Dutra
11. Virgílio Távora
12. Magalhães Pinto

1. Cattete Pinheiro
2. Heitor Dias
3. Lourival Baptista
4. Daniel Krieger
5. José Guimard
6. José Sarney
7. Saldanha Derzi

MDB

1. Paulo Brossard
2. Evelásio Vieira
3. Gilvan Rocha
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evandro Carreira

Assistente: Candido Hippertt — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire

Vice-Presidente: Orestes Quêrcia

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Jessé Freire		1. Braga Junior
2. Ruy Santos		2. Virgílio Távora
3. Lenoir Vargas		3. Osires Teixeira
4. Jarbas Passarinho		4. Domicio Gondim
5. Lourival Baptista		
6. Accioly Filho		
	MDB	
1. Franco Montoro		1. Lázaro Barboza
2. Orestes Quêrcia		2. Ruy Carneiro
3. Nelson Carneiro		

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jarbas Passarinho

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Milton Cabral		1. José Guimard
2. Domicio Gondim		2. Paula Guerra
3. Arnon de Mello		3. Virgílio Távora
4. Luiz Cavalcante		
5. Jarbas Passarinho		
	MDB	
1. Dirceu Cardoso		1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco		2. Franco Montoro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena

Vice-Presidente: Helvidio Nunes

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Helvidio Nunes		1. Virgílio Távora
2. Otto Lehmann		2. Arnon de Mello
3. Saldanha Derzi		3. Jarbas Passarinho
	MDB	
1. Danton Jobim		1. Dirceu Cardoso
2. Adalberto Sena		

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi

2º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Magalhães Pinto		1. Accioly Filho
2. Alexandre Costa		2. Fausto Castelo-Branco
3. Virgílio Távora		3. Helvidio Nunes
4. Jessé Freire		4. Domicio Gondim
5. Arnon de Mello		5. Jarbas Passarinho
6. Saldanha Derzi		6. Luiz Cavalcante
7. José Sarney		
8. João Calmon		
9. Augusto Franco		
10. Otto Lehmann		
	MDB	
1. Danton Jobim		1. Marcos Freire
2. Gilvan Rocha		2. Paula Brossard
3. Itamar Franco		3. Roberto Saturnino
4. Leite Chaves		
5. Nelson Carneiro		

Assistente: Cândido Hipperth — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Santos

Vice-Presidente: Altevir Leal

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Altevir Leal		1. Saldanha Derzi
2. Ruy Santos		2. Itáirio Coelho
3. Catterete Pinheiro		3. Osires Teixeira
4. Fausto Castelo-Branco		
5. Lourival Baptista		
	MDB	
1. Adalberto Sena		1. Benjamin Farah
2. Gilvan Rocha		2. Ruy Carneiro

Assistente: Lida Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral
Vice-Presidente: Augusto Franco

Titulares**ARENA**

1. José Guimard
2. Vasconcelos Torres
3. Virgílio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Braga Junior
3. Dinarte Mariz

MDB

1. Adalberto Sena
2. Benjamin Farah

1. Agenor Maria
2. Dirceu Cardoso

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benjamin Farah
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares**ARENA**

1. Lenoir Vargás
2. Actioly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Gustavo Capanema
3. Mattos Leão

MDB

1. Benjamin Farah
2. Itamar Franco

1. Danton Jobim
2. Lázaro Barbosa

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lourival Baptista
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares**ARENA**

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Braga Junior
4. Lourival Baptista
5. Mattos Leão

Suplentes

1. Otto Lehmann
2. Teotônio Vilela
3. Wilson Gonçalves

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barbosa
2. Roberto Saturnino

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;
Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598;
Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL PARA O ANO DE 1977**

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO	09:00	C.F.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CÂNDIDO
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LEDA	09:30	C.S.F.C.	RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716	SONIA
10:30	C.A.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLÁUDIO COSTA	10:00	C.E.C.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
	C.R.B.	RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C.D.F.	RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL
09:00	C.S.N.	RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA		C.S.	RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM
	C.M.B.	RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO				
10:30	C.R.	RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716	DANIEL				